

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- MESTRADO -
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

José Antônio Assumpção Farias

BACIAS LEITEIRAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO
DA BACIA LEITEIRA DE PELOTAS NO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Santa Cruz do Sul, junho de 2011

José Antônio Assumpção Farias

**BACIAS LEITEIRAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO
DA BACIA LEITEIRA DE PELOTAS NO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva

Santa Cruz do Sul, junho de 2011

José Antônio Assumpção Farias

**BACIAS LEITEIRAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO
DA BACIA LEITEIRA DE PELOTAS NO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva
Professor Orientador

Dr. Silvio Cezar Arend

Dr.^a. Marília Patta Ramos

Acredito que parcela muito importante daquilo que somos dos resultados que obtemos, em todas as nossas tarefas ao longo da existência, têm a contribuição, mais ou menos intensa, de pessoas, próximas ou não, conhecidas, talvez, mas sempre deixando sua marca.

Ter chegado á conclusão de mais esta trilha, numa já significativa caminhada, impõe que se lembre de pessoas que se disponibilizaram a darem o que pudessem oferecer para que esta produção assim aqui estivesse.

Mais um momento de felicidade esta possibilidade de recuperar na memória, a primeira professora, o “Grupo”, que na verdade era a Escola, as amigas e os amigos, cada uma e cada um, em todas as etapas da vida, sem valorações, todos e todas com merecida importância, guardados carinhosamente junto ao coração.

Assim, sem a indelicadeza da citação esquecida, dedico esta Obra a todas e todos que guardo, nestes cinqüenta anos, em meu coração, representados, sinceramente, na figura dos que julgo serem os responsáveis pelo tamanho e capacidade de armazenagem que tem o meu peito, a minha família: Dona Ignacia, minha mãe, seu Ari, meu pai, in memoriam, o Ari Francisco, o Basílio, o João Maurício, o Silvio Tadeu e a Stela Beatriz, meus irmãos e irmã, a Maria Judete, minha esposa, e a minhas filhas Paola e Katherine.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, por oferecer sua capacidade e inteligência a este trabalho, desde as primeiras discussões até as muitas rediscussões sobre qual o melhor caminho a seguirmos, passando pelas diversas semanas de literal acampamento em sua residência, para que concretizássemos esta produção, onde as noites, inúmeras, mostravam-se curtas.

A professora Marília Patta Ramos pela forma como nos acolheu, inclusive em sua própria residência, contribuindo para a integração de todos, professores e alunos, bem como pela especial e individual atenção com a qual distinguiu a turma nas disciplinas sob sua orientação.

Aos Coordenadores do PPGDR, Professores Marcos Artemio Fischborn Ferreira e Mario Riedl, à professora Virgínia Elisabeta Etges na qual encontrei além de compromissos e projetos comuns uma grande e sincera amizade e ao professor Silvio Arend por sua tranquilidade na exposição de sugestões, propostas e opiniões e pela forma como conduziram o curso, apoiando, investindo e cobrando a necessária qualidade em todas as nossas atividades e produções.

Aos colegas da turma do Mestrado/Doutorado do PPGDR, em especial ao Alcione e ao Almir pelo fraterno relacionamento que construímos o que tornou ainda mais estimulante os nossos debates e produções acadêmicas.

Por fim, à Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc – que desde a chegada nos recebeu calorosamente proporcionando, em todos os momentos, as melhores condições para que desenvolvêssemos nossos estudos, bem como pela concessão do benefício da bolsa BIPSS que, a mim, proporcionou maiores possibilidades de dedicar-me à conclusão desta, a mais importante etapa de minha qualificação.

RESUMO

Este trabalho tem por objeto estudar as condições que a Bacia Leiteira de Pelotas tem de alavancar o desenvolvimento de Pelotas e região. A Bacia passou a ser chamada Bacia Leiteira de Pelotas/Cosulati, devido a esta ser a maior empresa processadora do leite na região de Pelotas. Começando pelos estudos do leite, passamos por sua composição. Caracterizamos os maiores produtores, a demanda e comércio, no mundo, onde identificamos que as maiores variações, com aumentos no consumo mundial de leite se devem aos países emergentes. Analisamos os subsídios e as distorções que causam no comércio mundial, bem como os prejuízos sobre os produtores dos países que não utilizam este tipo de instrumento econômico. Detalhamos a produção leiteira no Brasil, fazendo a caracterização da produção do leite, descrição da trajetória percorrida para a melhoria de sua qualidade sanitária, bem como as transformações ocorridas em seu processo de industrialização que resultou em sua comercialização como *commodity*. Quanto à produção no Rio Grande do Sul e na Bacia Leiteira Pelotas/Cosulati apresentamos sua composição, indicando quantos e quais são os municípios que a compõem bem como a contribuição de cada um. Identificamos que a produção brasileira tem crescido em torno de 4% ao ano há algum tempo, tendo podido observar algumas alterações nas posições do ranking, dos estados maiores produtores, principalmente devido a reconversão produtiva de algumas áreas onde os produtores saíram do leite e passaram à produção de cana-de-açúcar: caso de São Paulo, cerrado de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Resgatamos a fundação de Pelotas, a implantação e a importância econômica do charque para Pelotas e Região para a consolidação e desenvolvimento. Buscou-se caracterizar as condições que contribuiriam para que se chegasse, hoje, ao atraso econômico no qual se encontra o município de Pelotas e a Região, sem a pretensão de esgotá-las. Oportunizamos-nos da visita do Pesquisador Professor Dr. Carlos Paiva à Nova Zelândia, realizada, recentemente, e buscamos identificar semelhanças entre o processo produtivo leiteiro daquele país, maior player do mercado mundial de lácteos, com o do Rio Grande do Sul. Evidenciamos apresentarem uma série de características, naturais e produtivas, semelhantes o que aponta em possibilidades de aproveitamento de suas experiências no setor de lácteos do RS e em especial na Bacia Leiteira de Pelotas/Cosulati. Por fim caracterizamos a Bacia Leiteira de Pelotas identificando vantagens que apresenta sobre os demais produtores nacionais, bem como potencialidades sobre outras regiões produtoras do Estado. Acreditamos termos confirmado, inclusive através das oportunidades que o mercado vem oferecendo e dos investimentos anunciados e efetivados no RS e na Bacia Leiteira de Pelotas/Cosulati, que o leite e seus derivados, com mais intensa unidade e coordenação entre os produtores, resultando em produtos de padrão internacional, deve assumir proeminência econômica a ponto de proporcionar o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Bacia leiteira de Pelotas/Cosulati, região, leite, mercado, produção, consumo, oportunidades, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This work aims to study the conditions that the dairy region of Pelotas has to leverage the development of Pelotas and region. The Basin is now called the Pelotas Basin Dairy / Cosulati due to his being the largest milk processing company in Pelotas. Starting with the studies of milk, went through its composition. Characterize the major producer, demand and trade in the world where we have identified that the greatest changes, whit increases in global consumption of milk are due to emerging countries. We analyzed the subsidies and the distortions they cause in world trade, as well as losses on producers in countries that do not use this type of economic instrument. We detail the milk production, description of the trajectory to improve its sanitary quality, as well as the transformations occurring in their process of industrialization which resulted in its marketing as a commodity. Regarding production in Rio Grande do Sul and Pelotas Basin Dairy / Cosulati present composition, indicating how many what are the municipalities which form and the contribution of each one. We found that Brazilian producton has risen by 4% a year for some time and were able to observe some changes in the rankings of the states largest producers, mainly because the productive conversion of some areas where farmers have left the milk and the production of cane sugar: the case of São Paulo, Cerro de MiNAS Gerais, Goiás and Mato Gosso. We rescued the foundation of pelotas, deployment and economic importance of beef jerky for Pelotas and region to consolidate and development. Sougth to characterize the conditions that contribute to that arrived today, the economic backwardness in which lies the city of Pelotas and region, without claiming to New Zeland, held recently, and we seek to identify similarities between the dairy production process of that country's largest player in the global dairy market, with the Rio Grande do Sul. Evidence presented a number of features, natural and productive, like pointing at the potential use of their experience in dairy sector especially in the RS and dairy region of Pelotas / Cosulati. Finally we characterize the dairy regio of Pelotas identifying the advantages they offer over other domestic producers, as well as on other potential producing regions of the state. We believe we confirmed, including through the opportunities that the market its offering and investment announced and made effective in RS and in the dairy region of Pelotas / Cosulati, milk and its derivatives, with more intense unit and coordination among producers, resulting products international standard, must assume prominence as to provide economic regional development.

Key Words: Dairy region of Pelotas / Cosulati , milk, market, production, consumption. Opportunities for regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

01 - Gráfico da Produção e Concentração Mundial de Leite 92 – 2008	25
02 - Principais produtos de origem da agropecuária chinesa em Valor Bruto da Produção.....	31
03 - Disponibilidade de terras e custo de suplementação (2005) em países selecionados (2005)	40
04 - Mapa comparativo da produção regional de leite no Brasil 98-08	45
05 - Evolução da produção de leite em Minas Gerais, 1990-2007	58
06 - Evolução da produção de leite em GOIÁS, 1990-2007	59
07 - Evolução da produção de leite no Paraná, 1990-2007	63
08 - Evolução da produção de leite em Santa Catarina 1990-2007	64
09 - Evolução da produção de leite em São Paulo 1990-2007	66
10 - Evolução da produção de leite na Bahia 1990-2007	68
11 - Evolução da produção de leite em Rondônia 1990-2007	69
12 - Evolução da produção de leite em Pernambuco 1990-2007	71
13 - Evolução da produção de leite em Mato Grosso 1990-2007	72
14 - Evolução da produção de leite no Rio Grande do Sul 1990-2007	74
15 - Linha do tempo com a trajetória da produção leiteira do Rio Grande do Sul com aquelas que seriam as maiores empresas conforme (Carvalho, 2002).....	75
16 - Legenda identificadora da localização das principais empresas de laticínios do RS em 2002	84
17 - Mapa de localização das principais Empresas de Laticínios do RS em 2002	85
18 - Mapa, por COREDE. Visualização dos municípios que contribuem com matéria-prima para a Cosulati, Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios na Metade Sul do RS	90
19 - Mapa da região onde surgiu o Município de Pelotas.	99
20 - 38 Municípios da Metade Sul onde a Cosulati Coleta Leite diariamente	132

LISTA DE QUADROS

01 - Composição do Leite de Vaca	21
02 - Composição físico-química do leite Tipo A	22
03 - Composição físico-química do leite Tipo B	22
04 - Produção de leite e número de vacas por mês nos 23 estados de maior produção nos EUA - 2009/2010	37
05 - Distribuição de Resfriadores de Leite por Município da Bacia de Pelotas	135
06 - Estrutura Fundiária e Participação da Agricultura Familiar na Agropecuária da Região	138
07 - Bovinocultura, vacas ordenhadas, área de pecuária e população ocupada na atividade	140

LISTA DE TABELAS

01 – Classificação Mundial dos Principais Países Produtores de Leite de Vaca por Volumes e Hierarquizados por Produtividade no Ano de 2007.....	27
02 – Classificação Mundial dos principais Países produtores de Leite de Vaca no ano de 2007.....	28
03 – Produção mundial de leite de vaca por Continente – 1997/2007.....	29
04 – Europa e Ásia: evolução da produção de leite entre 1992 e 2008.....	29
05 – Produção total, produtividade, taxa de câmbio e participação no comércio mundial dos dez maiores produtores em 2007	41
06 – Demanda estimada de leite no Brasil por faixa de consumidores.....	44
07 – Produção de Leite, Vacas Ordenhadas e Produtividade Animal no Brasil 1980/2008*	48
08 – Brasil - Produção, importação, exportação e consumo de leite 1980 – 2005	49
09 - Evolução dos principais indicadores macroeconômicos de Angola.....	52
10 – Ranking da Produção Anual Leite por Estado no Brasil, 2007.....	55
11 – Empresas produtoras de laticínios no RS – comparação 2002 X 2010	83
12 – Investimentos na Indústria de Lácteos do RS, a partir de 2005	86
13 - Preço pago por litro de leite aos Produtores no Brasil por meses, anos e estados selecionados em centavos de real.....	91
14 – Evolução demográfica do Brasil Colônia	97
15 – Exportações do Rio Grande do Sul (contos de réis)	112
16 – Comparativa da Situação de Industrialização de Pelotas e Porto Alegre em 1937....	116
17 – Escala dos produtores de leite da Cosulati por faixa de produção, número de agricultores e participação por extratos. Referência mês de novembro/2008.....	131
18 – Vacas Ordenhadas e Produção por Municípios em 2006 na Bacia leiteira de Pelotas	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
ANSA	Agência de Notícias Italiana
APCBRH	Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa
APPCC	Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BRICS	Brasil, Rússia, Índia e China
CAFRASA	Carlos Fanke Sociedade Anônima
CAMAL	Cooperativa Mista Aceguá Ltda.
CBCL	Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios
CCGL	Cooperativa Central Gaúcha de Leite
CCS	Contagem de Células Somáticas
CII	Confederação das Indústrias da Índia
CiLEITE	Centro de Inteligência do Leite
CISPOA	Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
CLA	Ácido Linolênico Conjunto
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAC	Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação
COOLACTI	Cooperativa Regional de Laticínios da Região Sudoeste do RS
COOLAPEL	Cooperativa de Laticínios Pelotense Ltda.
CORLAC	Companhia Rio Grandense de Laticínios e Correlatos
COSUEL	Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda.
COSULATI	Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios Ltda.
COTRIGO	Cooperativa Triticola Getúlio Vargas Ltda.
CPP	Contagem Padrão de Placas
DDA	Departamento de Defesa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
FAEP	Federação da Agricultura Pecuária e Abastecimento do Paraná
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FECOTRIGO	Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul
FEEVALE	Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo
HHI	Índice Hirschman Herfindal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	Federação Internacional de Laticínios
IN	Instrução Normativa
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
OMS	Organização Mundial da Saúde
PENSA	Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial
PIB	Produto Interno Bruto
PIDCOOP	Projeto Integrado do Desenvolvimento do Cooperativismo
PIF	Programa Integrado de Fruticultura
PROLEITE	Fundo de Apoio a Pecuária Leiteira de Rondônia
PRR	Partido Republicano Riograndense
PSE	Subsídio Equivalente ao Produtor
Rel-UITA	Regional Latinoamericana da União Internacional de Trabalhadores da Alimentação
SCT	Single Commodity Transfers (Subsídio Concedido por Commodities)
SEAB	Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento – PR
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social
Senar-PR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Paraná
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SNG	Sólidos não Gordurosos
ST	Sólidos Totais
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
TRAM	Teste de Redutase do Azul de Metileno

UE	União Européia
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFC	Unidades Formadoras de Colônia
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UHT	Ultra High Temperature – Temperatura Ultra Alta
UITA	União Internacional de Trabalhadores da Alimentação
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
USP	Universidade de São Paulo
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 LEITE – PRODUÇÃO, CONSUMO E COMÉRCIO NO MUNDO E NO BRASIL ...	20
1.1 O Leite e sua Composição	20
1.2 A Produção, Consumo, Comércio e a Demanda Potencial Mundial do Leite	23
1.2.1 Os Maiores Produtores no Mundo	26
1.3 A Produção e o Consumo Brasileiros de Leite	43
1.3.1 A produção brasileira por estados	54
1.3.2 A produção leiteira do Rio Grande do Sul	74
1.3.2.1 A produção industrial leiteira rio-grandense no tempo	75
2 PELOTAS E A ECONOMIA REGIONAL	94
2.1 Fundação de Pelotas	94
2.2 A Chegada, Disseminação e Importância da Indústria Charqueadora para Pelotas e Região	100
2.3 A Evolução Econômica e a Condição de Cidade Pólo Regional	110
2.4 A Dinâmica Capitalista e o Declínio Econômico	113
3 BACIA LEITEIRA DE PELOTAS	128
3.1 Bacia Leiteira, Origens e Avanços na Produção de Leite no Brasil	128
3.2 Bacia Leiteira de Pelotas	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145
ANEXO A - Produção mundial de leite, principais produtos	158
ANEXO B - Área agrícola, pastagens e áreas não utilizadas em países selecionados	159

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio Grande do Sul, resultado de suas próprias características históricas de ocupação do território, nos apresenta diferenciais significativas no que diz respeito a sua estrutura fundiária.

A Metade Sul, de predominância agrária é caracterizada pela concentração, com a posse da terra nas mãos de poucos, propriedades de grandes extensões e utilização voltada à pecuária de corte predominantemente extensiva, condições que contribuem para a cristalização de dificuldades de dinamização da economia, o esvaziamento populacional e a depressão.

De outra parte a Metade Norte do Estado, agrária também, caracteriza-se pelo predomínio da pequena propriedade com maior diversificação produtiva.

Completando o quadro, a região mais industrializada, a nordeste, oferece diversificadas possibilidades de geração de trabalho e em decorrência concentra parcela expressiva da renda e da população.

Neste cenário de regiões deprimidas, e de expressivas desigualdades socioeconômicas, são inúmeras as instituições, UNISC, UFRGS, CEDEPLAR, FEE, entre outras, que tem, com diversos pesquisadores do desenvolvimento regional, entre os quais, para lembrar de alguns, Dr^a. Virginia Elisabeta Etges, Dr. Clélio Campolina Diniz, Dr. José Antônio Fialho Alonso Dr. Carlos Paiva, dedicados esforços para a compreensão das causas de depressões, desigualdades e para busca de alternativas com vistas à superação destas condições.

O Dr. em economia, professor e pesquisador Carlos Paiva, tem pesquisado o tema das desigualdades regionais, especialmente questões que justifiquem alguma regiões crescerem tanto em detrimento da estagnação ou depressão de outras.

Além disso, estudos recentes sobre a dinâmica econômica de longo prazo de municípios e regiões, no RS, tem demonstrado o caráter dinamizador da produção e processamento de leite, vis-à-vis outras culturas agropecuárias e cadeias agroindustriais expressivas no Estado, caso dos grãos (em especial soja e arroz) e tabaco (PAIVA, 2008).

Na mesma direção, recente trabalho de doutoramento de Dílson Trennephol, demonstrou ser, o multiplicador do valor agregado da cadeia do leite, significativamente

superior às cadeias de soja e trigo e discretamente superior às cadeias de suínos e aves (TRENNEPHOL, 2010).

Saliente-se que aparte os trabalhos de Paiva e Trennephol serem referências teóricas e analíticas neste trabalho, buscamos uma abordagem do tema que se diferencie de ambos. Paiva dedica seus estudos ao passado recente, especificamente nas últimas três décadas do século XX, enquanto Trennephol se referencia na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul da atual década, tendo como eixo central a Matriz de Insumo Produtos do Estado que data de 2003.

Nossa pesquisa tem uma abrangência temporal mais ampla, sendo mais prospectiva. Ao resgatarmos o passado, o fazemos numa perspectiva de longa duração com vistas a uma releitura e hierarquização de interpretações clássicas a respeito da crise da agroindústria do charque e declínio relativo da economia da Metade Sul nos séculos XIX e XX respectivamente.

De outra parte, a perspectiva através da qual observamos o momento atual é, simultaneamente, mais ampla e mais focada do que a perspectiva de Trennepohl. Este autor está focado na estrutura produtiva gaúcha de meados da primeira década deste século, já nosso trabalho está voltado a dinâmica atual do mercado de leite no Brasil e no mundo.

A diferença de fundo, porém, com relação aos trabalhos mencionados encontra-se na centralidade da prospecção da avaliação de cenários futuros. Na medida em que a estrutura produtiva da Metade Sul – nucleada por Pelotas em sua porção Leste – é pouco diversificada e a bacia leiteira Pelotas-Cosulati ainda se encontra em processo de consolidação, esta pesquisa se voltou muito mais para a análise da consistência do “leite” como janela de oportunidade aberta à região. E esta análise envolve uma rotação de perspectiva marcada pelo privilegiamento do “potencial” *vis-à-vis* o “atual”.

O Rio Grande do Sul, cabe lembrar, já aparecia no censo econômico de 1920 com 24 estabelecimentos fabricantes de laticínios (Carvalho, 2002), sendo o detentor de 30,77% da capacidade instalada no país.

O setor leiteiro brasileiro passou por longo período de intervenção governamental, desde o nível de preços, com tabelamento implantado por decreto em 1945, até as importações voltadas a garantir o abastecimento do mercado consumidor.

O procedimento intervencionista, seguindo intensificação do processo mundial de abertura comercial no início dos anos noventa, é superado.

Também a consolidação do combate à inflação, através do Plano Real, no mesmo período, que resulta em ganhos reais na renda dos brasileiros, repercute em aumento do consumo de leite e derivados, porém sem a contrapartida ao nível da produção.

Em seqüência, a trajetória do setor mostra, em 2002, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, edita a Instrução Normativa IN 51, com o foco voltado ao controle higiênico e sanitário da cadeia produtiva nacional do leite e derivados vislumbrando a qualificação do produtor brasileiro e a participação do setor no mercado internacional.

Desde a implantação do plano de estabilização econômica, no Brasil, em 1994, mudanças tem ocorrido na condição do país, no setor leiteiro internacional, a principal é a que traz a superação da condição de grande importador para produtor exportador, resultado de, além de outros fatores internos, alguns de ordem externa, entre eles: consolidação do crescimento do mercado interno como resultado da política de transferência de renda às famílias em situação de vulnerabilidade; crescimento da renda de parcelas significativas da população de países emergentes como Rússia e China¹; suspensão das exportações de leite em pó pela Índia e as tarifas de exportações impostas pelo governo argentino.

Em confirmação às mudanças no setor, desde 2005, vem sendo feitos diversos anúncios de investimentos no setor industrial de lácteos do Estado, intenções que se aproximam da casa do bilhão de reais², e que contemplarão diversos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, COREDES, do Rio Grande do Sul³.

A participação da produção de leite do Estado, no ranking nacional, que oscilava entre a terceira e a quarta posição à época em que planejávamos este trabalho, em 2008, agora em 2011 mostra uma condição de consolidação como segundo colocado, superado somente por Minas Gerais que produz próximo de 30% do total do Brasil.

Outro dado relevante é o preço unitário médio pago ao leiteiro, produtor no estado do Rio Grande do Sul, que está, pode-se dizer historicamente na ponta de baixo do ranking dos pagamentos, entre todas as unidades da federação⁴, como. Este elemento, preço pago ao produtor, que poderia parecer dificuldade da bacia leiteira do estado, ao contrário, deve estar sendo influência positiva para que os novos investimentos estejam tomando o caminho do Estado.

¹ IEA. Mudanças no status dos lácteos brasileiros no Mercado Internacional . Disponível em www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9315 acessado em 10/09/2008.

² Como é possível verificar na Tabela, produzida pelo autor, apresentada na página 113.

³ Como podemos verificar mais a diante no mapa no Mapa da página 116.

⁴ Podemos observar na tabela 15 da página 118.

O anúncio, a execução e as perspectivas que se abrem a partir dos novos investimentos, associados à demonstração da capacidade indutora do desenvolvimento da produção leiteira, já referido, bem como os cenários já enunciados, justificam e caracterizam a relevância e a necessidade deste trabalho.

O que nos interessa demonstrar é que: 1) a região necessita buscar e explorar alternativas de especialização produtiva para voltar a crescer; 2) que o mercado do leite apresenta uma dinâmica de expansão interna e internacional que envolve e compromete o Rio Grande do Sul, de forma crescente, como um dos principais (e, provavelmente, o principal) produtores nacional nas próximas décadas; e 3º) que a bacia leiteira de Pelotas-Cosulati apresenta condições privilegiadas para ocupar o promissor nicho de mercado representado pelo leite em função da sua estrutura edafoclimática (caracterizada pelo bioma Pampa), de sua estrutura fundiária diversificada e em função de seu potencial particularmente elevado de aproveitamento das sinergias entre pecuária de corte e de leite, conforme modelo de produção integrada leite-carne desenvolvido pelos neozelandeses.

Metodologicamente este trabalho buscou trilhar aquilo que (PUTNAM, 1993) descreve como métodos de investigação:

A verdade, disse Karl Deutsch, se acha na confluência de fluxos de evidências independentes. O cientista social prudente, assim como o investidor experiente, tem que recorrer à diversificação para aumentar o potencial de um único instrumento, compensando assim suas deficiências.

Aquele autor, que, pela diversidade de seus propósitos, utilizou-se de várias técnicas, servindo-se da estatística, da historiografia, da antropologia, contribuiu, com seu exemplo, para que estivéssemos bebendo da historiografia, da estatística e da teoria dos mercados.

No primeiro capítulo tratamos de descrever e caracterizar o leite, produto que justifica os estudos relativos à Bacia Pelotas/Cosulati. Dedicamos atenção ao mercado, apresentando os maiores produtores, o mercado mundial e seus maiores players além de detalhamento sobre o sistema produtivo leiteiro do Brasil.

A seguir, no segundo capítulo, nos aventuramos pelos campos da historiografia riograndense, pois, a busca da compreensão da situação de depressão econômica pela qual passam Pelotas e região, resultado de incalculáveis eventos e até não eventos, cobram que bebamos dessa fonte.

Resgatamos a fundação de Pelotas, visitamos aquele que foi o produto responsável pelo ciclo desenvolvimentista pelotense e regional, o charque, desde sua chegada ao estado, caracterizamos a evolução econômica proporcionada por sua produção e comércio e identificamos algumas das causas que contribuíram para o esgotamento e declínio econômico do produto, bem como seus reflexos sobre a economia de Pelotas e da região.

No terceiro capítulo, caracterizamos a Bacia leiteira de Pelotas/Cosulati onde tratamos descrever como se estrutura o processo produtivo e o contingente de produtores, número de municípios que compõe a bacia, seu volume de produção, investimentos recentes e possibilidades de aproveitamento das oportunidades de constituir-se como elemento gerador de desenvolvimento regional.

Ao final apresentamos algumas considerações relativamente às possibilidades de – a bacia leiteira ter ou não condições de alavancar o desenvolvimento de Pelotas? – resultantes das análises efetuadas a partir dos elementos apresentados.

1 LEITE – PRODUÇÃO, CONSUMO E COMÉRCIO NO MUNDO E NO BRASIL

Neste capítulo, apresentamos as características mais gerais dos sistemas de produção de leite no Brasil e no mundo e buscando identificar o potencial de mercado deste produto e as possibilidades que tenha para alavancar o desenvolvimento regional.

Inicialmente descrevemos as características do objeto central deste trabalho, trazemos informações acerca de sua composição e de normatizações do processo produtivo, para que se tenha a qualidade desejada.

Em seqüência trazemos dados da produção, consumo e comércio mundial, caracterizando-os hierarquicamente, porém, intencionalmente, dois países, Brasil e Nova Zelândia, recebem atenção diferenciada. O primeiro que aparece na sexta colocação entre os maiores produtores em volume, na tabela de 2007, mas já é o quinto, tendo superado a Alemanha, pelo fato de estarmos trilhando um caminho natural para chegarmos à Metade Sul, região geográfica foco da nossa atenção e onde está localizado o município pólo, Pelotas, sede da estrutura industrial que viabilizará a análise central deste trabalho.

O segundo, a Nova Zelândia, oitavo maior produtor em volume, recebe diferenciação devido as suas características físicas e de seu setor produtivo ter singulares similaridades às do estado do Rio Grande do Sul, principalmente a área territorial e a importância econômica que dedica ao setor pecuário e dentro dele o setor leiteiro integrado a pecuária de corte.

1.1 O Leite e sua Composição

Secreção nutritiva produzida nas glândulas mamárias, das fêmeas dos mamíferos, o leite, passa a fazer parte da alimentação humana de pós-lactentes por volta de 9000 a. C., a partir da domesticação do gado vacum, no período conhecido como Revolução Neolítica. É o único fluido que os filhotes dos mamíferos ingerem antes do desmame, porém, só homem continua a consumi-lo mesmo depois de adulto.

Em regra geral é de cor branca, variando sua composição físico-química de espécie para espécie, bem como durante o período de lactação.

O leite dos bovinos tem densidade ao redor de 1,032g/ml . Mostra-se como uma mistura complexa onde os minerais e os hidratos de carbono estão em solução, dissolvidos na água. As substâncias proteicas estão em suspensão e a gordura é encontrada emulsão. Ao redor de oitenta e sete por cento do leite é água e, de cada litro, ao redor de 130 g é extrato seco. Seus nutrientes encontram-se divididos entre elementos construtores, as proteínas e os energéticos, glicídios e lipídios.

Componentes Principais	Composição Média
Água	87%
Sólidos Totais	13,0%
Gordura	3,9%
Proteínas	3,4%
Lactose	4,8%
Minerais	0,8%

Quadro 01 - Composição do Leite de Vaca

Fonte: Sítio da lacteabrasil em 04/04/2010.

Para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, expresso na Instrução Normativa 51 o leite é, por definição, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas. Quando de outras espécies, deve vir acompanhado do nome da espécie da qual se origina, ex.: leite de cabra.

A Instrução Normativa, IN 51 de 18 de setembro de 2002, tem a finalidade aprovar os regulamentos técnicos de produção, identidade e qualidade do leite tipo A, tipo B, tipo C, leite pasteurizado e leite cru refrigerado bem como o regulamento técnico da coleta de leite cru refrigerado e seu transporte a granel, em conformidade com os seus próprios anexos.

As denominações, leite A ou leite B, são apresentadas tendo em vista o modo de produção e a composição biológica e físico - química do produto.

Tais elementos de composição físico-químicos são quantificados e avaliados, tendo inclusive o método de análise recomendado, para cada tipo de leite, A ou B, expressamente definidas na Instrução Normativa 51, conforme descrito nos quadros 02 e 03 abaixo:

Item de composição	Requisito	Método de Análise
Gordura (g/100g)	min. 3,0	IDF 1 C : 1987
Acidez, em g de ácido/100ml	0,14 a 0,18	LANARA/MA, 1981
Densidade relativa, 15/15°C, g/ml (4)	1,028 a 1,034	LANARA/MA, 1981
Índice crioscópico máx:	-0,530H (-0,512°C)	IDF 108 A: 1969
Índice de Refração do soro Cúprico a/20°C	mín. 37° Zeiss	CLA/DDA/DAS/MAPA
Sólidos Não-Gordurosos (g/100g)	mín. 8,4	IDF 21 B : 1987
Proteína Total (g/100g)	mín. 2,9	IDF 20 B : 1987
Redutase (TRAM)	mín. 5 horas	CLA/DDA/MA
Estabilidade ao Alizarol 72% (v/v)	Estável	CLA/DDAMA
Contagem Padrão em Placas (UFC/ML)	Máx. 1X104	S.D.A/MA, 1993
Contagem de Células Somáticas (CS/ml)	Máx. 6X105	IDF 148 : 1995

Quadro 02 - Composição físico-química do leite Tipo A

Nota: Densidade Relativa: dispensada quando os teores de Sólidos Totais (ST) e Sólidos Não Gordurosos (SNG) forem determinados eletronicamente.

Fonte: MAPA, Instrução Normativa Nº 51.

Item de composição	Requisito	Método de Análise
Gordura (g/100g)	min. 3,0	IDF 1 C : 1987
Acidez, em g de ácido/100ml	0,14 a 0,18	LANARA/MA, 1981
Densidade relativa, 15/15°C, g/ml (4)	1,028 a 1,034	LANARA/MA, 1981
Índice crioscópico máx:	-0,530H (-0,512°C)	IDF 108 A: 1969
Índice de Refração do soro Cúprico a/20°C	mín. 37° Zeiss	CLA/DDA/DAS/MAPA
Sólidos Não-Gordurosos (g/100g)	mín. 8,4	IDF 21 B : 1987
Proteína Total (g/100g)	mín. 2,9	IDF 20 B : 1987
Redutase (TRAM)	mín. 3: 30h	CLA/DDA/MA
Estabilidade ao Alizarol 72% (v/v)	Estável	CLA/DDAMA
Contagem Padrão em Placas (UFC/ML)	Máx. 5X105	S.D.A/MA, 1993
Contagem de Células Somáticas (CS/ml)	Máx. 6X105	IDF 148 A 1993

Quadro 03 - Composição físico-química do leite Tipo B

Nota: Densidade Relativa: dispensada quando os teores de Sólidos Totais (ST) e Sólidos Não Gordurosos (SNG) forem determinados eletronicamente.

Fonte: MAPA, Instrução Normativa Nº 51.

Como podemos verificar a diferenciação entre os elementos necessários para que o leite seja do Tipo A ou do Tipo B são mínimas: na redutase⁵, nas contagens de placas (UFC/ml)⁶ e contagem de células somáticas (CS/ml)⁷.

1.2 A Produção, Consumo, Comércio e a Demanda Potencial Mundial do Leite

Com o intuito de construirmos uma visualização sobre qual o cenário mundial da produção, consumo e demanda potencial do leite, começaremos através de um exercício simplificado de estimativa potencial do consumo do leite no mundo, tendo por base o volume estimado, pela FAO, para a produção em 2010, a população total do planeta e o volume médio recomendado para o consumo humano anual.

Constituído o exercício, passaremos a detalhar características do sistema produtivo leiteiro no mundo, buscando trazer luz às questões que mais influenciam a produção e o comércio de lácteos no mercado internacional, identificando os maiores produtores, os maiores exportadores e os maiores importadores, a fim de constituirmos uma quantificação daquela que venha a ser a demanda potencial bem como os produtos lácteos de maior peso nas estatísticas comerciais mundiais.

Com uma população mundial total estimada, para este ano de 2010, em 6,7 bilhões de habitantes e a perspectiva de superar-se a casa dos 7 bilhões já no ano de 2012⁸, e um consumo médio anual per capita recomendado de leite na ordem de 210 litros⁹, teríamos uma necessidade total de produção, anual, na ordem de 1.407.000.000 de toneladas, o que nos apresenta um quadro deficitário, anual, de algo em torno de 50% se considerarmos as

⁵ Teste de redutase do azul de metileno (TRAM) Neste teste avalia-se a atividade das bactérias presentes no leite, por meio de um corante. Quanto mais rápido for o tempo de descoloração do corante de azul para branco, maior é o número de micróbios existentes. No Brasil, o leite é aceito quando a descoloração ocorre a partir de duas horas e trinta minutos. Esse teste classifica o leite brasileiro nos tipos A, B.

⁶ UFC, a sigla significa, unidades formadoras de colônias, que é um valor indicado do grau de contaminação microbiológica de um ambiente, no leite indicará a contagem bacteriana total.

⁷ CCS ou Contagem de Células Somáticas indicam pela presença de leucócitos na amostra de leite, a existência de infecção bacteriana nos úberes das vacas, no mais das vezes a mastite.

⁸ Conforme dados da Agência ANSA - Agenzia Nazionale Stampa Associata - acessado em 26/08/2010 em http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2008/06/20/Especial/Populacao_mundial_sera_de_7_bilho.shtml às 18h e 26 min.

⁹ Valor médio calculado aritmeticamente a partir do consumo anual recomendado, pelo Ministério da Saúde brasileiro, para as quatro faixas, crianças até 10 anos de idade, adolescentes de 10 a 19 anos, adultos de 20 a 69 anos e maiores de 70 anos.

estimativas da produção total de leite, para este ano de 2010 elaboradas pela FAO que dão conta de algo em torno de 712 milhões¹⁰ de toneladas.

Cabe ressaltar que os cálculos anteriores não passam de uma especulação a cerca de uma ilusória hipótese de um mercado em concorrência perfeita, contando, acima de tudo, com todos os consumidores aptos, sob o aspecto de terem renda disponível para o consumo.

Saliente-se, também, por outro lado, que, de acordo com a OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - em 2006, dos US\$ 158 bilhões totais de subsídios concedidos para a produção de *commodities* agropecuárias, a cadeia do leite recebeu 16% do total, significando US\$ 24,64 bilhões¹¹.

Estes benefícios artificiais acabam por repercutirem em significativas distorções no comércio internacional de lácteos, com severos prejuízos àqueles países que produzem sem auxílios semelhantes.

Artigo publicado na revista *Update* da Câmara Americana de Comércio (Amcham), São Paulo, citado abaixo, nos dá uma demonstração dos efeitos dos subsídios, dos países ricos, sobre o sistema produtivo leiteiro dos países pobres, distorções que se fazem sentir, também, sobre a produção dos países ditos emergente, como é o caso do Brasil:

O total dos subsídios da UE e dos governos nacionais (US\$ 18 bilhões) representa 40% do valor da produção. Boa parte deles é utilizada na exportação subsidiada de manteiga, leite desnatado e queijo – a UE controla em média 40% desses mercados no nível mundial.

Na República Dominicana, por exemplo, o leite em pó europeu chega a um preço 25% inferior ao do leite *in natura* local. Cerca de 100 mil pequenos produtores dominicanos deixaram de produzir leite nos últimos 20 anos devido ao dumping europeu¹².

A despeito da produção de leite encontrar-se entre as que mais recebem subsídios, esta se apresenta razoavelmente bem distribuída no mundo; dada a importância do leite para a alimentação humana, o leite é produzido em todo o mundo.

¹⁰ Conforme dados apresentados pelo Centro de Inteligência do Leite, acessado em 13/10/2010 às 15h e 39 min. em <http://www.cileite.com.br/content/fao-prev%C3%AA-aumento-de-2-na-produ%C3%A7%C3%A3o-mundial-de-leite> .

¹¹ FERREIRA, Ricardo Cotta e MARTINS, Marcelo Costa. *Negociações Agrícolas Internacionais, Barreiras ao Livre Comércio de Lácteos*. Disponível em Comércio Internacional de Lácteos. Orgs. José Luiz Bellini Leite, Kenya Beatriz Siqueira, Glauco Rodrigues Carvalho e Lúcio R.L. Sá Fortes. Juiz de Fora: Templo, 2008, p. 123.

¹² BARUJA, Salvador Pane. Quanto mais rico, melhor - *Protecionismo agrícola, que prejudica países mais pobres, beneficia fazendeiros poderosos*. Revista Update – Amcham, São Paulo: [2002?].

De acordo com estudo de Carvalho, sobre a concentração da produção mundial de leite de vaca entre 1992 e 2008, através do qual o autor nos apresenta o índice de Hirschman - Herfindahl (HHI)¹³, que busca mostrar qual a situação, se dispersa ou concentrada, ao final do período, ficou evidenciado pelo resultado do cálculo do índice de HHI, resultante em 480,60 para o ano de 2008, visualizado na figura a seguir, que a informação anterior se confirma, ou seja o sistema produtivo leiteiro mundial é sim desconcentrado.

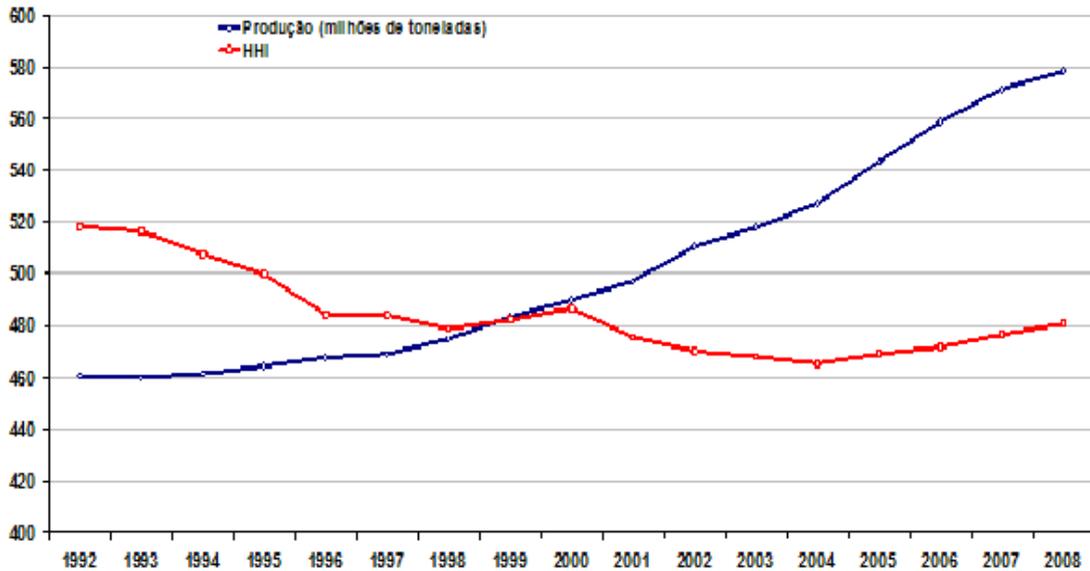


Ilustração 01 - Gráfico da Produção e Concentração Mundial de Leite 92 - 2008

Fonte: Elaboração dos autores de *Análise da concentração da produção mundial de leite de vaca entre 1992 e 2008*.

Ao analisarmos o gráfico da ilustração 02, percebemos que no período de 1992 a 1998, ocorre uma concentração da produção de leite, com uma leve e breve interrupção no ano de 1996, evidenciando uma estabilização no processo.

Entre 1998 e fins de 2000, verificamos um princípio de reversão, ou seja, a produção começa a perder concentração assumindo inegáveis demonstrações de desconcentração, para

¹³ O Índice de Hirschman-Herfindahl é calculado a partir da soma dos quadrados da participação de cada país em relação ao tamanho total do mercado e leva em conta todos os países. Desta forma teremos então a seguinte formulação para efetuarmos o cálculo:

$$HHI = \sum_{i=1}^n S_i^2$$

onde S_i = representa a fração do país na produção global e n = o número de países

O valor máximo de HHI é 10.000 e ocorre quando todo o mercado é dominado por apenas um país. O valor mínimo de H é 0 indicando que o mercado é homogeneamente distribuído e tendendo a um modelo teórico de concorrência perfeita. As faixas de orientação da análise são: a) menor que 1.000: baixa concentração; b) de 1.000 a 1.800: concentração moderada; c) maior que 1.800: alta concentração.

chegar ao final do ano em novo período de concentração, que se estenderá até meados de 2004.

O sistema produtivo leiteiro mundial passa, então, de meados de 2004, diante de nova inflexão, a desconcentrar-se, condição na qual se manterá até 2008. A produção física, de outra sorte, mostra, ainda que com índices nominais não significativos, 1,4% no período de 92-08, valores absolutos, em volume, considerados consistentes.

1.2.1 Os maiores produtores no mundo

Antes de qualquer evolução neste trabalho é necessário que salientemos que as estatísticas mais difundidas sobre produção, produtividade e comercialização de leite, referem-se a produção do produto originário de vaca, dado que, inclusive, altera o primeiro produtor de leite mundial¹⁴.

O ranking dos maiores produtores mundiais de leite de vaca, com o respectivo volume e, apresentado a partir da produtividade está na tabela a seguir:

¹⁴ Se as estatísticas apresentadas trouxessem dados acumulados da produção de leite, independentemente dos animais que o produzem, teríamos a Índia como o maior produtor, haja vista a produção de leite de Búfala que representa algo em torno de 55% da produção de leite daquele país, conforme TEIXEIRA, BASTIANETTO e OLIVEIRA em Leite de búfala na indústria de produtos lácteos.

Tabela 01 - Classificação Mundial dos Principais Países na Produção de Leite de Vaca por Volumes e Hierarquizados por Produtividade no Ano de 2007

*	Países	Produção de leite (mil ton) 2007	Vacas ordenhadas (mil cabeças)	Produtividade (Kg/vaca/ano)
1°	E U A	84.189	9.132	9.219
2°	Dinamarca	4.600	555	8.288
3°	Canadá	8.000	1.005	7.960
4°	Japão	8.140	1.095	7.434
5°	Países Baixos	10.750	1443	7.450
6°	Reino Unido	14.450	2.010	7.189
7°	Alemanha	27.900	4.030	6.923
8°	México	9.599	1.610	5.962
9°	França	23.705	3.799	6.240
10°	Itália	11.000	1.814	6.064
11°	Austrália	10.350	2.017	5.131
12°	Polônia	11.800	2.727	4.327
13°	Argentina	10.500	2.200	4.773
14°	Nova Zelândia	15.842	4.150	3.817
15°	Ucrânia	12.300	3.347	3.675
16°	Federação Russa	31.950	9.400	3.399
17°	China	32.820	10.557	3.109
18°	Turquia	11.000	4.350	2.529
19°	Irã	6.450	4.300	1.500
20°	Paquistão	11.000	9.170	1.200
21°	Brasil	25.327	20.700	1.224
22°	Índia	42.140	38.000	1.109
23°	Colômbia	6.800	6.750	1.007
	Outros Países	125.092	99.423	1.258
	TOTAL	555.704	243.584	2.281

Fonte: FAO - Elaboração: R. Zoccal- Embrapa Gado de Leite - Atualizado em dezembro/2008.

Este ranking dos maiores produtores, geralmente é definido pelo volume total produzido, o que mostra alterações nas colocações dos países, haja vista que, mesmo com uma produtividade, vaca/ano, muito baixa, relativamente aos principais produtores, países como China, Brasil, e Índia, devido ao tamanho dos seus rebanhos, superam, todos, a casa dos dez milhões de animais, localizam-se entre os seis primeiros produtores em volume, como podemos comprovar na tabela abaixo:

Tabela 02 - Classificação Mundial dos principais Países produtores de Leite de Vaca no ano de 2007

Percentual do				
	Países	Produção de leite (mil t) 2007	Total	Acumulado
1º	Estados Unidos da América	84.189	15,02	15,02
2º	Índia	42.140	7,52	22,54
3º	China	32.820	5,86	28,39
4º	Federação Russa	31.950	5,70	34,09
5º	Alemanha	27.900	4,98	39,07
6º	Brasil	25.327	4,52	43,59
7º	França	23.705	4,23	47,82
8º	Nova Zelândia	15.842	2,83	50,65
9º	Reino Unido	14.450	2,58	53,22
10º	Ucrânia	12.300	2,19	55,42
11º	Polônia	11.800	2,11	57,52
12º	Itália	11.000	1,96	59,49
13º	Turquia	11.000	1,96	61,45
14º	Paquistão	11.000	1,96	63,41
15º	Holanda	10.750	1,92	65,33
16º	Argentina	10.500	1,87	67,20
17º	Austrália	10.350	1,85	69,05
18º	México	9.599	1,71	70,76
19º	Japão	8.140	1,45	72,22
20º	Canadá	8.000	1,43	73,64
	Outros	147.725	26,36	100,00
	TOTAL	560.487	100	

Fonte: FAO – Elaboração R. Zoccal – Embrapa Gado de Leite – Atualização Dezembro de 2008

Pode-se verificar a partir destas duas últimas tabelas, que além de ter, entre os primeiros quinze melhores classificados, mais de 50% deles como originários do continente europeu, esta condição se repete ao analisarmos a produtividade.

O último país europeu a estar relacionado aparece com uma produtividade de 3.675 kg de leite por vaca/ano, superando em mais de três vezes os valores de Índia e Brasil, que aparecem entre os seis primeiros em volume.

Estes dados apresentados pelos países europeus confirmam a condição de primeiro continente em volume de leite produzido no planeta, como mostra a tabela abaixo quando onde a produção, por continente, é confrontada:

Tabela 03 - Produção mundial de leite de vaca por Continente - 1997/2007

Continente	Produção de leite (mil t)			Variação %	% total
	1997	2002	2007	2007/97	2007
Europa	212.784	212.441	207.821	-2,4	37,1
América	132.977	145.984	160.588	17,2	28,7
Ásia	85.123	102.282	140.787	39,5	25,1
Oceania	20.443	24.260	26.259	22,1	4,7
África	17.615	22.797	25.033	29,6	4,5
Total	468.942	507.764	560.487	16,3	100

Fonte: FAO – Elaboração: R.Zoccal - Embrapa Gado de Leite - Atualização: dezembro/2008

Vê-se, também, que o continente europeu, com um sistema produtivo leiteiro altamente subsidiado¹⁵, vem apresentando continuada redução em sua produção, enquanto os demais mostram persistentes índices de crescimento.

A produção de leite na Ásia é a que mostra o maior e mais rápido crescimento, como fica evidente na tabela abaixo, para o período de 1992 a 2007, condição que se deve, principalmente, aos resultados obtidos por China e Índia nos últimos anos.

Estes dois países são responsáveis por quase dois quintos da população mundial, e é ancorado nesta realidade que fazemos um detalhamento de condições produtivas a partir de China e Índia.

Tabela 04 - Europa e Ásia: evolução da produção de leite entre 1992 e 2008

Países	1992	2008	Var % B/A	Países	1992	2008	Var % B/A
	(milhões de ton.) A	(milhões de ton.) B			(milhões de ton.) A	(milhões de ton.) B	
Europa	235,71	209,97	-12%	Ásia	73,80	147,54	100%
Rússia	47,02	32,12	-32%	Índia	24,29	44,10	82%
Alemanha	27,99	28,66	2%	Turquia	8,72	11,26	29%
França	25,74	24,52	-5%	Japão	8,58	7,98	-7%
Ucrânia	18,96	11,52	-39%	China	5,28	35,85	579%
Reino Unido	14,78	13,72	-7%	Cazaquistão	5,22	5,16	-1%
Outros	101,24	99,44	-4%	Outros	21,71	43,18	99%

Fonte: FAO 2010. Elaboração Glauco Rodrigues Carvalho, Guilherme Fonseca Travassos e Lucas Campo Pinha

¹⁵ Veremos mais detalhadamente à frente que União Européia, Japão e Estados Unidos concentram mais de 80% de todas as receitas agrícolas de apoio, bem como encontraremos o leite, juntamente com açúcar e arroz entre os e três produtos que mais recebem recursos.

A China superou intenso processo de reformas políticas e econômicas iniciadas no final dos anos setenta do século XX, apresentando os maiores e mais persistentes índices de crescimento no mundo há mais de três décadas, inclusive contribuindo para o crescimento de outras nações.

Os aumentos na renda da população tem sido significativos repercutindo em acelerado processo de urbanização que trazem consigo importantes mudanças nos hábitos alimentares, entre eles o aumento do consumo do leite.

O leite, mesmo sendo apenas o seu sétimo produto¹⁶, (ilustração abaixo), de origem agropecuária em valor bruto da produção, tem seguido os mesmos resultados da economia em geral, saltando da vigésima colocação entre os países produtores, em meados dos anos de 1990 para a terceira, dez anos mais tarde.

Diferentemente daquilo que se tem observado na produção leiteira indiana e brasileira, por exemplo, aumento da produção resultante da incorporação de novos animais e crescimento dos rebanhos, os chineses tem obtido importantes aumentos de produtividade, seu rebanho cresce, porém a produção anual por unidades de vacas leiteiras tem crescido mais, isto é resultado das políticas de incorporação de novas tecnologias implementadas pelo governo central, através da distribuição de sêmen , embriões e de investimentos na qualificação da vida dos produtores.

¹⁶ Rozangela Zoccal pesquisadora da Embrapa gado de Leite que em seu **Produção de Leite na China**, baseado em dados da FAO/2010, apresentou ilustração anterior, onde mostra os principais produtos de origem agropecuária, daquele país, em valores brutos da produção, Disponível em <<http://www.cileite.com.br/panorama/conjuntura40.html> > . Acesso em 08 set 2010.

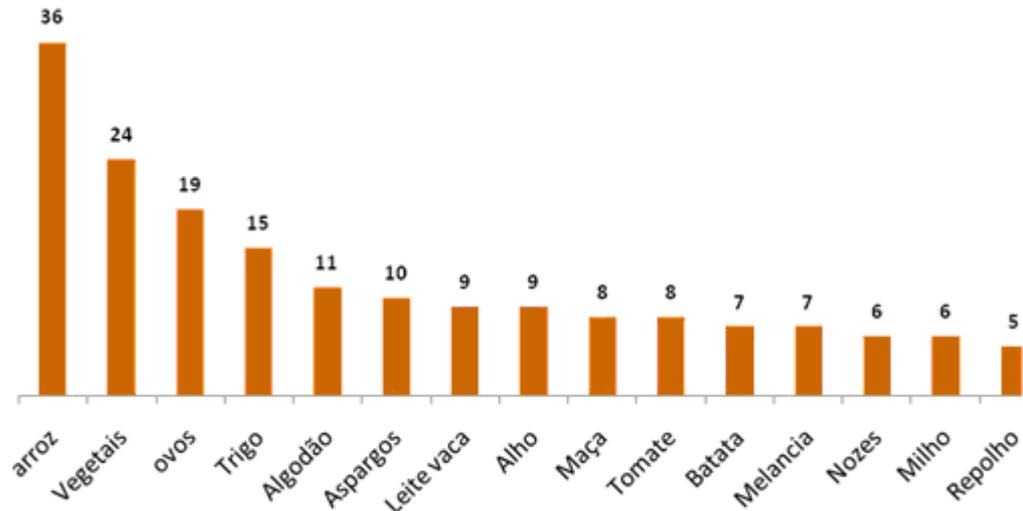


Ilustração 02 – Principais produtos de origem da agropecuária chinesa em Valor Bruto da Produção

Fonte: FAO/2010, Produzido por Zoccal em Produção de Leite na China. 2010.

O resultado concreto se mostra no volume produzido por habitantes/ano. Em 1998 era de 5,6 litros, atingindo a ordem de 13,7 litros apenas cinco anos após e superando a casa dos 26 litros em mais cinco anos decorridos.

Em abril de 2006 o governo chinês, através de seu Primeiro Ministro, externou o desejo de que todo o cidadão chinês pudesse acessar pelo menos 500g de leite diariamente, em especial as crianças, volume que importaria em 182,5 litros anuais, portanto, em quantidade anual inferior ao volume mínimo recomendado pela organização mundial da saúde que, já mencionado, é, na média de faixas etárias, da ordem de 210 litros.

Com uma população ao redor de 1,35 bilhões, estimada para 2010 e perseguindo-se a pretensão governamental, a produção chinesa deveria superar a casa dos 246 bilhões de litros, já em 2010, quantidade quase 6,5 vezes maior que a produção estimada para o ano recém findo, que é de 38 bilhões de litros.

Parafrazeando Zoccal¹⁷, considerando apenas um terço da população chinesa, ou seja, 450 milhões de habitantes, e a pretensão de seu Premier de oferecer-lhes 500g de leite diários,

¹⁷ Rozangela Zoccal pesquisadora da Embrapa gado de Leite que em **Produção de Leite na China**, de sua autoria, desenvolveu exercício onde demonstra as dificuldades chinesas em atingir as pretensões de seu Primeiro Ministro - fornecer a cada chinês 500g de leite diários - mesmo frente aos significativos aumentos no volume produzido que vêm obtendo. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/panorama/conjuntura40.html>> . Acesso em: 08 set 2010.

chegaremos a cifra de mais de 82 bilhões de litros anuais, em outras palavras, um déficit de mais de 44 bilhões de litros ou 116,12% sobre a produção estimada para 2010.

Mas às dificuldades para realização das pretensões governamentais, relativamente ao leite, crescem-se outras, como se pode verificar no trabalho de Gilberto Dupas, (China e Índia afetando as novas realidades globais, p.06), a seguir, onde apresenta-nos o crítico limitador das terras aráveis.

O frágil equilíbrio desse complexo processo de engenharia social é agravado pelo fato de que a China precisa alimentar 25% da população mundial com apenas 7% das terras aráveis; de que seu déficit energético é imenso; e de que é necessário produzir uma dezena de milhões de novos empregos por ano, num quadro de imensa desigualdade de rendas. Cerca de 200 milhões de pessoas estão abaixo do limite de pobreza de um dólar diário per capita. Acentuam-se enormes disparidades, há um volume de desempregados de 40 a 200 milhões, dependendo das estimativas e metodologias, as empresas estatais são deficitárias, o sistema bancário é precário, há imensos problemas de saúde pública e a AIDS é endêmica em algumas províncias.

Tão pequeno percentual arável, visto isoladamente, pode até gerar avaliações apressadas, porém, diante do território chinês, 9.571.300 km², os 7% indicam que são 669.991 km² a área agricultável, limitador, de qualquer forma, diante do contingente populacional para o qual deve proporcionar alimentos, principalmente se comparamos com outros países de melhor relação população versus área agricultável.

Não bastassem as dificuldades já enumeradas pelo sistema produtivo leiteiro chinês, para o atendimento de suas pretensões, relativas ao abastecimento, ainda enfrentaram, recentemente, a identificação da contaminação, por melamina, de derivados do leite produzidos para bebês.

No ano de 2007, nos EUA, foram encontrados traços de melamina em rações utilizadas na alimentação animal¹⁸, o que causou inúmeros óbitos de cães e gatos, após, em 2008, alimentos infantis, a base de leite é que se mostraram contaminados. Constataram-se danos renais em 300 mil, muitos menores de dois anos e repercutindo em mais de 10mil interações com seis óbitos.

¹⁸ A melamina é um produto químico empregado na fabricação de colas, plásticos e resinas, bem como na manufatura de papel; ingeri-la ocasiona insuficiência renal, problemas gástricos, asma e fibrose pulmonar. Em 2007, 22 empresas chinesas começaram a incluir a melamina no leite para espessá-lo e fazê-lo parecer ter mais proteínas do que realmente tinha. É que esta substância possui grandes concentrações de nitrogênio, indicador de proteínas no leite. A China pretendia ter o maior faturamento mundial na produção de leite em 2008 e alcançar os 38 bilhões de litros, para isso as empresas produtoras estavam diluindo o leite com água e simulando que não havia perda de proteínas incluindo a melamina, conforme informações obtidas no sítio da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, disponível em: http://www.reluita.org/agricultura/alimentos/que_es_la_melamina-por.htm.

Dessa crise de 2008 resultou que quase 50% das empresas produtoras de lácteos chinesas não tiveram suas licenças operacionais renovadas, 553 das 1176 tiveram canceladas suas licenças.

Como se vê, ainda que o governo chinês esteja dedicando esforços para recuperar a confiabilidade do seu sistema produtivo leiteiro, as desconfianças ainda persistem.

A Índia, com uma área de pouco mais de 3,287 milhões de km² e população superior a 1,15 bilhões de habitantes, em 2009, ainda que conte com 28,6 % de sua população considerada abaixo da linha da pobreza, de acordo com o Bird, guardadas a peculiaridades de seu processo econômico, tem mostrado, semelhantemente a China, importante crescimento econômico.

A agricultura indiana tem relativamente baixa importância em sua economia, ao redor de 21% de seu PIB, porém é no ambiente rural onde ainda se localizam expressivos contingentes populacionais, ao redor de 72% de toda a população, conforme dados do Bird.

Dos seus quase 3,3 milhões de km², os indianos utilizam ao redor de 175 milhões de hectares, quer dizer, são utilizados na produção de alimentos por volta de 53% de seu território, sendo que, em torno de 9,5% da área é coberta por água.

A produção de leite dos indianos os coloca na condição de primeiro colocado no ranking, perdendo somente para a UE. Porém, as estatísticas a colocam como segundo maior produtor devido a, normalmente, referirem-se ao leite de vaca, já referido. Acontece que 55% da produção indiana de leite é resultante da ordenha de búfalas.

Recente relatório do Escritório do USDA, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em Nova Deli, informa que a Índia, estima-se, tenha atingido a produção de 117.000.000 de toneladas de leite em 2010, porém o aumento ao redor de 4% na produção, que vem se repetindo há alguns anos, não deve ser o suficiente para atender o crescimento do consumo frente à grande incorporação de novos consumidores que vem ocorrendo anualmente.

A preocupação com o risco de desabastecimento do produto está externada nas palavras do analista de lácteos do RABOBANK, na Índia, Shiva Mudgil, proferidas durante a Conferência Internacional sobre "Oportunidades Emergentes no setor de Lácteos e de Aves", organizada pela Confederação das Indústrias da Índia (CII), em 2010, como podemos observar a seguir:

nosso país é o maior produtor de leite do mundo, mas em breve, espera-se que precisaremos de mais do que o setor pode fornecer. Então, nosso foco deverá ser melhorar o setor de lácteos na Índia. Para isso, as importações podem ser uma solução em curto prazo. Além disso, a chave é aumentar a produção de leite de gado na Índia junto com o aumento nos produtos com valor agregado.

Na mesma conferência, o consultor da Associação de Produtores de Alimentos Animais (CLFMA, em inglês), P.G. Phalke refere-se à necessidade de organizar o mercado indiano do leite e ampliar a incorporação de tecnologias à produção.

O governo indiano perseguiu o aumento da produção e produtividade anual por animal que ainda é muito baixa, pouco mais de 1100 litros anuais tem aplicado medidas para qualificar a infra-estrutura rural e melhorar a vida da população no meio, feito importações de animais de genética apurada e voltada especificamente à produção de leite, distribuído embriões e facilitado o acesso ao crédito como principais instrumentos para se fugir às importações.

Também encontrado entre os maiores produtores de leite do mundo, em trabalhos estatísticos apresentados - 1º lugar - como podemos verificar na tabela 04, acima, os EUA desfrutam desta colocação por, normalmente, se tratar da produção de leite de vaca.

Os Estados Unidos da América tem uma área de quase 8 milhões de km² quando são computados apenas seus cinquenta estados e o Distrito Capital. Dispõem de algo em torno de 275 milhões de hectares para produção agropecuária, e ao redor de 110 milhões não utilizados ou utilizados com pastagens e o restante para a produção agrícola.

Sua população, conforme o U.S. & World Population Clocks, do United States Census Bureau em 05 de fevereiro de 2011, é de 310.763.768 habitantes, incluída a estimativa de 11,2 milhões de imigrantes ilegais, que utilizando-se os dados de consumo per capita de 2008 - 97,6kg de leite fluído - determina um consumo de mais de 30,3 bilhões de litros. Agregue-se que somados os produtos derivados do leite a população dos EUA atinge o consumo per capita anual de 267 litros em 2010 de acordo com Rafael Ribeiro de Lima Filho, consultor da Scot Consultoria, em artigo publicado pela DCI.

Outro dado, porém, que será abordado mais detalhadamente quando tratarmos do mercado internacional do produto, e que repercute sobre a produção mundial de leite e as possibilidades de desenvolvimento de países e produtores mais atrasados é o nível de subsídios praticados pelos países desenvolvidos.

Em trabalho intitulado *Políticas agrícolas em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE: A agenda positiva de reforma, produzido por suas, Diretoria de Agricultura, Alimentos e Pesca e Diretoria de Comércio*, datado de novembro de 2002, na sua página 05 verificamos:

OECD countries continue to provide high levels of support to the agricultural sector. In 1986-88, total transfers to the sector, as calculated annually by the OECD, cost consumers and taxpayers US\$298 billion, representing 2.3% of GDP. In 2001, the corresponding figure was US\$311 billion, or 1.3% of GDP. Three-quarters of these transfers are provided as support to farmers, accounting for one-third of their gross receipts, with general expenditures on items such as research, marketing and infrastructure accounting for the rest.

The level of support to producers, as captured by the Producer Support Estimate (PSE), varies widely across countries and commodities. The European Union, Japan and the United States collectively account for around four-fifths of all support, although as a percentage of the value of gross farm receipts, support is highest in Switzerland, Norway, Korea, Iceland and Japan respectively. Rice, sugar and milk are the most supported commodities, with transfers to producers exceeding 50% of gross receipts for these products. Wool, eggs and poultry receive the least support (less than 15 percent of gross receipts in all cases), with other commodities falling between these extremes. For example, support to crops averages between 40 percent and 50 percent of gross receipts.

Nota-se que, mesmo com redução dos valores relativamente ao PIB dos EUA, o valor dos subsídios tem aumento em termos absolutos de uma média, entre 1986-88, de 298 bilhões de dólares para 311 bilhões em 2001. Chama a atenção que o leite está, junto com açúcar e arroz, entre os três que mais transferências recebem, superando 50% das sua receitas brutas.

No ano de 2007, foram produzidos mais de 84,1 milhões de toneladas com um rebanho de pouco mais de 9,1 milhões de vacas, o que lhes conferia uma produtividade média anual, por cabeça, superior a 9,2 mil quilos.

Em 2008 cerca de 85,68 bilhões de quilos de leite foram comercializados no mercado norte americano, sendo que mais de 57 bilhões de litros foram utilizados na produção de derivados lácteos e destes 65% originaram queijos.

No ano de 2009 seus produtores foram tragados pela grande crise imobiliária que atingiu-lhes a economia de forma geral, causando, inclusive, reduções do rebanho, mas os dados de 2010 já permitem inferir sobre a recuperação no setor mostrando aumentos na produção, principalmente ganhos de produtividade, conforme o trabalho do setor de estatísticas do USDA, a seguir:

Mês	Vacas leiteiras ²		Leite por vaca ³		Produção de leite		
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	Variação
	<i>mil cabeças</i>		<i>quilos</i>		<i>milhões de quilos</i>		<i>%</i>
Janeiro	8.506	8.315	795	809	6.760	6.727	-0,5%
Fevereiro	8.486	8.319	728	745	6.180	6.196	0,3%
Março	8.482	8.322	814	837	6.905	6.969	0,9%
Abril	8.480	8.328	798	827	6.769	6.891	1,8%
Maio	8.475	8.337	832	859	7.049	7.158	1,5%
Junho	8.434	8.352	793	824	6.692	6.884	2,9%
Julho	8.397	8.370	803	830	6.744	6.947	3,0%
Agosto	8.372	8.362	792	814	6.625	6.804	2,7%
Setembro	8.335	8.368	760	784	6.331	6.564	3,7%
Outubro	8.316	8.371	780	801	6.489	6.706	3,3%
Novembro	8.314	8.371	763	781	6.341	6.537	3,1%
Dezembro	8.311		799		6.637		
Anual	8.409		9.457		79.522		

Quadro 04 - Produção de leite e número de vacas por mês nos 23 estados de maior produção nos EUA - 2009/2010

1 - 2009 revisado. 2 - Inclui vacas secas, exclui novilhas que ainda não pariram. 3 - Exclui o leite dos bezerras. Fonte: NASS – USDA Serviço Nacional de Estatísticas Agrícolas do Departamento de Agricultura dos EUA.

A seguir trazemos dados relativos à produção da Federação Russa, que ocupa a quarta colocação, com 31,95 bilhões de litros no ano de 2007.

A Federação Russa compreende um território de 17.075.200 km² e uma população estimada para o ano de 2008 de 140.702.096 habitantes. Desta área total, 7,28% é arável, ou cultivada com lavouras permanentes, ou seja, uma área ao redor de 1.243.075 km² para a produção de alimentos.

A Rússia produziu um volume total, no ano de 2007, da ordem de 31.950 milhões de toneladas de leite a partir de um rebanho de 9,4 milhões de vacas atingindo uma produtividade de 3.399 litros por vaca/ano. O consumo per capita, para o ano de 2007 foi de 219, que a coloca na faixa dos que tem o consumo de acordo com o que sugere a OMS.

Os dados mais recentes, porém, dão conta de que a Federação Russa, mesmo aparecendo entre os maiores produtores mundiais de leite, encontra-se entre os maiores importadores. No ano de 2008 foram 80 mil toneladas de manteiga e 250.000 toneladas de queijos.

Entretanto, os investimentos governamentais em estruturas produtivas associados a benefícios creditícios e controle nas exportações, demonstram o compromisso e pretensão de ,

até 2012, garantir-se um nível de auto abastecimento de no mínimo 90% . Os resultados, mesmo modestos já começam a aparecer e a estimativa de crescimento na produção no ano de 2010 sobre 2009 é de 450.000 toneladas, ao redor de 1,38% o que deve elevar o total produzido à casa dos 33 milhões de toneladas.

Outra situação que se sobressai no atual mercado russo é a aquisição, por parte da multinacional PepsiCo. da maior empresa de lácteos do país, a Wimm-Bill-Dann numa demonstração do interesse que desperta, tal mercado, conforme manifestação da presidente da empresa compradora:

A companhia pretende erguer um negócio de mais de US\$ 30 bilhões até 2020. Isso nos dá uma posição significativa num dos segmentos de bebidas e alimentos mais atraentes do mundo – a categoria de alto crescimento de laticínios, disse a presidente da PepsiCo, Indra Noovy, a investidores e analistas, ontem, 02 de dezembro de 2010¹⁹.

A Alemanha, com seus 357.021 km², dos quais 33,73% (pouco mais de um terço do território) é arável ou utilizado com lavouras permanentes, tem perto de 120.000 km² à disposição da produção de alimentos para abastecer uma população estimada em mais de 82 milhões de habitantes no ano de 2008.

É o maior produtor individual de leite da Europa, de acordo com dados de 2007, atingindo a marca das 27.900.000 toneladas com um rebanho de 4.030 milhões de vacas ordenhadas, com as quais obteve 6.923 kg/vaca/ano, volume que a colocava na relação dos 10 países com maiores níveis de produtividade.

Os alemães, pelo lado do consumo, encontram-se em condição privilegiada absorvendo, de acordo com os dados, no ano de 2007, um volume de 311 litros per capita.

No ano de 2007 a balança comercial alemã, nos lácteos, apresentou um superávit de quase dois bilhões e meio de dólares, colocando-a na condição de segunda maior exportadora individual do continente europeu.

A seguir, o próximo maior produtor mundial, sexto no ranking apresentado na tabela base, é o Brasil, porém, nos interessa deixarmos para tratar da produção brasileira mais a diante por acreditarmos que estaríamos reduzindo a importância da produção dos demais países que se encontram em condição inferiorizada a este no ranking dos produtores, se o

¹⁹ Notícia veiculada no Sítio do CONSELEITE – RS em 03 de dezembro de 2010, disponível em <http://www.conseleite.com.br/?p=noticias&id=247&ano=2010&mes=12> .

fizéssemos neste momento. Desta forma estaremos abordando o sistema leiteiro do sétimo, oitavo, nono e o décimo, para só após tratarmos da produção brasileira.

A França, sétimo maior produtor, apresenta uma área total de 643.427 km², um pouco menor que o dobro da área alemã, dos quais 35,49% são aráveis ou utilizadas com lavouras permanentes, (um total de 228.352 km², pouco menos que o total do território do estado do RS, no Brasil), que devem proporcionar o abastecimento de uma população, estimada, para o ano de 2008, de 64.057.792 habitantes.

No ano de 2007 os franceses produziram 23.705.000 toneladas de leite com um contingente de 3.799.000 vacas ordenhadas o que lhes proporcionou uma produtividade por animal/ano de 6.240 quilos e um consumo per capita de 349 litros por ano.

Os franceses apresentaram, no ano de referência da tabela, um superávit de mais de 3 bilhões de dólares na balança comercial de lácteos, com exportações totalizando US\$ 6.407.498.000 e importações num total de US\$ 3.238.226.000 sendo o queijo, o leite em pó e o leite condensado seus principais produtos de exportação, entre os lácteos.

O oitavo maior produtor, também aquele que mais comercializa leite e derivados no mercado internacional, a Nova Zelândia, devido às semelhanças em suas características físico-territoriais e econômicas, de acordo com relatório de viagem, recentemente disponibilizado por Paiva, intitulado, Da Oceania ao Cone Sul, da Nova Zelândia ao Rio Grande do Sul, onde à página dois, refere-se às tais semelhanças como podemos ver:

A Nova Zelândia, por sua vez, se parece muito com o Rio Grande do Sul. A área é praticamente a mesma: em torno de 280 mil km². Algumas das mais importantes especializações produtivas são muito similares: leite, carne, lã, vinho e turismo.

Por estas semelhanças e também pela diferença, significativa, de renda per capita entre aquele país e o estado do Rio Grande do Sul é que deixaremos a produção neozelandesa para tratarmos após o décimo ranqueado e antes ainda da produção brasileira.

O Reino Unido é o nono maior produtor mundial de leite com 14.450.000 toneladas produzidas, no ano de 2007, a partir de um rebanho de 2.010.484 vacas e uma produtividade por animal ordenhado de 7.187 quilos por ano, o Reino Unido resulta da união de quatro nações, a Inglaterra, a Escócia, a Irlanda do Norte e o País de Gales, totalizando uma área de 244.820 km² dos quais 23,43% são terras aráveis ou lavouras permanentes de onde devem ser produzidos alimentos para abastecerem uma população total, estimada para o ano de 2008, de 60.943.912 habitantes.

Com um consumo anual per capita da ordem de 264 litros o Reino Unido gera um déficit de U\$ 1.764.783 mil dólares em sua balança comercial de lácteos, ainda que observemos, por outro lado, que suas exportações atingiram a cifra de U\$ 1.465.007 mil dólares.

Outro elemento que chama atenção no setor de lácteos do Reino Unido é a alta produtividade por animal/ano, são produzidos 7.187 quilos, volume que a classificou na sexta posição entre os de maior produtividade em 2007.

Para completar, mesmo que sem finalizar, o arrolamento dos dados dos dez maiores produtores, trazemos a Ucrânia, décima colocada no ano de 2007.

A Ucrânia se caracteriza por apresentar uma área de 603.700 km², dos quais 55,4% são terras aráveis ou ocupadas com lavouras permanentes correspondendo a 334.450km².

Sua produção de leite foi de 12.300 mil toneladas no ano em estudo, a partir de um rebanho de 3.346.700 vacas ordenhadas o que lhe conferiu uma produtividade de 3.675 quilos por animal/ano.

A produção leiteira ucraniana, mesmo que tenha perdido importância relativa no ranking dos maiores produtores, mantém-se, juntamente com Brasil, China e Índia entre as de menor custo de produção, condição que lhes confere expressiva competitividade.

A ilustração a seguir traz a observação de Glauco Carvalho sobre alguns importantes aspectos como disponibilidade de terras, custos de produção e produtividade, que contribuem para a constituição de vantagens competitivas na produção leiteira mundial:

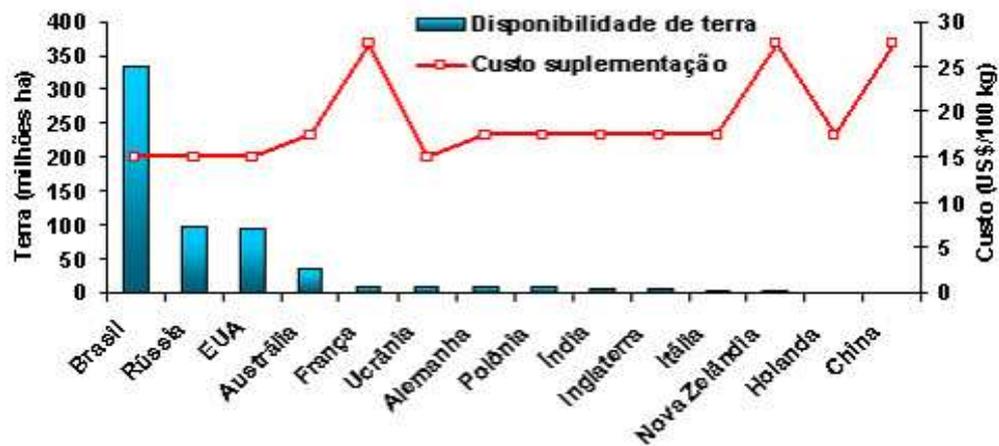


Ilustração 03 - Disponibilidade de terras e custo de suplementação (2005) em países selecionados (2005)

Fonte: Pecuária de Leite no Brasil : algumas vantagens competitivas. CARVALHO, Glaucio. Embrapa Gado de Leite. Panorama do Leite ano 02 nº 15 janeiro de 2008. Centro de Inteligência do Leite.

A disponibilidade de terras aparece como um indicador de potencial de alargamento da produção, dado este que mostra o Brasil como o país de maiores possibilidades de incorporação de novas áreas à produção.

O custo de suplementação é aquele que ocorre devido ao fornecimento de suplemento mineral, protéico, para o rebanho leiteiro com vistas à obtenção de maiores níveis de produtividade.

Os dados da FAO, com o quais Zoccal trabalhou na elaboração da tabela 05, apresentaram uma produção total de 560.487.000 toneladas, no ano de 2007, onde aparecem ranqueados os 20 maiores produtores de leite do mundo acrescido do “outros” representando importante volume a ser somado.

Na tabela 08, produzida pelo autor, que mostra a produção total, a produtividade, os valores exportados e importados, mais a taxa de câmbio, trabalha-se apenas com os dez maiores produtores, onde o volume total de 311.475.000 toneladas, corresponde a 55,57% do produzido entre todos os vinte países em 2007.

A tabela 08 nos permite identificar, por exemplo, que a Nova Zelândia, já em 2007, detinha a condição de maior negociadora internacional de derivados do leite, apresentando os maiores saldos na balança comercial de lácteos, seguida por França, Alemanha e Estados Unidos. O valor, em dólares, somando-se os dez maiores produtores mundiais, representou pouco mais de US\$ 25 bilhões. Por outro lado, diante da produção total, atingida no ano de

2007²⁰, as exportações totais, em volume, apresentaram leve recuo sobre o ano anterior, atingindo 38 milhões de toneladas, conforme quadro 01 apresentado no anexo.

Tabela 05 - Produção total, produtividade, taxa de câmbio e participação no comércio mundial dos dez maiores produtores em 2007

País	Produção de leite de vacas em 2007	Vacas Ordenhadas	Produtividade Vacas/ano	Taxa de Câmbio	Export. mil US\$	Import. mil. US\$	Saldo mil US\$
1° Índia*	42.140	38.000.000	1.109	41,49	155.878	13.635	142.243
2° EUA	84.189	9.132.000	9.219	1,00	2.216.986	1.611.553	605.433
3° China	32.820	10.557.309	3.109	7,61	242.253	744.157	501.904
4° Rússia	31.950	9.400.000	3.399	25,66	228.287	1.169.115	940.828
5° Alemanha	27.900	4.029.800	6.923	0,73	8.701.813	6.239.325	2.462.488
6° Brasil	26.134	21.122.273	1.237	1,95	540.880	213.145	327.735
7° França	23.750	3.799.000	6.240	0,73	6.407.498	3.238.226	3.169.272
8° N.Zelând	15.842	4.150.000	3.187	1,38	5.522.132	73.304	5.448.828
9° R Unido	14.450	2.010.484	7.187	0,50	1.465.007	3.229.790	1.764.783
10° Ucrânia	12.300	3.346.700	3.675	5,05	N/D	N/D	N/D
TOTAL	311.475				25.480.734	16.532.250	8.948.484

Fonte: Produzida pelo autor com base nos dados do Centro de Inteligência do Leite. Análise da Concorrência e FAO. *A Índia é o maior produtor de leite do mundo, porém, parcela maior de sua produção, em torno de 55% do total, é originário de búfalas.

É na condição de oitavo maior produtor mundial que a Nova Zelândia tem, agora, nossa atenção.

A Nova Zelândia, na Oceania, dispõe de um território um pouco menor que o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. São 268.680 km² contra 281.748,5 km², respectivamente. A principal diferença física, além das questões de relevo e do clima, é que o território neozelandês não apresenta a mesma continuidade do território do estado brasileiro, na verdade apresenta-se formado por duas ilhas mais importantes, chamadas Ilha do Norte e a Ilha do Sul e mais inúmeras outras menores.

O país insular dispõe de 12,46% de suas terras com condições de serem aradas ou com o cultivo de lavouras permanentes o que totaliza 33.478 km² de onde devem ser produzidos alimentos para uma população, estimada para o ano de 2008, de 4.173.460 habitantes.

²⁰ Mercado mundial de leite e produtos lácteos: visão da FAO. Apresenta uma análise dos preços, da produção e do comércio, com estimativas para o ano de 2007 e previsões para o ano de 2008. A estimativa de produção total, apresentada para 2007 foi de 676,3 milhões de toneladas, 12,2 milhões a mais que o ano de 2006. A previsão para o ano de 2008 sinalizava uma produção total de 693,2 milhões de toneladas ou um crescimento de 2,5% na produção mundial. A FAO, entretanto, fez, para o período 2006/2008 previsões de redução no nível do comércio mundial, conforme podemos verificar no anexo

A produção total de leite para o ano de 2007 beirou os 16 milhões de toneladas com um rebanho de 4.150.000 vacas ordenhadas repercutindo em uma produtividade de 3.817 quilos/ano por unidade ordenhada.

O neozelandês apresentou no ano de 2007 um consumo per capita de 300 litros o que absorve um pouco mais de 1,250 bilhão de litros dos quase 16 bilhões produzidos resultando num excedente de 14,589 bilhões encaminhados para a transformação na indústria ou para as exportações como leite fluido.

A Nova Zelândia é o maior exportador de produtos lácteos sendo que somente no ano de 2007 foram gerados U\$ 5.448.828.000 dólares de superávit em sua balança comercial de lácteos.

As exportações têm apresentado índices de crescimento especialmente significativos, impulsionados pelas compras da China, Oriente Médio e África. Tal crescimento tem chegado aos produtores em termos de ganhos financeiros reais, por exemplo, no ano de 2010 a expectativa é que chegue a 6,1 centavos de dólar por litro o ganho líquido enquanto no ano de 2009 foi observada situação inversa, perdas de 5,8 centavos por litro.

Resultando da curiosidade de pesquisador Paiva relata²¹, resultado de recente visita a Austrália e a Nova Zelândia, observações sobre a trajetória de cada país até chegarem a condição que desfrutam hoje..

As constatações, in loco, que o pesquisador nos oferece, a respeito da produção leiteira neozelandesa são deveras interessantes, desde as semelhanças entre a economia da Nova Zelândia e a do Rio Grande do Sul à proximidade do tamanho dos territórios, dado já trazido à baila neste trabalho.

O autor chama atenção, por exemplo, para a questão cambial, como sendo, antes da viagem, uma das suspeitas para a viabilização das exportações de produtos de origem agropecuária e o ingresso de vultosas somas em moedas estrangeiras que proporcionaram o desenvolvimento e o elevado nível da renda per capita. Tão logo fez contato com os neozelandeses pode desfazer esta desconfiança, confirmando que a política cambial praticada no país há tempos é a mesma adotada no Brasil desde o início do plano Real, ou seja, moeda sobrevalorizada o que tende ao encarecimento dos nossos produtos no mercado internacional.

²¹ Relatório de viagem a Austrália e a Nova Zelândia, realizada ao final de 2010, intitulado: DA OCEANIA AO CONE SUL, DA NOVA ZELÂNDIA AO RIO GRANDE: Desenvolvimento Socioeconômico, Produtividade Sistêmica e a Exploração de Sinergias em Cadeias Agroindustriais de Exportação.

Como podemos compreender, permanecia em aberto a explicação sobre a origem do desenvolvimento de Austrália e Nova Zelândia.

Mais adiante, porém, em seu relatório, Paiva descreve a origem de tão notáveis exportações: as vantagens comparativas obtidas através da integração de cadeias produtivas, de sua especialização levada ao limite extremo com a constante introdução de inovações e a agregação de valor aos produtos e subprodutos das cadeias, como podemos verificar a seguir:

De outro lado, a hipótese de que as cadeias agropecuárias dos dois países apresentam níveis extraordinários de produtividade mostrou-se inteiramente consistente. Mais: averiguamos, *in loco*, que esta produtividade extraordinariamente elevada é indissociável da introdução de inovações no plano da integração das cadeias, aproveitamento econômico de sub-produtos e agregação de valor aos mesmos. Este padrão de integração e agregação de valor perpassa as mais distintas cadeias agropecuárias dos dois países, envolvendo grãos, frutas e bebidas e as mais distintas pecuárias, com ênfase nas ovinoculturas de lã/corte e bovinoculturas leite/carne. Dada a impossibilidade de tratar com rigor e determinação de todos os sistemas, nos ativemos àquele processo de integração que nos parece ser o mais original e que apresenta maior potencial de replicabilidade para o desenvolvimento da agropecuária gaúcha: a integração neozelandesa da bovinocultura de carne e leite.

Esclarece-se então a fonte geradora do desenvolvimento e viabilizadora da distribuição significativa da renda nos dois países, situação que, descrita sumariamente, de forma alguma deve permitir a compreensão de eventual simplicidade em ser replicada no Rio Grande do Sul.

Compreende-se o caminho trilhado, inclusive sinalizador da possibilidade de superação de dificuldades quanto a empecilhos resultantes da política macroeconômica, mas, fundamentalmente, podemos dizer que conhecemos experiências virtuosas que devem nos estimular.

1.3 A Produção e o Consumo Brasileiros de Leite

Após termos trabalhado com dados acerca dos nove maiores produtores mundiais de leite de vaca no ano de 2007, com vistas a construção de um cenário, buscaremos em ajuste do foco do presente trabalho, dedicarmos atenção à produção de leite no Brasil.

O Brasil apresenta um território com 8.514.867 km² de área, dos quais 7,82% são terras aráveis ou cultivadas com lavouras permanentes. Conforme o gráfico, ilustração 01 do anexo, o país é o que apresenta maiores condições de incorporação de novas áreas à produção,

utilizando pouco mais de 50 milhões de hectares e podendo chegar a uma área em torno dos 400 milhões de hectares.

A população brasileira, no ano de 2007 era de 183.987.291 habitantes, de acordo com a tabela 09 abaixo, que apresentavam um consumo per capita de 139 litros de leite por ano, (dados da Embrapa, referentes a 2007), volume que se mostrava inferior ao consumo recomendado pelo Ministério da Saúde, com base nas recomendações da OMS. De acordo com o Ministério da Saúde o consumo per capita médio, entre as faixas, deveria ser de 210 litros/ano, portanto, pela média recomendada, o consumo brasileiro ainda é deficitário em 71 litros de leite por habitante/ano.

Tabela 06 - Demanda de produção de leite no Brasil

Faixas de idade	Recomendação litros/ano	População 2007	Demanda (milhões litros/ano)
Crianças (até 10 anos)	146	32.324.081	4.719
Adolescentes (10 a 19 anos)	256	36.318.893	9.298
Adultos (20 a 69 anos)	219	107.267.323	23.492
Idosos (maiores de 70 anos)	219	8.076.994	1.769
T O T A L		183.987.291	39.277

Fonte: Ministério da Saúde e IBGE Elaboração: R.ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

A produtividade do rebanho, (21.122.273 unidades), ordenhado no ano de 2007, pelos produtores do Brasil foi de 1.237 kg/ vaca/ano, a segunda menor entre os maiores produtores só ficando à frente da produtividade da Índia, (1.109 kg/vaca/ano) e o déficit, em 2007, resultante do cruzamento entre o consumo per capita recomendado, a população e o total da produção atingida, chegou a 13.143 milhões de toneladas.

A seguir apresentamos mapa com a produção total de leite no Brasil em 2008 e as variações na produção de leite por região no país, no período de dez anos compreendido entre 1998 e 2008.

Facilmente percebe-se que das cinco regiões, três apresentaram crescimento em sua produção e duas trouxeram reduções em seus dados.

Compreensível a situação da região Sudeste, pois como é a maior produtora há muito tempo, pode-se imaginar, enquanto região, ter atingido seu teto produtivo. Na verdade sabe-se que é a produção do estado de Minas Gerais que lhe confere esta condição de primeira

colocada no volume de leite produzido, bem como, a situação atual, de queda, deveu-se a redução observada no volume produzido pelo estado de São Paulo.

PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL - 2008

TOTAL: 27,58 BILHÕES

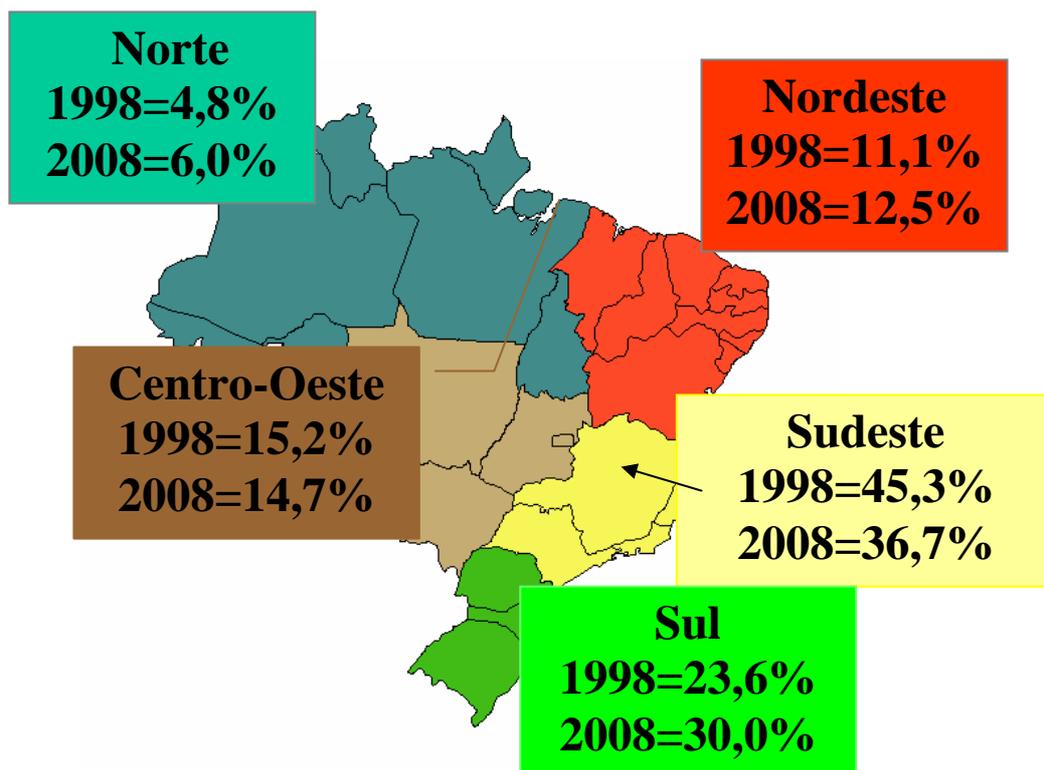


Ilustração 04 - Mapa comparativo da produção regional de leite no Brasil 98-08

Fonte: Dados do IBGE. Produzida por Darcy Bitencourt pesquisador da Embrapa Clima Temperado para a Palestra apresentada em 4/12/2009 em Marques de Souza: Produção e Perspectivas do Mercado do Leite.

Já a região centro oeste aparece com uma redução em sua produção, justamente no momento em que o mercado consumidor do país dá sinais de robustecer-se. Importante destacar que a redução pode estar vinculada ao avanço na produção de cana-de-açúcar voltada à geração de etanol, situação que se observa, a partir de São Paulo, no cerrado mineiro, goiano e mato-grossense, provavelmente suprimindo áreas anteriormente destinadas ao gado de leite.

As regiões Sul, Norte e Nordeste trazem estes resultados de crescimento devido a estarem, efetivamente tratando de investir na qualificação e aumento da sua produção leite.

O Brasil, conforme o censo de 2010, conta com uma população de 190.732.694 habitantes, dado que cotejado com o estudo da Associação Leite Brasil, aponta um aumento do consumo per capita que saltou de 100 litros anuais em 1980 para 161 litros em 2010. Ressalta, ainda, o referido estudo que o Brasil com seu nível de consumo per capita se encontra na sexagésima quinta colocação no ranking de consumo individual da FAO.

A produção brasileira de lácteos, porém não traz consigo histórico de empreendedorismo e dinamicidade, pois esteve sujeita a tabelamentos de preço desde 1945, que vigoraram até 1991, de acordo com CARVALHO, V. R.F.

o setor passou a partir dos anos 80 por diversas transformações que se configuraram em novas formas de coordenação setorial. O ponto de partida dessas mudanças e uma das mais significativas que afetou essa indústria foi a suspensão do controle e tabelamento dos preços, que vigorou de 1945 a 1991. O término dessa prática por parte do governo agiu como incentivo a entrada de novas empresas que passaram a atuar com maiores graus de liberdade pois, o tabelamento dos preços do leite, e derivados, agia como um desestímulo à criação de novos produtos, com maior valor agregado, visto que o teto já havia sido determinado pelo governo. Assim, com a liberalização dos preços, pela ótica da produção da matéria-prima, fez-se presente a possibilidade das empresas adotarem pagamentos diferenciados, de acordo com as características do produto. Essa liberalização dos preços deve ser vista como integrante de um processo mais amplo de desregulamentação dos mercados.

A pesquisadora nos trouxe interessante argumento que, aparte não ser objeto central deste trabalho, isolada e inegavelmente, é causa, pelo menos em parte, das importantes alterações nas quais o setor leiteiro do Brasil entrou a partir do início dos anos 90 do século passado.

É certo que a queda do tabelamento e a desregulamentação do setor leiteiro estão inseridas num contexto, como já referia o artigo citado acima, muito mais amplo e de caráter mundial. Foi neste período em que ocorre a abertura da economia do país não só a concorrência, mas também aos fluxos internacionais de capital.

Mas as mudanças no setor não se restringiram à abertura, queda no tabelamento de preços e desregulamentação, o governo, que até então se incluía no setor como um significativo demandante do produto, adquirindo algo em torno de 30% do leite tipo C produzido pelo mercado brasileiro, se retirou dos negócios.

O afastamento do elemento que efetuava as importações do setor, principalmente como elemento de regulação do abastecimento e dos preços dos produtos, no mais das vezes no período de entre safras, repercutiu imediatamente no volume de leite importado e em alguns casos originando inclusive concorrência predatória.

A produção, como podemos verificar na tabela 10 abaixo, produção de leite, vacas ordenhadas e produtividade animal no Brasil no período de 1980 a 2008 tem mostrado crescimento constante.

Observa-se que a produtividade litros/vaca/ano, que ainda é muito baixa, mesmo com mais de vinte milhões de cabeças ordenhadas em 1995, mal superava os oitocentos litros anuais.

Por outro lado, a tabela evidencia que a produtividade deu salto significativo na metade da década dos anos 90 do século passado, vê-se que são incorporados 337 litros ao volume total, por unidade ordenhada de animal/ ano, saltando-se de 801 para 1138 litros, com uma redução, entre os anos de 1995 e 1996, em torno de 20%, no número total de vacas ordenhadas, para logo a seguir, a partir de 2005, voltarmos aos patamares superiores aos 20,5 milhões de animais ordenhados.

Os ganhos de produtividade também são facilmente perceptíveis, com pequena oscilação entre 1996 e 1999, para, a partir de então, passar a crescer sem mais nenhuma queda até nossos dias.

Outra situação que chama a atenção é que a produção total precisou de vinte e três anos para dobrar o seu volume, mas após a duplicação, bastaram-se apenas sete anos, para se chegar, em 2010, ainda que com dados estimados, ao acumulado no crescimento superando 37%, com a produção devendo ultrapassar a casa dos 30,5 bilhões de litros.

**Tabela 7 - Produção de Leite, Vacas Ordenhadas e Produtividade Animal no Brasil
1980/2008***

Ano	Produção de Leite	Vacas Ordenhadas (mil cabeças)	Produtividade (litros/vaca/ano)
	(milhões litros/ano)		
1980	11.162	16.513	676
1981	11.324	16.492	687
1982	11.461	16.387	699
1983	11.463	16.276	704
1984	11.933	16.743	713
1985	12.078	17.000	710
1986	12.492	17.600	710
1987	12.996	17.774	731
1988	13.522	18.054	749
1989	14.095	18.673	755
1990	14.484	19.073	759
1991	15.079	19.964	755
1992	15.784	20.476	771
1993	15.591	20.023	779
1994	15.783	20.068	786
1995	16.474	20.579	801
1996	18.515	16.274	1138
1997	18.666	17.048	1095
1998	18.694	17.281	1082
1999	19.070	17.396	1096
2000	19.767	17.885	1105
2001	20.510	18.194	1127
2002	21.643	18.793	1152
2003	22.254	19.256	1156
2004	23.475	20.023	1172
2005	24.621	20.820	1183
2006	25.398	20.943	1213
2007	26.134	21.122	1237
*2008	27.083	21.484	1261

(*) Estimativa Embrapa Gado de Leite.

Fonte: IBGE (PPM) - Elaboração: R.Zoccal - Embrapa Gado de Leite - Atualização: dezembro/2008.

Ressalta-se que o já mencionado aumento nos indicadores de produtividade verificados no período 95/96 - redução significativa no total de vacas ordenhadas, 21% e 42% de aumento no volume produzido por animal é mudança tão expressiva que só ela já justificaria estudos mais profundos e amiadados.

A Tabela 11 a seguir, nos dá, entre outros, o cenário do consumo per capita no Brasil desde 1980 até 2005, com suas variações percentuais, ano a ano, contribuindo para que possamos identificar o momento no qual nossa produção passa a tornar viável que alteremos.

Tabela 8 - Brasil - Produção, importação, exportação e consumo de leite 1980 - 2005

Ano	Produção (milhões de litros)	VAR. %	Importação (milhões de litros)	VAR. %	Exportação (milhões de litros)	VAR. %	Consumo Per Capita Aparente (litros/hab.)	VAR. %
1980	11.162	-	774	-	-	-	100,7	-
1981	11.324	1,45	56	-92,75	-	-	93,9	-6,74
1982	11.461	1,21	79	41,35	-	-	93,2	-0,78
1983	11.463	0,02	193	143,13	-	-	92,1	-1,14
1984	11.933	4,10	207	7,31	-	-	93,9	1,98
1985	12.078	1,22	331	59,98	-	-	94,0	0,12
1986	12.492	3,43	2.319	600,60	-	-	110,0	16,99
1987	12.996	4,03	813	-64,94	-	-	100,6	-8,54
1988	13.522	4,05	214	-73,68	-	-	98,2	-2,34
1989	14.095	4,24	1.357	534,11	-	-	108,6	10,53
1990	14.484	5,76	906	-33,24	-	-	106,3	-2,06
1991	15.079	4,11	1.313	44,92	-	-	111,6	4,99
1992	15.784	4,68	276	-78,98	-	-	107,6	-3,61
1993	15.591	-1,22	632	128,99	-	-	107,0	-0,54
1994	15.784	1,24	1.250	97,78	-	-	110,8	3,53
1995	16.474	4,37	3.200	156,00	-	-	126,3	13,94
1996	18.515	12,39	2.450	-23,44	-	-	133,5	5,72
1997	18.666	0,82	1.930	-21,22	-	-	129,0	-3,34
1998	18.694	0,15	2.270	17,62	-	-	129,6	0,43
1999	19.070	2,01	2.410	6,17	-	-	131,0	1,11
2000	19.767	3,65	1.800	-25,31	42,08	-	126,8	-3,24
2001	20.510	3,76	808	-55,11	84,27	100,26	123,2	-2,83
2002	21.644	5,53	1.468	81,68	142,34	68,91	131,5	6,78
2003	22.254	2,82	554	-62,26	173,36	21,79	128,0	-2,71
2004	23.478	5,50	350	-36,92	385,00	122,08	130,9	2,27
2005*	25.004	6,50	450	28,57	600,00	55,84	137,1	4,72

*Estimativa

Fonte: IBGE, MAA, MF, SECEX/MDIC Elaboração: CNA, OCB/CBCL, Leite Brasil e Embrapa Gado de Leite

Nossa condição no mercado mundial de lácteos, de importadores líquidos para exportadores que disputam espaços no distorcido, pelos volumosos subsídios, mercado de lácteos.

Vê-se que o Brasil vem mudando sua condição de inserção no mercado internacional do leite e derivados, perseguindo a constante melhoria da qualidade de seus produtos,

inclusive com a implantação de Instrução Normativa 51, do MAPA, editada em 18 de setembro de 2002. Tais cuidados é que permitiram a alteração na posição de importador e assunção à condição de importante competidor, sendo que só para o ano de 2005 estimou-se terem sido exportados algo equivalente a 600 milhões de litros.

O crescimento da demanda por produtos lácteos, seja no mercado interno, seja no externo tem refletido, principalmente, o resultado da incorporação ao mercado consumidor, de extensas parcelas de populações até bem pouco alijadas do acesso, fundamentalmente, pela deficiência da renda e tem-se observado ocorrer nos países ditos emergentes, como os que compõem o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que respondem tanto por maior parte do crescimento da produção como do consumo, agregando-se à condição de emergentes, outros dois representantes do continente africano, Angola e Moçambique.

A África do Sul tem uma população estimada em 49.004.031 habitantes para o ano de 2011, que vivem numa área de 1.221.037 km², distribuídos, por faixas, como segue: 0 a 14 anos, 28,5% ; 16 a 64 anos, 65,8% e de 65 anos e mais 5,7%.

Desta estrutura populacional 56% residem no meio urbano e o restante 44% no meio rural.

A África do Sul é o país mais rico do continente africano, com toda a riqueza gerada no ano de 2008 representando 18% do PIB africano e 45% da produção de minérios, entretanto as desigualdades remanescentes do regime do *apartheid* ainda se fazem sentir.

Dado que afirma as desigualdades é o índice do desemprego entre os jovens menores de 24 anos como podemos verificar na manifestação do secretário da OCDE em manifestação de 21 de abril de 2009:

Apesar de a estrutura da economia ter mudado de forma muito grande, existem notáveis debilidades na África do Sul, como o desemprego, a desigualdade e a pobreza", declarou o secretário da OCDE. O desemprego afeta mais de 50% dos menores de 24 anos.

Já o Instituto Sul-Áfricano de Relações Raciais manifesta-se em relatório, mencionado na mesma publicação que refere a OCDE, salientando o agravamento da miséria como podemos observar a seguir:

Por outra parte, o Instituto Sul-Africano de Relações Raciais afirma em relatório que o número de habitantes que vive com menos de US\$ 1 por dia duplicou nos últimos dez anos, o que supõe mais de quatro milhões dos 48 milhões de habitantes do país.

Estes dados ficam ainda mais agravados se observarmos que se acrescem a eles a estimativa de mais de 5,5 milhões de pessoas contaminadas pelo vírus do HIV.

A produção de leite na África do Sul se mostra mais organizada, colocando o país na 4ª colocação entre os maiores produtores do continente, com 10,7% do total, no ano de 2009, porém a produção no continente ainda é muito pequena, se levarmos em conta o volume produzido por habitantes do continente, que é de apenas 29 litros por habitante por ano.

Com uma taxa média de crescimento do PIB, de 3,32% de 1993 a 2011, a África do Sul tem condições de viabilizar o aumento do consumo de leite por residência, e assim, contribuir para a redução da miséria e da fome.

A República de Angola, está localizada na África Austral, com uma superfície total de 1.246.700km², sendo reconhecido como um dos países de maiores potencialidades econômicas da África subsahariana, conforme versão número dois, para discussão, da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de abril de 2008.

Angola enfrentou um período de intensos conflitos armados, desde o início dos anos de 1960, no século XX, com a guerra de independência, até 2002, onde se estima tenham morrido ao redor de 500.000 pessoas.

No início século XXI os adversários internos selam acordo, finalizando as disputas pelo poder, quando começam a construir a paz. A eleição, entretanto, reafirmando o compromisso com uma sociedade democrática, só ocorreu em 2008.

A população total em 2011 é de 13.338.541, apresentando a seguinte estratificação: 0 a 14 anos: 43,2% , de 15 a 64 anos: 54,1% e 65 anos e mais: 2,7%. Deste total de habitantes, ao redor de 55% vivem no meio rural.

A FAO estima que, mesmo considerando o esforço do governo daquele país no enfrentamento à subnutrição, a redução do número de crianças subnutridas no período entre 1995 e 2003 foi de apenas 400.000 crianças.

A taxa de mortalidade infantil, de menores de 1 ano, é da ordem de 150 por 1000 nascidos vivos que é acrescida de mais 250 mortos para cada 1000 nascidos vivos entre os que tem até 5 anos, o que reforça as informações quanto à subnutrição mencionadas anteriormente.

A pecuária angolana, é caracterizada por um rebanho autóctone, com um rebanho estimado em algo ao redor de 4 milhões de animais. Os suínos giram em torno de 2,5 milhões, ovinos 300 mil e caprinos em torno de 4 milhões.

De acordo com o relatório da Estratégia Nacional de Seguridade Alimentar e Nutricional, ENSAN, de 2007, diante das dificuldades em ampliar a produção, principalmente devido a qualidade do rebanho, o governo importou, em 1992, 1000 vacas holandesas europeias, as quais foram distribuídas entre as fazendas dos empresários do setor, porém, há casos onde mais de 50% das vacas importadas morreram.

O mercado consumidor de leite em Angola, era abastecido em 47% de seu consumo com a produção interna, porém a produção em 2007 foi inferior aos 200 milhões de litros, ou seja, inferior a 200 toneladas.

Mesmo com este quadro de características extremamente críticas, em grande parte resultante do próprio período de guerras, os resultados macroeconômicos que vem sendo obtidos pelos angolanos mostram o elevado potencial de crescimento e superação das condições de miséria pelas quais passam expressiva parcela da população, conforme nos mostra a tabela a seguir:

Tabela 9 - Evolução dos principais indicadores macroeconômicos de Angola

Indicadores	Estimativas				Projeções	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Inflação (%)	76,6	31,0	18,5	12,2	11,8	10
PIB a preços de mercado (milhões de Kz.)	-	1544,9	2445,3	3289,2	4483,3	5479,7
Taxa de Crescimento real do PIB	5,2	11,3	20,6	18,6	31,2	15,9
Sector Petrolífero (%)	1,0	13,1	26,0	13,1	33,6	13,4
Sector não-petrolífero	7,6	9,1	10,4	11,9	27,9	19,5
Receitas fiscais (% do PIB)	37,5	36,7	40,7	32,0	37,5	36,5
Despesas fiscais (% do PIB)	44,7	42,0	32,2	39,7	40,8	36,1
Crescimento das exportações (%)	14,3	29,1	10,0	24,0	32,7	13,1
Crescimento das importações (%)	45,7	12,5	20,1	12,6	28,6	14,0

Fonte: INE, MINPLAN, MINFIN e BNA (2005,2006,2007)

Retirada do Relatório do Governo angolano sobre a Estratégia Nacional de Seguridade Alimentar e Nutricional de 2007.

Podemos verificar na tabela o expressivo crescimento do Produto Interno Bruto de Angola que apresenta uma taxa que, nos cinco anos relacionados, mais que triplicou, o que permite crer, frente a uma ENSAN, como a apresentada, que há firme compromisso governamental de ampliação de investimentos para o enfrentamento à desnutrição e à miséria,

com expectativas, naturais, de todos os que produzem leite, de que ocorrerão aquisições via importações, num primeiro momento, e qualificação de sua produção interna, com aplicação de recursos em seu sistema produtivo.

Moçambique, uma República Presidencialista, localizada na costa oriental da África Austral. Seu território é formado por 801.590km² onde se encontram 20.579.265 habitantes de acordo com o censo de 2007.

Este país também enfrentou longo período de guerras internas, tendo iniciado com a de libertação, que resultou na independência em 1975, depois de dez anos e enfrentamentos. A Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, assume o poder, porém a guerra civil persiste até 1992, causando a morte de 1 milhão de pessoas e a retirada de suas casas de mais de 5 milhões de moçambicanos. Ao final, foi assinado acordo de paz com a Resistência Nacional Moçambicana RENAMO, o que permitiu o pluripartidarismo e as eleições.

Conforme podemos observar, expresso no Documento informativo para o Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa, produzido pela Organização Mundial da Saúde com a parceria do Ministério da Saúde de Portugal, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e do Ministério da Saúde do Brasil, a má nutrição exerce papel fundamental nos índices de óbitos de crianças de menos de 5 anos:

Em Moçambique a má nutrição é responsável por cerca de metade dos óbitos que se registram em crianças com menos de 5 anos. O cenário é mais grave no meio rural (46%) que no urbano (29%), sendo mais pronunciado nas províncias do Norte onde chega a atingir 56%, em Cabo-Delgado. Os índices de desnutrição crônica (Peso/Altura), nas crianças (0-5 anos) aumentaram de 36% em 1997 para 41%, em 2003.

É incontestável a necessidade de ampliação dos investimentos em seguridade alimentar e nutrição, que, aliás vem recebendo atenção do governo moçambicano, principalmente devido ao contingente populacional de 0 a 9 anos em torno de 32% , do total da população, de acordo com dados de 1997²², que girava ao redor de 15.278.334 de pessoas, repercutindo, então em 4.889.067, crianças de 0 a 9 anos.

²² Documento informativo para Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa, onde à página 14, além destes dados reveladores da condição dramática dos infantes moçambicanos, temos dados relativos à condição de instabilidade alimentar de 54% da população e a estimativa de óbitos de mulheres, para os próximos cinco anos, resultantes de problemas relacionados com a gravidez e anemia.

A conquista da paz e a democratização, porém, não vieram seguidas do necessário crescimento econômico para redução da pobreza, Moçambique precisou recorrer aos organismos internacionais na busca de cooperação econômica e assinaturas de acordos. Estes contribuíram para que a economia moçambicana pudesse agora estar dando mostras reais e seu potencial.

O Produto Interno Bruto Moçambicano apresentou crescimento médio ao redor de 7,8% no período 2005 – 2010, dado que permite inferir pela distribuição de renda, com crescimento da renda acessada pela população ou, pelo menos, aumento de recursos disponíveis para que o governo reforce os investimentos na segurança alimentar e nutricional, ensejando, portanto, em aquisições de leite para garantia do abastecimento interno.

1.3.1 A produção brasileira por estados

O leite é produzido no mundo inteiro, também no Brasil sua produção ocorre em todo o país e com expressiva heterogeneidade nos sistemas produtivos.

A produção brasileira de leite soma resultados positivos, em termos de produtividade nos últimos 17 anos, com alterações no ranking apresentado na tabela 12, abaixo, dos maiores produtores.

Tabela 10 - Ranking da Produção Anual Leite por Estado no Brasil, 2007

	Estados	Produção de Leite	Produtividade (Litros/vaca)	Produtividade (litros/hab.)
		(milhões de litros)		
1	Minas Gerais	7.275	1.463	377
2	Rio Grande do Sul	2.944	2.222	278
3	Paraná	2.701	1.998	263
4	Goiás	2.639	1.154	467
5	Santa Catarina	1.866	2.321	318
6	São Paulo	1.627	1.078	41
7	Bahia	966	546	69
8	Rondônia	708	714	487
9	Pernambuco	662	1.385	78
10	Mato Grosso	644	1.140	226
11	Pará	643	637	91
12	Mato Grosso do Sul	490	974	216
13	Rio de Janeiro	463	1.129	30
14	Espírito Santo	438	1.126	131
15	Ceará	416	816	51
16	Maranhão	336	642	55
17	Sergipe	252	1.273	130
18	Alagoas	243	1.389	80
19	Rio Grande do Norte	214	849	71
20	Tocantins	214	463	172
21	Paraíba	170	798	47
22	Acre	80	544	122
23	Piauí	76	396	25
24	Distrito Federal	36	1.800	15
25	Amazonas	20	513	6
26	Amapá	6	750	10
27	Roraima	6	333	15
	Brasil	26.134	1.237	142

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal. Elaboração: R.ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite. Atualizado em dezembro/2008

A alteração externa resulta de investimentos e avanços na produção interna. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, contava em seu território com 24 estabelecimentos que produziam laticínios, (30,77%) do total do Brasil, em 1920, enquanto Minas Gerais, o único que superava a produção gaúcha, detinha 32 estabelecimentos²³.

²³Em 1920 o estado de Minas Gerais, que já detinha a primeira colocação no ranking da produção nacional, abrigava 41,03% dos estabelecimentos produtores de lácteos, conforme nos traz CARVALHO, V.R. F. (2002) em: Indústria de laticínios no Rio Grande do Sul: um panorama após o movimento de fusões e aquisições.

Em se tratando de volumes produzidos estado a estado, a primeira colocação permanece inalterada enquanto outros estados produtores passaram a se alternar nas posições inferiores.

A seguir trazemos algumas das variações que ocorreram na estrutura da produção nacional de leite, bem como algumas das características da produção nos dez principais estados brasileiros até chegarmos a condição atual.

Minas Gerais, o primeiro produtor de leite do Brasil, é o quarto maior estado da federação com 586.520,4 km² e uma população, censitada em 2010, de 19.595.309 hab., sendo que desses, 14,7% residem no meio rural.

De acordo com José Alberto de Ávila Pires técnico da EMATER-MG, o estado deu um salto em sua produção leiteira nos anos da década de 1960 a partir da chegada de grandes laticínios e com a técnica do melhoramento de solos aplicada no recém incorporado cerrado.

No ano de 2006, de acordo com o censo agropecuário, foram 223.073 estabelecimentos rurais os responsáveis pela produção de leite, totalizando 5.626.976 mil litros, tendo sido ordenhadas 3.181.441 vacas.

Conforme o técnico da EMATER-MG, a produção de 7,5 bilhões de litros, em 2009, ao redor de 30% da produção nacional, resulta da ordenha de 5 milhões de vacas de dupla aptidão (carne/leite que produzem cinco milhões de crias repercutindo em um abate anual, potencial, de pelo menos 4 milhões de unidades.

Este processo de integração pecuária carne/leite, que se aproxima da integração neozelandesa e, de acordo com José Alberto de Ávila Pires, coordenador técnico estadual da bovinocultura da EMATER/MG, surge a partir da década de 1990 com a utilização mais intensificada do cerrado, integrando a agricultura à pecuária a partir do plantio direto, ainda hoje é muito utilizada, como descreve a seguir:

Na década de 1960, o Cerrado ainda era bruto e pouco explorado. “Naquela época existiam cerca de 15 milhões de cabeças em Minas e o padrão racial era o gir, por se tratar de uma raça mais resistente. O nelore era pouco conhecido e ainda existia a raça indubrasil, resultado do cruzamento das raças gir com guzerá. A pecuária de leite era incipiente e centrada na raça holandesa”, explicou.

“A partir do ano de 1990, o sistema de plantio direto ganhou força, possibilitando a integração lavoura-pecuária. Juntamente a este processo, no ano de 1997, a prática da engorda intensiva em confinamento foi aperfeiçoada, principalmente na região de São Domingos do Prata e seu entorno”, lembrou. A pecuária mineira mantém-se estável há quase duas décadas, com o número de animais no Estado girando entre 20 milhões e 23 milhões de cabeças.

Ainda hoje é muito utilizada nas terras mineiras a integração lavoura-pecuária, favorecendo tanto a pecuária quanto a agricultura. “Esta ação favorece tanto a produção de carne quanto a de leite associada com grãos. Uma vaca F1 (meio sangue gir e holandês) produz uma média de 10 a 15 litros por dia e este fator consegue manter a produtividade em alta e o Estado como o maior produtor nacional, com 7,5 bilhões de litros por ano”, observou.

Do rebanho de 7,5 milhões de vacas em Minas Gerais, cerca de 5 milhões são ordenhadas anualmente. Cada um desses animais produz cerca de 1,5 mil litros de leite por lactação a cada ano. No decorrer deste processo, são geradas 5 milhões de crias, sendo em média 50% machos e 50% fêmeas. “Além disso, o Estado gera cerca de 4 milhões de animais para abate a cada exercício, o que mantém Minas com o quarto lugar na produção nacional. A principal característica do rebanho do Estado é a dupla aptidão”, considerou o coordenador.

As palavras do técnico da EMATER/MG, evidenciam que a pecuária mineira desenvolveu, a partir da década de 1990, um processo de integração, porém, esta ainda apresenta, por exemplo, na produção leiteira, resultados que podem avançar bastante se comparados com os obtidos no pequeno país oceânico e, isto sem considerar-se que as terras de cerrado onde o processo se iniciou, hoje, estão em disputa para o cultivo da cana-de-açúcar. Nota-se, objetivamente, que a produtividade e os tencionamentos para outros usos do solo contribuem, se não para um refluxo, para a manutenção de índices do sistema leiteiro do estado o que tende constituir-se em oportunidades para outros.

A estrutura existente em Minas Gerais para desenvolvimento de pesquisas em gado de leite tem contribuído sensivelmente para a condição de primeiro produtor nacional ostentado pelos mineiros. O Centro da Embrapa Gado de Leite, implantado em 1976, instituição que, vale registrar, festejou seus 30 anos de pesquisas, produção e transferência de conhecimento na produção leiteira, no dia 14 de novembro de 2006, portanto, com 34 anos completados ao final de 2010, tem sede na cidade de Juiz de Fora e outros dois campos experimentais, um em Coronel Pacheco-MG e o outro em Valença-RJ.

A estabilidade da moeda brasileira, conquistada a partir de meados da década de 1990, trouxe, é de domínio público, ganhos reais de renda, que se refletiram em aumento de demanda de produtos com elasticidade-renda mais elevada, como o caso dos lácteos. O aumento no consumo traz consigo a elevação nas importações até que em 2004, quando, pela primeira vez o saldo na balança comercial brasileira dos lácteos deixa de ser deficitário. Como estado maior produtor, Minas Gerais assume também a condição de responsável pela maior fatia de lácteos exportados²⁴.

²⁴ Conforme a artigo de Luis Henrique Perez e Rosana de Oliveira Pithan e Silva publicado pelo Instituto de Economia Agrícola, em Análises e Indicadores do Agronegócio, de novembro de 2007, Minas Gerais, foi

Zuccolotto, et al. (2009, p.207-208) nos mostram a importância do segmento dos lácteos para a economia Mineira através da descrição a seguir:

Assim, demonstrando a notoriedade do segmento lácteo em Minas Gerais, observa-se a relevância da participação deste no PIB do agronegócio brasileiro em 12% do total e, em relação ao PIB estadual, a produção de leite corresponde a 51,8% do PIB do agronegócio mineiro, o qual atingiu R\$ 90,5 bilhões em 2009 (CEPEA, 2009). Nessa direção, pode-se caracterizar a cadeia agroindustrial do leite como uma das mais importantes do agronegócio mineiro.

A seguir apresentamos na ilustração 04 os dados do comportamento da produção de leite em Minas, que nos permite, além de evidenciar a importância que representa para os mineiros a produção leiteira, verificar, também claramente, a transição ocorrida no período entre os anos compreendido por 1995/1996, quando a produção no Estado deu um salto, crescendo um pouco mais de 800 milhões de litros, volume que ratifica, na sua parcela de contribuição, (41,06%), à mudança verificada no total produzido no país, no referido período, expresso na tabela 10, acima.

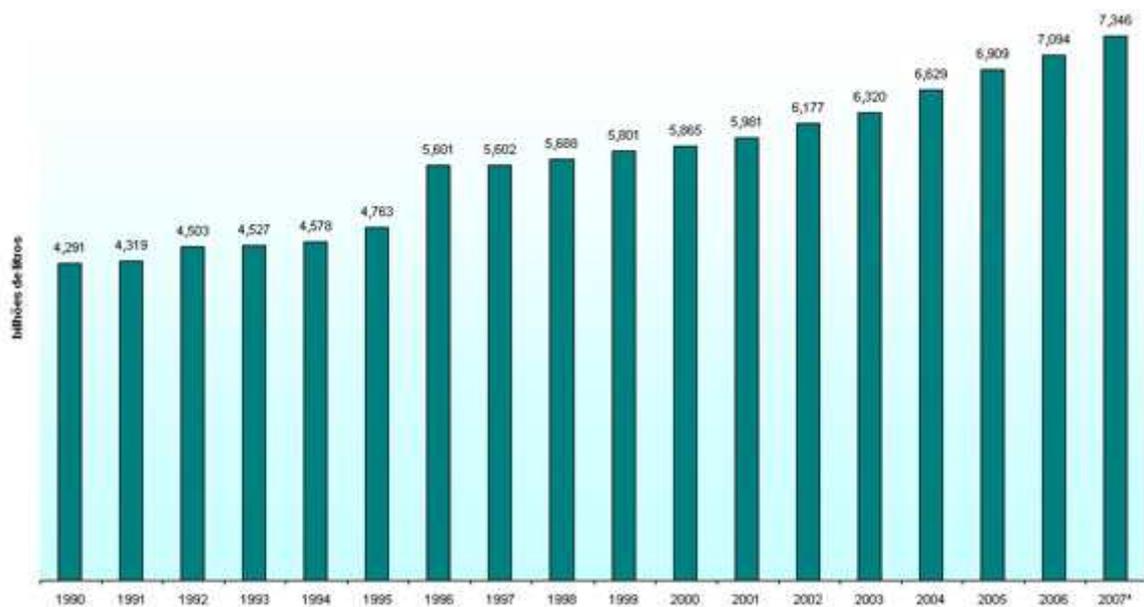


Ilustração 05 - Evolução da produção de leite em Minas Gerais, 1990-2007

* Estimativa Embrapa Gado de Leite.

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal. Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

responsável 39,3% das exportações brasileiras em 2006, dando um salto de US\$1,1 milhão em 1997 (10,5% do total) para US\$66,4 milhões em 2006. Tendo caído para a segunda colocação em valores financeiros, o setor de leite e derivados do estado de São Paulo manteve-se como líder nas quantidades físicas exportadas (40,7% em 2006). Produtores do Rio de Janeiro demonstraram sua capacidade de produção saltando de US\$48 mil exportados em 1997 para US\$15,3 milhões em 2006, representando crescimento na participação de 04% para 9,1%.

O estado que parece ter se consolidado, nos últimos anos, na condição de segundo no ranking dos maiores produtores de leite, entre os estados brasileiros é o Rio Grande do Sul e como o objeto deste trabalho é a Bacia Leiteira de Pelotas, localizada em seu território, passaremos a tratar do terceiro ranqueado, o estado de Goiás.

Goiás, localizado na região Centro Oeste, tem uma área de 340.103,5 km², uma população de 6.004.045 habitantes. Este contingente populacional divide-se em 5.421.069 moradores das áreas urbanas, equivalente a 90,3% e 582.976 em áreas rurais.

As propriedades rurais que se dedicaram a produção de leite no ano de 2006 somaram 69.121 estabelecimentos, onde foram ordenhadas 1.297.184 cabeças resultando numa produção total de 2.029.958 bilhões de litros.

Como podemos verificar na ilustração 05 abaixo os produtores de leite goianos também cumpriram importante papel no salto de produtividade que nos chamou a atenção, já referido, na tabela 10, anterior. Saltaram de uma produção total, em 1995, da ordem de 1,450 milhão de toneladas para exatos 1,999 com acréscimo de 549 milhões de litros.

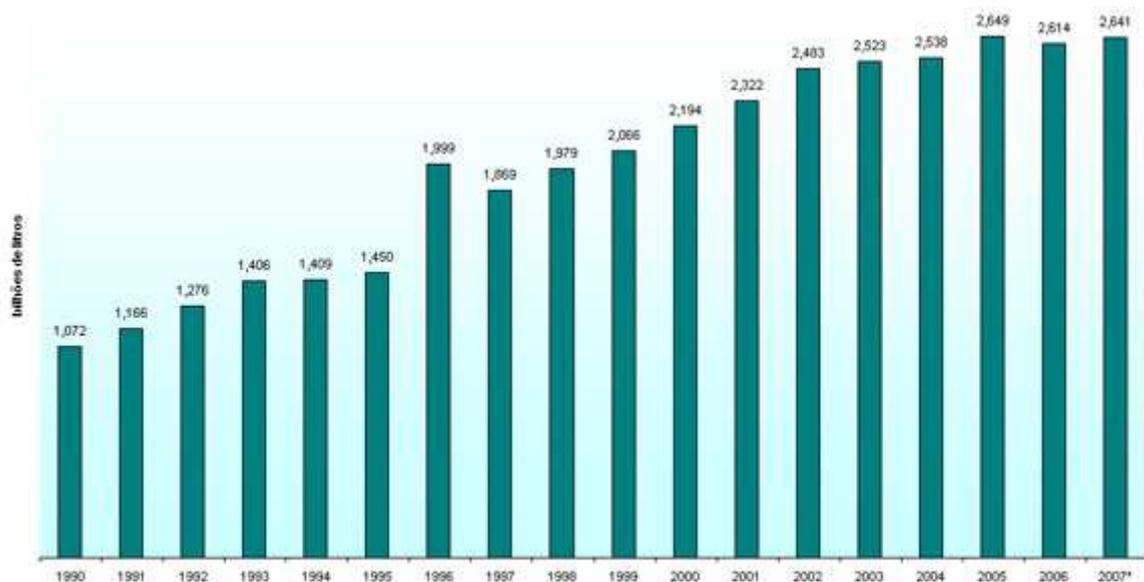


Ilustração 06 - Evolução da produção de leite em GOIÁS, 1990-2007.

*Estimativa Embrapa Gado de Leite.

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal. Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

A produção de leite goiana, até recentemente apresentava índices de crescimento superiores aos apresentados pelo setor no Brasil. Entre 1998 e 2003, por exemplo, Goiás apresentou crescimento de 27% enquanto a produção nacional atingiu 19%, porém como bem

demonstra o gráfico, o setor produtivo de leite no estado está dando sinais de estagnação da produção, o que certamente demonstra influência da disputa por áreas para cultivo de cana-de-açúcar, situação já identificada para o cerrado mineiro.

Como é possível perceber, através da leitura da produção leiteira no estado de Goiás, no gráfico, há uma oscilação, decorrente, como trabalhos de pesquisa do SEBRAE indicam, da dificuldade de os produtores, 70% deles, acessarem a assistência técnica, principalmente os produtores das regiões Oeste e Noroeste do estado, acrescido, é claro, das incertezas externas, resultantes da crise financeira internacional de 2009.

Os dados disponíveis quanto a participação da produção leiteira na composição do setor agropecuário e, por conseguinte, no PIB do estado, referem-se ao ano de 2002 e mostram pequena queda. No ano de 2001 representava 9,48% do agronegócio goiano e caindo para 8,14%, pouco mais de 530 milhões de reais, em 2002.

Em 2008 a produção de leite de Goiás, reconduziu-o a terceira colocação que havia perdido para o estado do Paraná, totalizando 2,87 bilhões de litros com um crescimento, relativo ao ano anterior, da ordem de 8,9%. Goiás, neste ano, passou a contar com o terceiro município maior produtor de leite do país, Piracanjuba, com 107,94 milhões de litros. Além deste município, Goiás ainda conta com outros três, na relação dos vinte maiores produtores do Brasil.

Conforme José Antônio Cardoso, de Firminópolis (GO), descreve em S , Agência SEBRAE de Notícias, o V Fórum do Arranjo Produtivo Lácteo da Microrregião de Montes Belos, promovido em 24/02 próximo passado em Firminópolis reuniu lideranças políticas, proprietários rurais, produtores, técnicos e consultores que atuam no APL e apresentou relatório de pesquisa, como segue:

Na oportunidade, o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae – Goiás) apresentou o relatório de pesquisa ‘ Projeto Arranjo Produtivo Lácteo – Bacia Leiteira Oeste Goiano’. O estudo, resultou da análise de 540 propriedades rurais dos 18 municípios que compõem o APL, mostrou que 59% dos produtores não participaram de nenhum curso técnico nos últimos dois anos, 62% não fazem o planejamento financeiro da propriedade e 70% não tem acesso à consultoria e assistência técnica.

O trabalho do Sebrae mostra em seus detalhes que apesar de o número de animais ser significativo, 35 numa e 65 noutra propriedade mencionada, ainda há o predomínio da produção familiar na produção leiteira goiana.

A realidade descrita pela pesquisa da Instituição de apoio acaba reafirmando os aspectos que levam à instabilidades ao sistema produtivo leiteiro do estado de Goiás, ainda que nos apontem a existência de investimentos para a qualificação e aumento da produção no estado.

O Estado do Paraná, que tem mobilizado esforços para aumentar sua participação no setor leiteiro nacional e até recentemente disputava com o Rio Grande do Sul e com Goiás a segunda colocação, está, atualmente, na quarta colocação.

O Paraná, localizado na região sul do Brasil, tem um território de 199.316,7 km², onde residem 10.439.601 habitantes. Sua população urbana conta com 8.906.442 pessoas correspondendo a 85,3% e 1.533.159 na área rural, 14,7% do total.

A produção leiteira do estado do Paraná esteve sob a responsabilidade de 119.563 estabelecimentos no ano de 2006, de acordo com o censo agropecuário do mesmo ano. Naquele ano foram ordenhadas 877.890 vacas que produziram um total de 1.816.426 toneladas de leite.

Os dados apresentados por Kirchner, et al. (2007), caracterizam, sinteticamente a produção paranaense e mostram a oscilação da produção leiteira no ranking nacional dos maiores produtores:

A produção de leite no Paraná cresceu 106,4% no período de 1990-2004 e representa 10,7% da produção nacional, sendo o 3º maior produtor de leite do país (DERAL, 2004). A região sudoeste do Paraná é caracterizada por pequenos estabelecimentos rurais, sendo mais de 80% deles caracterizados com áreas de até 50ha. E utilização quase exclusiva de mão-de-obra familiar.

O estado do Paraná, com expressiva parcela de sua produção leiteira sob a responsabilidade da pecuária familiar, identificado na reprodução do texto da Revista Expressa Extensão, de 2007, não tem poupado esforços no caminho da qualificação de seu produto.

A Coordenadora de projetos do Instituto de Tecnologia do Paraná, Tecpar, Roberta Mara Züge, relata, em seu artigo, Produção Integrada de Leite Bovino, partindo da análise da produção integrada de frutas, os avanços e ganhos na produção e qualificação dos produtos frutícolas, como caminho a ser seguido pela produção de leite, não só no seu estado, o Paraná, mas no Brasil como um todo.

Züge descreve:

Após a bem sucedida experiência com a PIF, que já contemplou diversas espécies frutíferas, foi demandada a criação de um programa semelhante para o leite bovino. O setor leiteiro já preconizava requisitos de qualidade, diversas iniciativas já são empregadas para melhor remuneração em termos de qualidade do leite, avaliado por meio de ensaios laboratoriais. Para tanto, houve a criação da "Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite", compostas por laboratórios que têm a incumbência de avaliar a qualidade do leite, sendo que todos devem ser oficialmente credenciados pelo MAPA.

Os laboratórios da Rede Brasileira da Qualidade do Leite são os responsáveis oficiais pelas análises do leite produzido no país. Amostras colhidas mediante metodologia padrão são imediatamente enviadas aos laboratórios para serem avaliadas. Este processo é resultado da Instrução Normativa 51 e tem proporcionado que a indústria premie, através de melhores preços, ou descarte o produto que não atinja padrões estabelecidos.

A Coordenadora de projetos do Tecpar, prossegue, informando sobre a importância que seu Instituto assume neste momento, e em decorrência, a relevância para a produção leiteira paranaense:

O Instituto de Tecnologia do Paraná-Tecpar foi selecionado para coordenar a elaboração e validação da norma de produção integrada de leite bovino. O projeto, iniciado final de 2005, está sendo desenvolvido no Paraná, conta com diversas instituições de que fazem parte do comitê gestor. Entre as instituições são destaques as do setor produtivo, como APCBRH (Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa), FAEP (Federação da Agricultura Pecuária e Abastecimento), OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná), Senar-PR, entre outras instituições como a Superintendência do MAPA-PR, SEAB (Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento) e universidades, UEM (Universidade Estadual de Maringá, Campus de Umuarama), UFPR, entre outras do setor.

O crescimento constante em seu volume produzido, associado ao descrito por Züge, quanto a investimentos na qualificação do produto nos fazem crer na importância que o setor merece dos agentes envolvidos na cadeia produtiva.

Em termos de resultados econômicos a produção leiteira paranaense ficou em terceiro lugar, em termos de valor bruto da pecuária, sendo superada pela avicultura e pela bovinocultura, isto para dados referentes ao ano de 2006.

A variação no valor bruto da produção gerado pelo leite no período 1997/2006 foi de +32,20%. A pecuária leiteira foi responsável por 4,96% do VBP o que correspondeu 1,28 bilhões.

A estrutura comercial do Paraná, em 2007 mostrou-se composta da seguinte forma: 35,72% do leite recolhido pelas indústrias do Estado foram comercializados em forma de leite

fluido, longa vida. O leite em pó, segundo produto em comercialização, representou 16,16%, seguido do leite pasteurizado com 13,48% , do queijo mussarela com 10,13%, o leite cru com 9,88% e outros produtos somando 14,63%.

Em 2006 as exportações paranaenses de lácteos somaram 2.299,2 toneladas, dado utilizado para demonstrar o salto ocorrido no ano seguinte, 2007, onde se atingiu 5.265,2 toneladas exportadas, equivalendo em dólares a U\$ 18.457.357, envolvendo sete linhas de produtos, a saber: leite em pó integral, leite condensado, manteiga, queijos, doce de leite, leiteiro²⁵ e outros produtos.

A ilustração 06 abaixo nos apresenta a trajetória da produção paranaense de leite ao longo de 18 anos, chegando em 2007 a estimativa de 2,9 bilhões de litros, volume que reflete a inegável capacidade produtiva do sistema leiteiro do Estado.

Porém, ainda que indique persistente crescimento no volume de produção, diferentemente do observado nas ilustrações referentes à produção de Minas Gerais e de Goiás, os dados paranaense mostram que não contribuíram para o salto verificado na produção brasileira entre 1995/1996, o que podemos observar é que a produção do Paraná enfrentou, no mesmo período, uma queda de 63 milhões de litros.

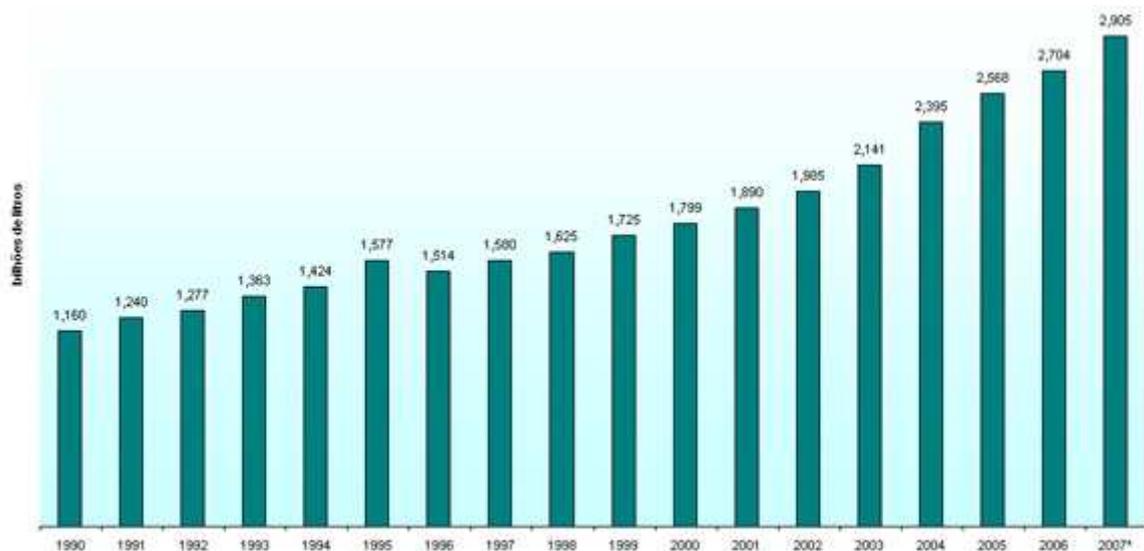


Ilustração 07 - Evolução da produção de leite no Paraná, 1990-2007.

*Estimativa Embrapa Gado de Leite Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal
Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

²⁵ leiteiro ou leite de manteiga é o produto residual da transformação de leite integral em manteiga.

Caracterizado o sistema leiteiro paranaense, passaremos para o estado de Santa Catarina, que ocupa a quinta colocação no ranking dos estados produtores do Brasil.

Santa Catarina ocupa uma área de 95.703,487 km², onde residem 6.249.682 habitantes, sendo 84% residentes das áreas urbanas e 16%, 1.000.485 pessoas nas áreas rurais.

A produção leiteira do estado de Santa Catarina, no ano de 2006, mobilizou 89.043 estabelecimentos, onde foram ordenhadas 580.228 vacas resultando em 1.394.146 toneladas de leite.

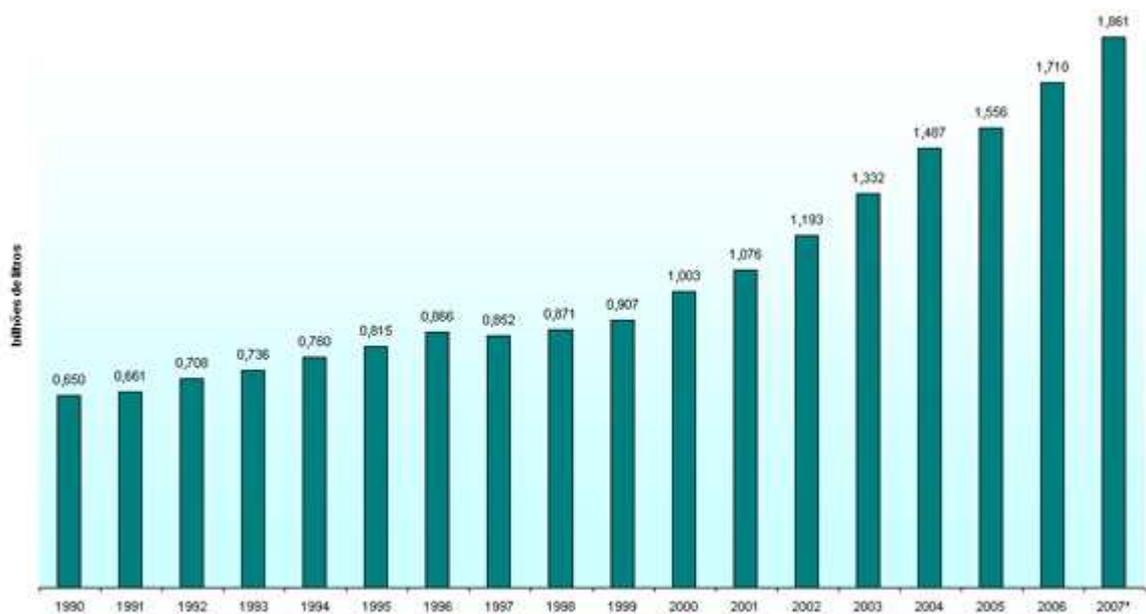


Ilustração 08 - Evolução da produção de leite em Santa Catarina 1990-2007.

* Estimativa Embrapa Gado de Leite Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal
Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

A ilustração acima, nos apresenta a evolução da produção, ano a ano, desde 1990 até 2007, quando o valor ainda era apenas uma expectativa. Nota-se que na passagem dos anos de 1995/1996, Santa Catarina contribuiu com um volume relativamente baixo, se comparado com o volume acrescido por Minas Gerais e Goiás, porém os 51 milhões de litros seriam somados, aumentando o volume brasileiro e a diferença entre os anos.

A produção bibliográfica, que trabalha com os dados da produção catarinense, mostra a evolução no total produzido e, em decorrência, aponta as alterações no ranking dos estados maiores produtores pelas quais passa o estado²⁶

2.4 Produção Catarinense

Em Santa Catarina a produção de leite é de significativa importância econômica e social. O Estado é o sexto produtor nacional de leite e em 2004 respondeu por 6,3% da produção brasileira. Em 2005, o valor bruto da produção (VBP) do leite superou os 800 milhões de reais, o que representa cerca de 7% do VBP da agropecuária catarinense. É o quarto produto em importância, superado apenas pela suinocultura, avicultura e fomicultura.

A estimativa é de que atualmente cerca de 50 mil produtores catarinenses obtenham renda, em maior ou menor escala, com a comercialização de leite para as indústrias com inspeção federal, estadual ou municipal.

Os autores do estudo da cadeia leiteira catarinense nos brindam com informações que dão a dimensão da importância, para a economia do estado, da produção leiteira. São dados que certamente se fossem atualizados nos mostrariam valores de maior significação, até porque os catarinenses tem se dedicado a avançar quantitativa e qualitativamente neste ramo da pecuária.

Santa Catarina já não é mais o sexto produtor, é o quinto tendo superado o estado de São Paulo.

Os sistemas produtivos de leite são dois, tipicamente familiares, e dominantes no Oeste catarinense, região do estado onde estão concentrados 58% dos produtores, 63% do rebanho leiteiro e é responsável por 73% do total produzido, dados de 2006. Um é tradicional e o outro é tecnificado.

Esse crescimento, no período de 1996 a 2006, conforme Stock et.al. (2008) resulta de:

esse crescimento se deu, não apenas, pelo aumento no número agregado de vacas (6,3% ao ano), mas especialmente por incrementos na produtividade média por vaca, em 3,4% ao ano.

A produção de Stock et.al. confirma o esforço catarinense em aumentar sua produção e produtividade ao longo dos anos, já demonstrada e expressa na maior produtividade por animal ordenhado, apresentada na tabela 12 acima.

²⁶ Como podemos conferir na produção da Epagri, Estudo da Cadeia do Leite em Santa Catarina – Prospecção e Demandas. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Estudo%20da%20Cadeia%20do%20leite.pdf>

O sexto estado produtor de leite no Brasil é São Paulo, que nos mostra uma situação diferente dos demais ranqueados, trabalhados até o momento, ou seja, esteve compondo o conjunto dos maiores produtores nos primeiros anos da década de 1990, com crescimento no volume total até 1993.

A partir daquele ano as estatísticas da produção leiteira paulista, bem o demonstra a ilustração 08, passaram a apresentar reduções consecutivas no volume anual.

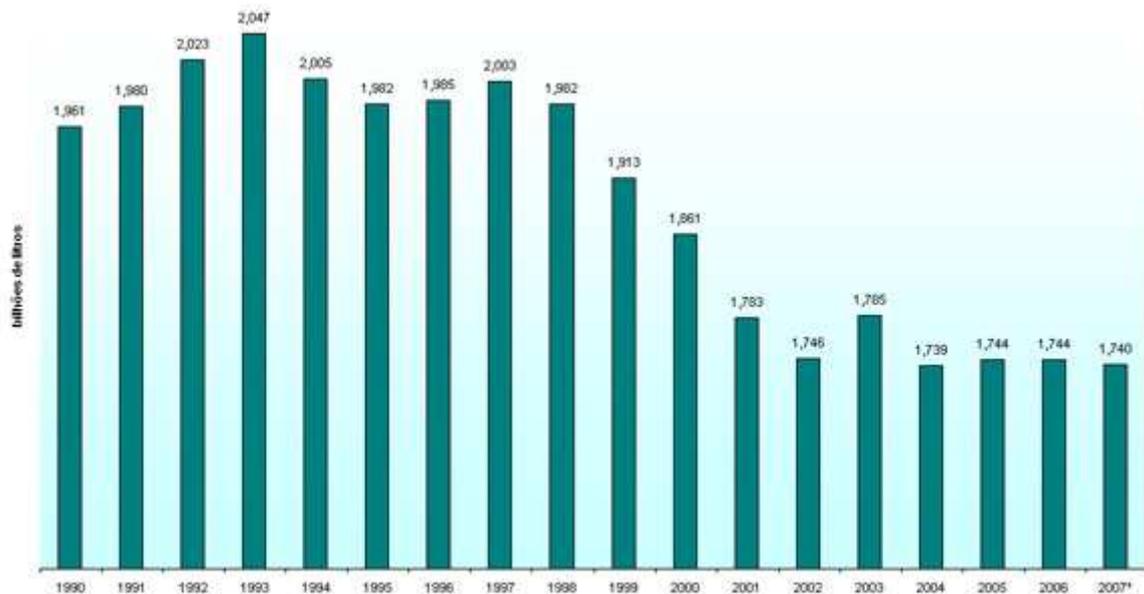


Ilustração 09 - Evolução da produção de leite em São Paulo 1990-2007.

* Estimativa Embrapa Gado de Leite Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal
Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

O Estado de São Paulo tem uma área de 248.196,960 km² e conta com uma população de 41.252 160 pessoas. Estas estão divididas em 39.552.234 que residem no meio urbano, correspondendo a 95,9% do total e o restante, 4,1%, representando 1.669.926 habitantes residentes no meio rural.

A produção paulista, que tem apresentado redução constante em seu volume total anual, no Censo Agropecuário de 2006, se apresentou com 54.323 estabelecimentos produzindo leite, dos quais saíram 1.247.252 toneladas de leite, tendo sido ordenhadas 755.235 vacas.

É necessário recuperar que a produção de leite no estado de São Paulo já fora a segunda colocada no ranking nacional, até 1995, suplantada somente pelos mineiros, mas no

ano seguinte, Goiás, mesmo com um rebanho menor superou a produção dos paulistas atingindo a marca dos 1,99 bilhões e litros.

Pesquisa coordenada pelo PENSA/FEA/USP entre 2005 e 2007 aponta, entre outras, a principal causa da redução na produção do sistema leiteiro paulista a questão gerencial que associada à queda nos preços acaba por repercutir em dificuldades na manutenção da competitividade da produção.

É inegável, porém, que mesmo com problemas de ordem gerencial na produção leiteira a repercutir em quedas na produção, os ganhos com a produção do etanol a partir do cultivo da cana-de-açúcar têm sua importante parcela de responsabilidade, pois as fazendas estão se convertendo em produtoras de cana em detrimento, não só do leite, mas de outros produtos, também.

São Paulo como maior consumidor de leite do país, em torno de 50% do disponível no mercado interno, está se consolidando como comprador.

O sétimo produtor nacional é o estado da Bahia.

A Bahia, tem uma área de 564.830,859 km² com uma população total de 14.021.432 habitantes, dos quais 10.105.218 residem nas áreas urbanas, correspondendo a 72,07% e 3.916.214 correspondendo a 27,93% no meio rural.

Sua produção leiteira no ano do censo agropecuário, 2006, foi desenvolvida em 118.800 estabelecimentos, que se dedicaram a ordenharem 833.749 cabeças resultando em uma produção total de 756.214 toneladas de leite.

Conforme dados obtidos junto ao sítio agromundo, o rebanho leiteiro baiano é o terceiro entre os estados da federação, perdendo apenas para Minas Gerais e Goiás, porém sua produtividade é ainda muito baixa, é a menor entre os dez estados maiores produtores de leite do país.

Com o objetivo de avançar na qualificação e na produtividade leiteira foi criado o GERALEITE, projeto que visa atender grupos de propriedades leiteiras que tenham ligações com agroindústrias.

De acordo com Célia Fernandes, analista de atendimento coletivo em agronegócios no Sebrae da BAHIA:

Desconhecimento da utilização de tecnologia de produção, falta de especialização de mão-de-obra e uso inadequado de recursos naturais são algumas das principais

razões da baixa produtividade da bovinocultura leiteira da Bahia. O Projeto Geraleite foi inspirado nas experiências de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. “Em Minas conhecemos o Educampo, e no Rio, visitamos o Bale Cheio. Assim descobrimos que a Bahia queria mais, pois a nossa proposta é capacitar o produtor para que ele mesmo perceba a viabilidade do seu próprio negócio”.

A produção do Sebrae, disponível em <http://www.agromundo.com.br/?p=18840>, sob o título Bahia trabalha para aumentar produção de leite nos dá detalhes da iniciativa baiana voltada a produção leiteira. Não para por aí, porém, a informação, dá conta também, que o projeto já atinge 71 municípios e 368 produtores. Ressalta-se que o projeto tem ação fundamental na qualificação da gestão, proporcionando conhecimentos nas áreas de planejamento e finanças da produção leiteira.

Analisando a ilustração abaixo, vemos que a produção baiana de leite nos anos 1995/1996 não contribuiu para a expressiva mudança no quadro da produção nacional, pelo contrário, o sistema leiteiro da Bahia viu sua produção retrair-se em 8 milhões de toneladas de leite.

Depois de passar por um período de oscilação, de 1993 a 1999, a produção dos leiteiros baianos passa a mostrar que ingressa no processo nacional de crescimento do volume total produzido, chegando em 2007 à estimativa de 943 mil toneladas.

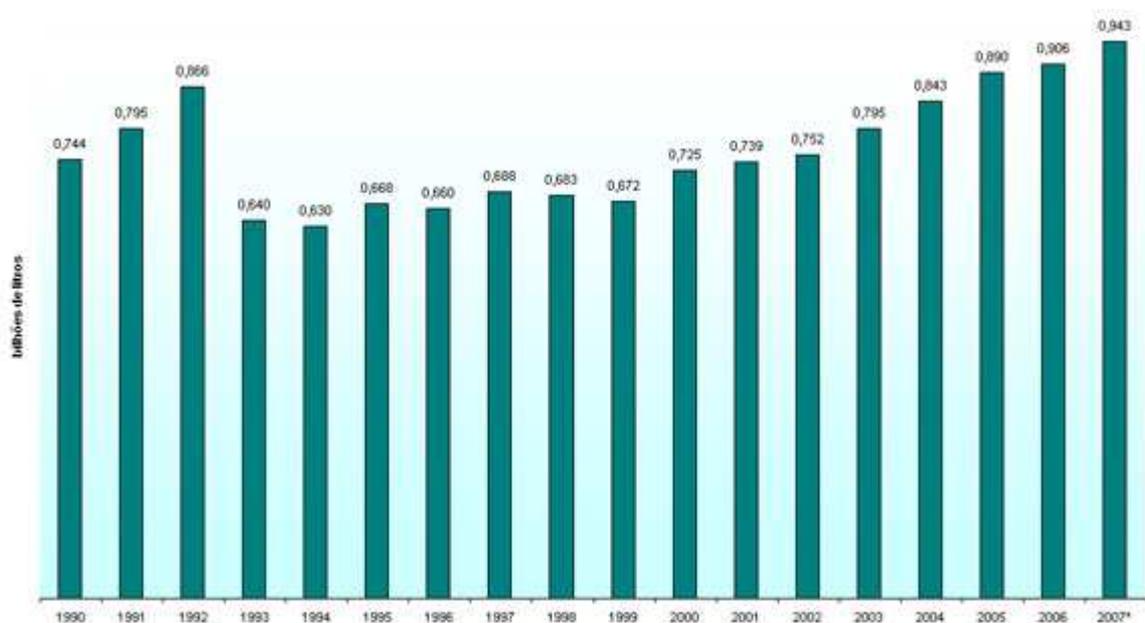


Ilustração 10 - Evolução da produção de leite na Bahia 1990-2007.

*Estimativa Embrapa Gado de Leite Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

O oitavo produtor é Rondônia, que tem uma área de 237.590,864 km² onde residem 1.560.501 de habitantes, dos quais 1.142.648 nas áreas urbanas, correspondendo a 73,22%

do total, e o restante, 417.853 pessoas, nas áreas rurais, correspondendo a 26,78 %.

De acordo com o censo agropecuário de 2006, a produção em Rondônia mobilizou 35.384 estabelecimentos onde foram ordenhadas 572.447 vacas responsáveis por uma produção total de 624.594 toneladas de leite.

No período de 1990 a 2007(estimativa), a produção leiteira rondoniense, apresentada na ilustração a seguir, mostra ter contribuído sensivelmente para o salto da produção nacional no período 1995/1996, aportando para o total brasileiro com 115 milhões de toneladas, no entanto, após apresentar uma aparente inclusão ao processo interno, resultante da abertura da economia, da desregulamentação do mercado leiteiro nacional, o sistema rondoniense, ingressa nos anos 2000 sinalizando uma instabilidade no total produzido, situação que, ao menos a partir da análise da ilustração 10, ainda persiste.

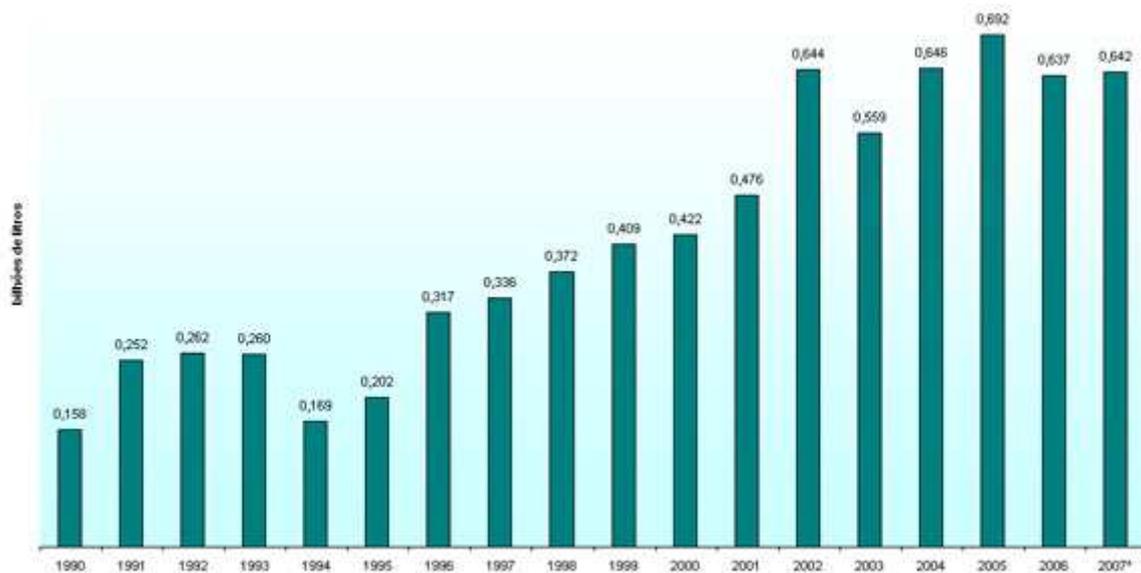


Ilustração 11 - Evolução da produção de leite em Rondônia 1990-2007.* Estimativa

Embrapa Gado de Leite Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal
Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

A produtividade do estado de Rondônia, conforme a tabela 12 anterior apresenta 714 litros por animal ordenhado por ano, o que resulta numa produtividade diária, média, de 1,97 litros, baixa se comparada com a média nacional, de 3,4litros por vaca. Como a situação nunca está tão ruim, que não possa piorar, se a comparação da produtividade for com os

estados de melhor produtividade - Sta. Catarina 2321 litros/animal/ano e Rio Grande do Sul 2222 litros/animal/ano, as diferenças serão de 69,24% e 67,87%, a menos, respectivamente.

Quanto aos valores gerados para a economia do estado de Rondônia, de acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, SEDES, são 54 os laticínios e 7 usinas de beneficiamento do leite, proporcionando 302,7 milhões anuais.

Com uma produção, em 2009, dados da Embrapa, da ordem de 747 milhões de litros que possibilitam um consumo presumido de 487 litros por habitante/ano (produção total/população total), Rondônia reivindica a condição de líder em produtividade.

Para a pesquisadora da Embrapa Gado de Leite, Rosângela Zoccal, o estado pode transformar-se em exportador, para outras unidades da federação, de sua produção, precisando, para tanto, investir na qualidade do seu produto.

O Governo de Rondônia tem aportado investimentos em apoio ao setor, através do programa Fundo de Apoio a Pecuária Leiteira de Rondônia (Fundo Pró-Leite), ao redor de R\$ 18 milhões. De acordo com José Lima de Aragão, veterinário da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia, o PROLEITE tem por finalidade a melhoria da qualidade e avanços na produtividade do leite, além de apoiar aos produtores rondonienses.

O nono estado produtor de leite, no ranking brasileiro, é Pernambuco – tabela 12- que tem uma área territorial de 98.146,315 km² onde residem 8.796.032 pessoas. Destas, 80,15%, correspondendo a 7.049.868, habitam as áreas urbanas do estado, enquanto que o restante, 19,85%, correspondendo a 1.746.164 pessoas, residem nas áreas rurais.

A produção leiteira de Pernambuco, em 2006, foi originária de 54.039 estabelecimentos, responsáveis por uma produção total de 461.766 toneladas de leite, resultado da ordenha de 296.178 vacas.

Pernambuco, tem o resultado de sua produção, de 1990 até 2007, (estimativa) apresentada na ilustração 11, abaixo.

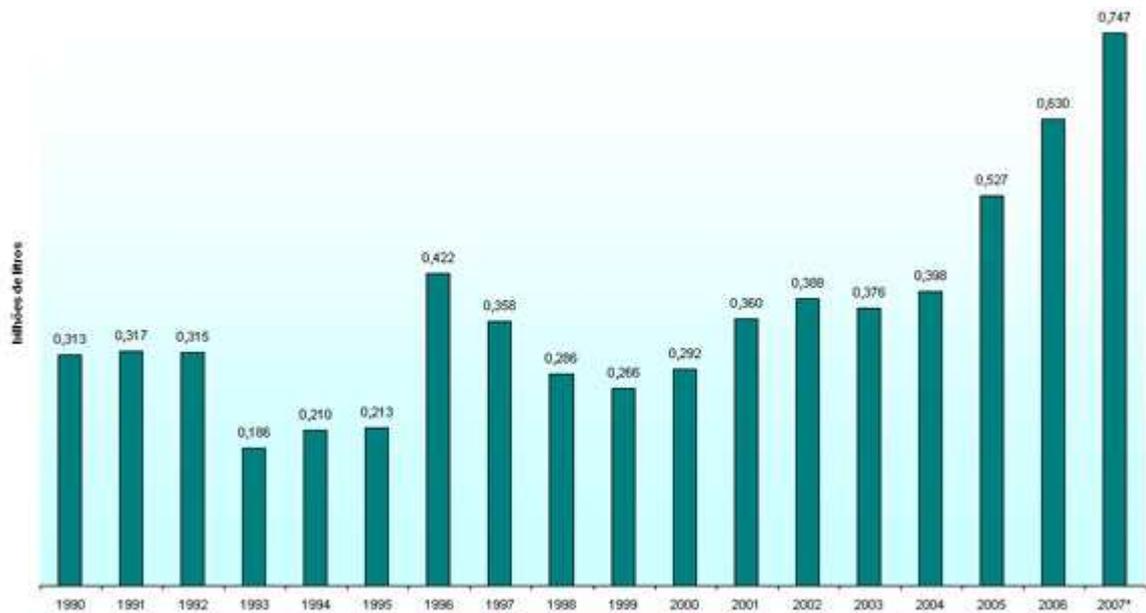


Ilustração 12 - Evolução da produção de leite em Pernambuco 1990-2007.

* Estimativa Embrapa Gado de Leite

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

Numa rápida observação da produção pernambucana, trazida na ilustração, percebe-se que é muito interessante a contribuição do sistema produtivo leiteiro estadual para o somatório da produção nacional no período 1995/1996, um total de 209 milhões de litros aportados.

Após, até 2003, os produtores de Pernambuco não conseguiram firmar-se no processo brasileiro de crescimento, passam a oscilar e só a partir 2004 é que os resultados passam a indicar uma consolidação nos índices de crescimento. A produção pernambucana passa a agregar mais de 100 mil litros ano a ano de 2004 até a estimativa de 2007.

O Valor bruto da produção de leite no estado de Pernambuco variou, no período 2002-2006, em 117,4%, saltando de 163.104 mil reais em 2002 para 354.739 mil reais em 2006. O resultado gerado pelos produtores de leite de Pernambuco corresponde a 18,65% do total do VBP/leite da região nordeste.

O Mato Grosso é o décimo ranqueado na produção de leite, entre os estados brasileiros, tem uma área de 903.329,700 km² e uma população de 3.033.991 habitantes divididos em 2.484.838 residentes em áreas urbanas, 81,9% e 549.153 pessoas moradoras das áreas rurais, correspondendo a 18,1%.

A produção de leite no ano do último censo agropecuário esteve organizada da seguinte forma: 33.299 estabelecimentos produziram leite; 422.934 vacas foram ordenhadas e 517.305 toneladas de leite foi o resultado físico da produção.

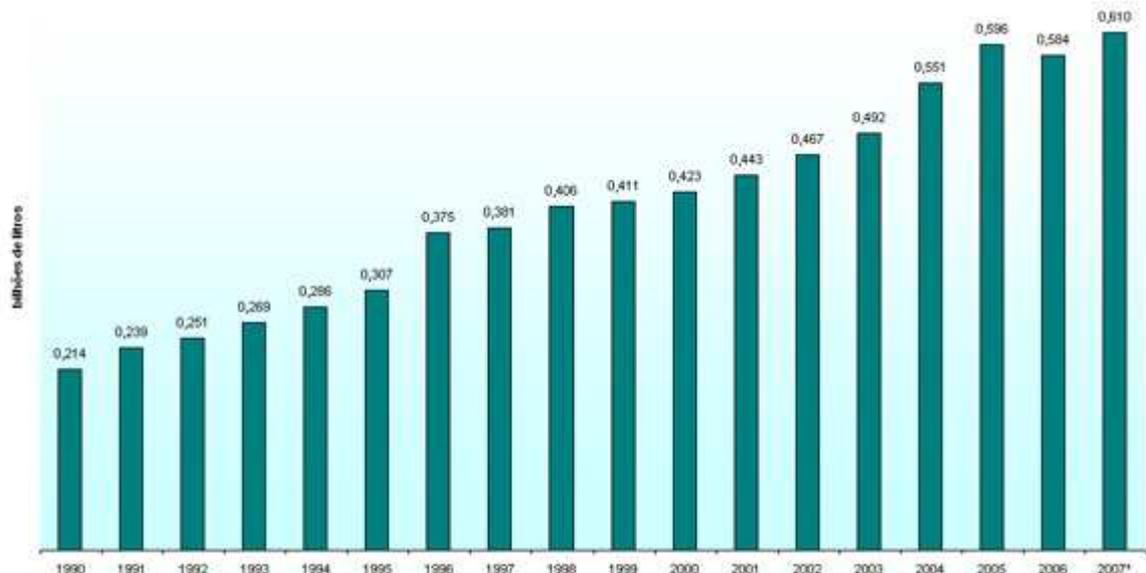


Ilustração 13 - Evolução da produção de leite em Mato Grosso 1990-2007.

* Estimativa Embrapa Gado de Leite Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal
Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

Ao analisarmos a ilustração 12 acima, imediatamente nos salta aos olhos a informação de que a produção mato-grossense cresceu, constantemente desde 1990 até 2005, quando enfrentou um primeiro revés em sua trajetória, uma redução de 12 milhões litros entre os anos de 2005 e 2006, resultado que de forma alguma compromete a compreensão da importância que o estado e seus produtores dedicam ao leite.

No período 1990 até 1995, a média de crescimento anual na produção foi de 18,6 mil litros, crescimento modesto, porém já indicativo de que a série se estenderia.

No período entre os anos de 1995 e 1996, o resultado médio de até então, é acrescido de 49,4 mil litros. Sessenta e oito mil litros é a diferença de 1996, sobre 1995 e o volume de quase 50 mil litros a contribuição mato-grossense para o salto da produção brasileira.

De acordo com dados da Embrapa, Mato Grosso conta com 188 mil produtores de leite, e destes 140 mil são considerados produtores familiares. O levantamento indica que 30% dos produtores familiares tem a atividade leiteira como atividade econômica, nela produzindo

uma média de 70 litros/dia no período de chuvas e 40 no período de seca, com um rebanho ao redor de 1,05 milhão de cabeças.

O Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Empaer, Almir de Souza Ferro cita o crescimento entre 10 e 15% no setor leiteiro do Mato Grosso nos últimos anos, salientando que a produção ainda é insuficiente para atender ao consumo interno, vendo isso como um bom indicador para a continuidade do crescimento. Almir ainda traz o dado referente à capacidade instalada para processamento da produção, diz, são 94 laticínios que podem processar 2,5 milhões de litros /dia.

Outro que se manifesta positivamente frente aos resultados recentes da produção leiteira do Mato Grosso é Arnaldo da Silva, presidente do sindicato das indústrias de laticínios. Partindo do cenário positivo e com base na extensão territorial do estado o presidente crê que os leiteiros mato-grossenses poderão atingir os 4 ou 5 milhões de litros/ dia nos próximos anos.

O Governo do estado é parte importante no sentimento positivo que toma conta do segmento produtivo leiteiro. No ano de 2008, articulou o lançamento de dois programas para qualificar o suporte técnico e mercadológico para o setor. Foram o Programa Mato-grossense de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite e o Programa Balde Cheio. A pretensão dos programas é ampliar a produção, mudar o padrão de consumo interno e exportar leite e derivados.

Na página de economia do sítio Expresso MT, temos uma atualização de dados do sistema leiteiro e o presidente do sindicato das indústrias de laticínios fazendo manifestação onde reafirma as intenções de multiplicação da produção, e suas convicções quanto aos resultados dos programas no futuro próximo, como podemos verificar:

Mato Grosso produz 1. 650 milhão de litros/leite/dia e gera 16.500 empregos diretos em três grandes bacias leiteiras, distribuídas nas regiões Oeste, Norte e Sul. Do volume total de produção, 20% são transformados em leite fluído – leite tipo longa vida e em saquinhos de 1 litro -; 10% são beneficiados como leite em pó; 40% se transformam em queijo comercializado no mercado externo e 30% vão para o consumo interno. "Com estes programas, queremos dobrar a produção de leite até 2010", diz o presidente do Sindilat.

Vê-se que em torno de 660 mil litros diários são transformados em queijos e encaminhados para o consumo externo e 495 mil litros ao mercado Mato-grossense, dados de 2008. 330 mil litros diários são comercializados como leite fluído, UHT e 165 mil litros

transformados em leite em pó. Esta a estrutura produtiva e comercial da cadeia de lácteos do Mato Grosso.

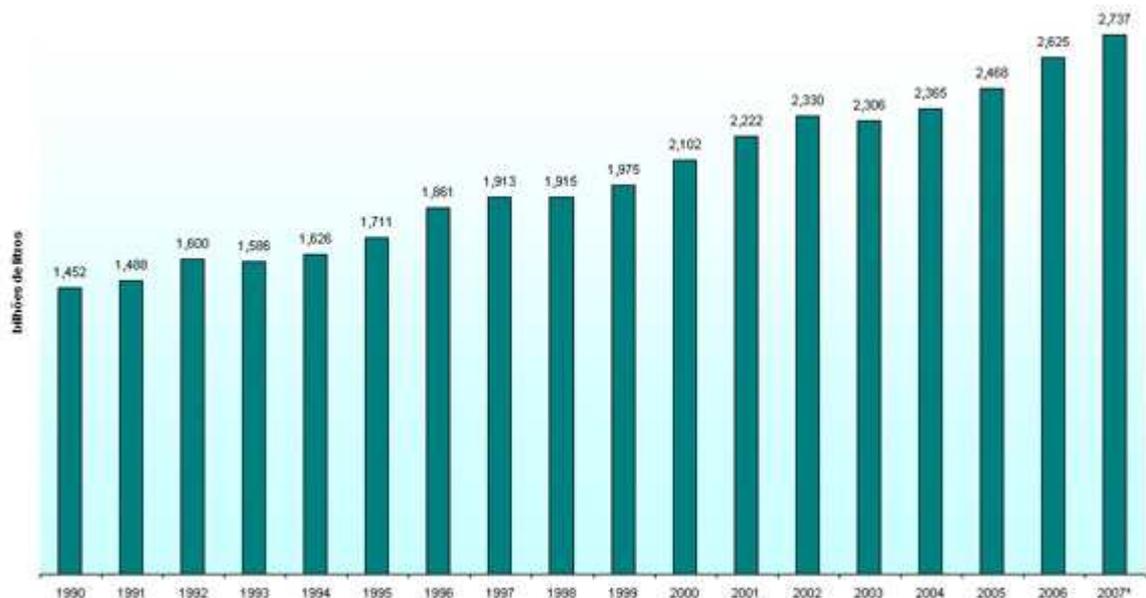
1.3.2 A produção leiteira do Rio Grande do Sul

Por fim, encerrando o cenário por estados e iniciando a apresentação dos dados daquele onde se localiza a Bacia Leiteira de Pelotas, objeto central deste trabalho, trataremos da produção de leite do segundo ranqueado entre os maiores produtores dos estados do Brasil, o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul tem uma área territorial de 268.781,896 km² onde residem 10.695.532 habitantes, sendo que destes, 85,1% ou 9.102.241 pessoas residem nos espaços urbanos e 1.593.291 habitantes ou 14,9% nos espaços rurais.

Contando com 496 municípios, podemos dizer que o leite é produzido em todo o território estadual.

A produção leiteira do Rio Grande do Sul no ano de 2006 foi viabilizada pela participação de 205.158 estabelecimentos que envolveram em ordenha o total de 981.769 vacas, resultando numa produção de 2.455.611 toneladas de leite.



* Estimativa Embrapa Gado de Leite Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal
Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

Ilustração 14 - Evolução da produção de leite no Rio Grande do Sul 1990-2007.

A produção gaúcha como podemos observar na ilustração 15 acima, em momento algum, no período de 1990 à estimativa de 2007, apresentou perda de volume, tem acúmulos anuais continuados.

No período no qual a produção nacional apresentou salto em volume, com redução do número de vacas ordenhadas, entre 1995 e 1996, os produtores riograndenses contribuíram com 150 milhões de litros. Naquele período, a parte o constante crescimento na produção, o sistema leiteiro do estado oscilava no ranking dos maiores produtores da federação, entre o terceiro e quarto colocados, depois de ter, no seu território, nos anos de 1920 do século passado, 30, 77% da capacidade instalada para a produção de laticínios, o que lhe conferia a condição de segundo produtor do país.

1.3.2.1 A produção industrial leiteira riograndense no tempo

Com base na descrição de (CARVALHO, 2002), onde apresenta as empresas responsáveis, no ano de 2002, pela produção e comercialização da maior fatia do mercado de láteos do RS e buscando constituir uma visualização mais geral de como se deu o processo de implantação do parque industrial leiteiro no Rio Grande do Sul , apresentamos uma linha de tempo com o ordenamento anual das criações das plantas, em sua expressiva maioria, sob responsabilidade de cooperativas.

I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I	I-----I
1908	1911	1912	1947	1952	1957	1959	1967	1970	1973	1978	1993	1994
Cafrasa	Lat.Sta	Coop.	COSUEL	Lat.	COTRIGO	CAMAL	Coop.	CORLAC	COSULATI	CCGL	Parmalat	Coorlac
	Clara	União		Ivoti /				Agropec.				
		Colonial		Milkaut				Petrópolis				

Ilustração 15 - Linha do tempo com a trajetória da produção leiteira do Rio Grande do Sul com aquelas que seriam as maiores empresas conforme (Carvalho, 2002)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de (Carvalho, 2002).

Em sua produção, Indústria de laticínios no Rio Grande do Sul: um panorama após o movimento de fusões e aquisições, (Carvalho, 2002) estabelece 1908, através de Carlos Franke S.A. - CAFRASA- em Ijuí, como o marco inicial da produção industrial leiteira no

ESTADO. Certamente o marco da produção industrial e comercial, com objeto marcadamente econômico.

Porém, em 1873, já era possível comprovar-se o potencial gerador de riquezas apresentado pela produção leiteira como descreve Mulhall²⁷:

Essa mulher é uma conterrânea dos senhores. Era a sra. Carpenter, uma das sobreviventes da colônia, abandonada nesta terra estranha há quinze anos atrás, por ser uma viúva com várias crianças pequenas. Teria perecido de fome, se não fosse seu trabalho constante, sua confiança na Providência Divina e a bondosa ajuda de muitas damas brasileiras. Ainda é pobre, mas conseguiu criar uma respeitável família. Lá vai ela na sua carroça puxada a burros com o dinheiro da manteiga que vendeu na cidade!

Pois, Mulhall, já aponta a utilização do leite como matéria-prima, ainda que de forma incipiente, se prestando para, sob a coordenação da mulher, mãe, proporcionar ganhos para a sustentação da família. Esta, talvez a mais antiga referência a utilização do leite no município de Pelotas, provavelmente realizada no verão de 1872, ano no qual o autor escreve o prefácio da primeira edição de seu livro, onde menciona, em 10 de junho, ter estado do Rio Grande do Sul no verão passado.

Depois deste resgate histórico que manifesta a produção familiar de leite no Rio Grande do Sul, (CARVALHO, 2002), aponta o caminho seguido pela CAFRASA, que em 1977 foi incorporada pela CCGL.

A Laticínios Santa Clara Ltda., seguindo a cronologia, surge com o nome de Latteria Santa Chiara, em 1911, com o propósito de produzir queijo e manteiga para aproveitamento e obtenção de rendimento através do leite das propriedades. Foram 17 pequenos produtores da região de Santa Clara, antigo distrito de Montenegro, hoje pertencente a Carlos Barbosa, que em 1912, há menos de um ano da criação da empresa, resolvem transformá-la em Cooperativa.

Surgiria então a Cooperativa de Laticínios União Colonial, em 10 de abril de 1912 que mais tarde, 9 de setembro de 1977 originaria a Cooperativa Santa Clara Ltda. A Santa Clara é a Cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil, agregando 4800 associados e em operação a partir de sua sede em Carlos Barbosa RS.

Após, em 1947, é criada a COSUEL, Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. Esta, de acordo com TC-online - FEEVALE, que não informou autor, foi fundada a

²⁷ Mulhall relata sua estada no Estado em sua obra, *RIO GRANDE E SUAS COLÔNIAS ALEMÃS de meados do século XIX*, tradução de Euclides Santos Moreira, onde à página 137, descreve a passagem acima.

partir da iniciativa de João Batista Marquese, em 15 de junho de 1947, junto com outros 387 pequenos produtores que juntam esforços para viabilizar a agregação de valor e a comercialização dos produtos dos associados. Em 1948 lançam a pedra fundamental do frigorífico.

Em 1957 criam a fábrica de óleo de soja, em 1963 a fábrica de rações e em 1965 a indústria de laticínios.

Hoje a empresa Dália²⁸, com sede em Encantado, RS, é considerada uma grande empresa, para os padrões regionais, com 3400 associados e 1450 funcionários, ao todo, 4850 integrantes.

A Laticínios Ivoti Ltda. é mencionada por ter sido a porta de entrada para a empresa Argentina, Milkaut Laticínios Ltda. que em meados dos anos 1990 adquire os ativos daquela companhia e passa a operar no Rio Grande do Sul.

A Milkaut Laticínio Ltda. é originária da Asociación Unión Tamberos, da Argentina, que em 1953 se transformou, legalmente, em Cooperativa, com a denominação de Asociación Unión Tamberos o “aut” do Milkaut contando à época com 700 produtores associados.

Resultado de um processo de endividamento que levou a Milkaut a algo em torno de 51 milhões de dólares em dívidas, possibilitou que a francesa Soparind Bongrain, uma das maiores produtoras de queijos especiais do mundo adquirisse a Milkaut e fizesse a renegociação de suas dívidas, ainda ao final de 2010.

Em 04 de agosto de 1957 foi fundada a Cooperativa Tritícola de Getulio Vargas Ltda. COTRIGO, resultado da associação de 125 pessoas, com o objetivo de enfrentamento às dificuldades de comercialização do trigo. A sede à época localizava-se no bairro Estação, pertencente ao município de Getúlio Vargas. Estação conquistaria a emancipação em 21 de abril de 1988.

Em 1975 deu-se o início do processo da unificação das cooperativas Cotrigo e Cobanha, as quais tinham uma coincidência da maioria de seus associados e permitiria significativo avanço na industrialização. A incorporação é finalizada em dois de janeiro de 1976.

A COTRIGO chega a 1997 inaugurando a planta industrial de laticínios com uma capacidade instalada inicial de 150.000 litros.

²⁸ A mesma COSUEL.

Em matéria do jornal Zero Hora de 12 de agosto de 2008, a direção da COTRIGO, alegando dificuldades em resgatar elevados volumes de soja, depositados por seus associados em seus armazéns até quatro anos, devido a elevação nos preços, estuda a possibilidade de desfazer-se de sua unidade de laticínios e do seu frigorífico.

A Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas conta com 5500 associados, sua unidade de beneficiamento de leite processa 200 mil litros diários e o frigorífico abate 800 suínos por dia. O enfrentamento à crise tem mobilizado os associados e o poder político gaúcho na busca alternativas que viabilizem a COTRIGO.

Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda., CAMAL, com sede em Bagé, RS, fundada em 24 de outubro de 1959, tinha os associados originários da região de Bagé, que se agregaram, inicialmente, com o objetivo de garantirem ganhos na comercialização do trigo. Com o passar dos anos incorporaram a atividade leiteira, produzindo queijo, leite e outros derivados sob a marca IBAJÉ.

Neste ano de 2011, os produtores de leite de Aceguá, que tem seu produto recolhido pela CAMAL, estão passando por expressiva redução em sua produção, motivada pela seca que assola a região da campanha gaúcha. De um rendimento médio diário esperado em 150 mil litros - tem um rebanho de 10 mil vacas - a partir de dezembro de 2010 já passaram a recolher 120 mil chegando ao mês de janeiro de 2011 aos 91 mil litros. De toda a produção leiteira do município, 90% a CAMAL entrega a cooperativa de Pelotas.

A Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda., Laticínios Piá, fundada em 1967, por um grupo de 213 associados tinha seu projeto inicial construído em parceria com o governo alemão.

A empresa ampliou sua linha de produtos e consolidou seu crescimento. Sua área de coleta envolve 75 municípios nas regiões do Vale do Paranhana e na Serra e os produtos atingem os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A Laticínios Piá tem mais de 10 mil associados e 625 funcionários com uma capacidade de processamento de leite da ordem de 420.000 litros diários.

Está presente em 84 municípios, tendo sido a primeira produtora de bebidas lácteas, iogurtes e leite UHT, no Rio Grande do Sul, a receber a certificação APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – é a primeira empresa em iogurtes líquidos do sul do país e a quinta no Brasil, tendo recebido, no ano de 2007, 8,3% de market share, segundo a Latin Panel, nas vendas no mercado do sul do Brasil.

Em 1970 o governo do Rio Grande do Sul criou a Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, CORLAC, em substituição ao Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, DEAL.

A companhia assumira a responsabilidade de centralizar e estimular a produção de leite e derivados, operando até 1993, quando teve decretada sua liquidação, através da lei nº 10.000/93.

O resultado da liquidação de sua companhia de economia mista, pelo governo do Estado já se poderia esperar, desarticulação do sistema de produção leiteira, com efeitos concentrados nas regiões onde a empresa se fazia mais presente, metropolitana, nordeste e central, além de prejuízos aos produtores.

A COSULATI, Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios, foi fundada em 21 de setembro de 1973, resultando da fusão de outras duas cooperativas, a Cooperativa Regional de Laticínios Pelotense Ltda., COOLAPEL e a Cooperativa Regional de Laticínios da Região Sudoeste do RS, COOLACTI.

Ampliação da produção tem sido constante com implantação de resfriadores para viabilizar a ampliação da captação de matéria-prima para atender às operações da nova planta em construção, no município de Capão do Leão, prestes a entrar em funcionamento, conforme notícia de economia, de 13 de junho, publicada no jornal Zero Hora. De acordo com o superintendente da COSULATI a idéia é atingir-se a produção 1 milhão de litros por mês, quando a nova fábrica entrar em operação, superando-se os 600 mil atuais.

A Cooperativa Sul-Rio Grandense de Laticínios envolve 8,3 mil produtores entre associados e outros resultantes de parcerias construídas na Metade Sul do estado, é responsável por 600 empregos diretos e mobilização de 20 mil pessoas em seus processos produtivos.

No ano de 2009, o mesmo no qual a economia Norte americana arrastou o mundo para uma grave crise, seus associados tiveram motivos de sobra para festejarem, a cooperativa obteve um crescimento de 18% em seu faturamento só no primeiro semestre, superando a meta anual projetada que era de 15%.

Mas é a história da CCGL, criada em 21 de janeiro 1976, que é considerada aquela que se confunde com a da atividade leiteira gaúcha, principalmente devido a capacidade de centralizar e concentrar as atividades dos associados e sua industrialização.

A Cooperativa Central Gaúcha de Leite resultou do Projeto Integrado do Desenvolvimento do Cooperativismo, PIDCOOP.

É uma Cooperativa de segundo grau, devido ao fato de seus associados serem principalmente cooperativas, ditas singulares.

Em 1977 a CCGL incorporou a CAFRASA e sua primeira unidade industrial foi inaugurada na cidade de Ijuí em 1978.

Resultado de severa crise financeira de suas associadas, na década de 1990, em 1995, após sua aquisição pela Avipal, a CCGL passa a chamar-se Elegê Alimentos, marca comercial da Cooperativa.

Tendo negociado todas as plantas industriais com a Avipal, firmou o compromisso de não operar no mercado de lácteos pelo período de dez anos.

A Elegê Alimentos teve seu controle adquirido pela Brasil Foods em outubro de 2007 enquanto a CCGL inaugurou sua nova planta industrial, que processará 1000.000 de litros dia, em 09 de outubro de 2008.

A Parmalat, originária da Itália, ingressa no mercado brasileiro em 1974 e 1977 funda a própria filial, Yolat Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. Em 1989 passa a exercer intensa política de aquisições, chegando a 22 no período 89-99.

No RS a Parmalat ingressa no ano de 1993 adquirindo a Lacesa, à época, segunda empresa de laticínios do estado. A empresa italiana desloca sua principal bacia leiteira do eixo Lajeado-Estrela para Carazinho, entre outras alterações que imprime ao setor.

Em 2004 a multinacional entra em colapso, resultado de desvios financeiros e fraudes contábeis, situação que arrastou a filial brasileira para o pedido de concordata.

A situação da Parmalat hoje é considerada pior do que em 2004, conforme palavras do Presidente da CONTAC, Siderlei de Oliveira, em entrevista a Geraldo Iglesias da UITA, as

vésperas da Conferência Internacional do setor:

A Parmalat está agora em uma situação pior do que em 2004, e outra constatação: quem não provém do setor lácteo e, mesmo assim, pretende gerir uma empresa de laticínios como se fosse uma qualquer outra ...

-Quebra! ... Isso aconteceu com a **Laep Investments**, que em julho de 2009 assumiu o controle da **Parmalat**. O empresário, que não conhece o setor e vem apenas com a perspectiva de dinheiro rápido, fracassa.

Resultado da situação descrita acima é que a LBR, empresa de laticínios que surgiu da união entre a Bom Gosto e a Leitbom, está negociando com a Parmalat italiana a troca de ações da LBR para os italianos o que deixaria a LBR como maior acionista da Parmalat.

A Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos, COORLAC é originária daquela que fora a Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, a CORLAC.

Encerrada as atividades da CORLAC em 1993, foi iniciado o processo para transformação em Cooperativa para evitar prejuízos maiores aos funcionários e aos produtores de leite do estado.

Em 1994 foram transferidos para a COORLAC os primeiros veículos, postos de recolhimento de leite e equipamentos. No ano de 2000 duas usinas de beneficiamento foram doadas à Cooperativa e uma terceira cedida em comodato, Erechim, Santa Maria e Taquara, respectivamente.

No ano de 2007, a COORLAC já atingia 200 municípios gaúchos abrangendo 20 Cooperativas vinculadas e mais de seis mil agricultores associados. Mantém 510 postos de trabalho entre diretos e indiretos e comercializa 43 produtos nos estados de Santa Catarina, São Paulo e outros das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Em maio de 2008, a Laticínios Bom Gosto, que tem sede no município de Tapejara, anunciou a aquisição das operações da Coorlac. Wilson Zanatta, presidente do grupo adquirente pretende processar os 150 mil litros/dia captados e beneficiados até então pela Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos, junto as 12 cooperativas que integram o sistema Coorlac. Foram incluídas na negociação a planta de Erechim, arrendada e a de Salvador das Missões adquirida.

A seguir o quadro onde estão atualizadas as informações daquelas empresas que, em 2002, apareciam como as responsáveis, entre as de grande e médio porte, pela produção e distribuição de produtos lácteos no Rio Grande do Sul, onde podemos observar consolidações, enfrentamento de dificuldades, transformações e aquisições, inclusive a tentativa de interferência de órgãos governamentais na busca de soluções para a superação de dificuldades.

Carvalho (2002 p. 7) dá em breves palavras, o quadro da industrialização e distribuição do produto, no estado, no ano de 2002:

Atualmente, no ano de 2002, as principais empresas responsáveis pela industrialização e distribuição do leite são a Elege Alimentos S.A., Parmalat do

Brasil S.A. e a Milkaut Laticínios Ltda. – sociedade de capital aberto, e as seguintes cooperativas de médio porte, Sul Riograndense de Laticínios Ltda.(COSULATI), Santa Clara Ltda., De Suinocultores Encantado Ltda. (COSUEL), Tritícola Getulio Vargas Ltda., Agropecuária Petrópolis Ltda. (PIÁ), Agrícola Mista Aceguá Ltda. (CAMAL), Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda. (CORLAC). Essas de grande e médio porte, assim como 12 pequenas cooperativas produzem leite e derivados sob inspeção federal (SIF). O estado do Rio Grande do Sul conta com mais 104 pequenos laticínios que produzem sob inspeção estadual (CISPOA).

A simples reunião deste rol de empresas comprometidas com o processamento do leite no estado no ano de 2002, nos permite acessar, parte importante da história do sistema produtivo leiteiro gaúcho, condição quase impossível, em se tratando de outras unidades da federação.

O presente ordenamento do parque processador do leite no território do RS em 2002, nos possibilitará, com a atualização das informações, avaliarmos como se apresenta e quais as eventuais alterações no setor lácteo riograndense.

Tabela 11 - Empresas produtores de laticínios no RS – comparação 2002 X 2010

Empresa	Situação em 2002	Situação atualizada
Elegê	Surge em 1976. Em 1993 é Criada a Elegê Alimentos quando foi incorporada pela AVIPAL.	Adquirida pela Brasil Foods, BRF em outubro de 2007.
Parmalat	Ingressa no RS em 1993 adquirindo a Lacesa. Em 2004 entra em colapso.	2010, passa por processo de aquisição pela LBR-Empresa surgida da união entre Bom Gosto e Leitbom.
Milkaut	Cooperativa Argentina, transformada em Empresa de capital aberto ingressa no RS em meados da década de 1990.	Milkaut enfrenta endividamento e é adquirida por francesa Soparind Bongrain ao final de 2010.
Cosulati	Foi fundada em 1973 e incorporou outras cooperativas: COOLAPEL E COOLACTI	Hoje processa 1 milhão de litros mensais e envolve 20 mil pessoas em seus processos produtivos.
Santa Clara	Ex Latteria Santa Chiara, em 1911, depois Cooperativa de Laticínios União Colonial, 1912 transformada depois em Santa Clara.	Hoje agrega 4800 associados e apresentou crescimento de 18% no faturamento no 1º semestre de 2009, ano de crise internacional.
Cosuel	Fundada em 15 de julho de 1947 com 387 produtores, implantando em 1965 a indústria de laticínios.	A Cooperativa está implantando em Arroio do Meio Indústria processadora de leite para produzir leite em pó, deverá transformar 460 mil litros dia e um total de 18,6 mil toneladas de leite em pó por ano.
Cotrigo	Fundada em 4 de agosto de 1957, inaugura a planta de laticínios em 1997, com capacidade para 150 mil litros.	Em meados de 2008 entra em crise por endividamento. Busca socorro no poder político do estado. São 5500 associados que avaliam a possibilidade de venderem a planta de lácteos.
PIÁ	Fundada em 1967 com 213 associados.	Tem mais de 10 mil associados e 625 funcionários. Capacidade de processamento de leite na ordem de 420.000 litros diários. É a primeira em Iogurtes líquidos do RS e a 5ª do país. Está em 84 municípios do RS.
Camal	Fundada em 24 de outubro de 1959, produz a linha de lácteos IBAJÉ,	Em 2011 os produtores sofrem queda de 30% na produção devido à seca. Em janeiro recolhem apenas 91 mil litros dos 150 mil normais, dos quais 90% são levados a Cosulati.
Coorlac	Originária da CORLAC extinta em 1993. Em 2007 a Cooperativa atinge 200 municípios envolvendo 20 Cooperativas vinculadas e mais de seis mil associados gerando 510 empregos diretos e indiretos. Comercializa 43 produtos em Santa Catarina São Paulo e outros estados do Norte e Nordeste.	Em maio de 2008, a Laticínios Bom Gosto adquiriu as operações da Coorlac.

Fonte: Produzida pelo autor a partir de notícias de jornais e de informações dos sítios das empresas.

Após produzirmos uma atualização da situação daquelas empresas produtoras de laticínios, identificadas e apresentadas por CARVALHO (2002) , como as principais responsáveis pela industrialização e distribuição do leite e seus derivados no RS, no referido ano, a fim de visualizarmos o cenário com as informações disponíveis,

apresentamos, a seguir, a localização no mapa do estado, das referidas empresas, não sem antes um quadro de legendas para apoio à identificação através de cores, como a seguir:

* Elegê	Red
* Parmalat	Yellow and Green
* Milkaut	Magenta
* Cosulati	Blue
* Santa Clara	Light Yellow
* Cosuel	Orange
* Cotrigo	Purple
* PIA	Cyan
* CAMAL	Grey
* COORLAC	Pink

Ilustração 16 - Legenda identificadora da localização das principais empresas de laticínios do RS em 2002.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de CARVALHO (2002).

Como podemos verificar na ilustração abaixo, as empresas arroladas como as mais importantes no ano de 2002, concentram-se, justamente na parcela do território onde há maior contingente populacional, cinco empresas ao todo, com o deslocamento da unidade da Parmalat, de Lajeado-Estrela para Carazinho.

A região Norte-Noroeste do Estado se apresenta como a segunda em número de empresas consideradas importantes, três, passando para quatro com a chegada da, então multinacional, Parmalat a Carazinho.

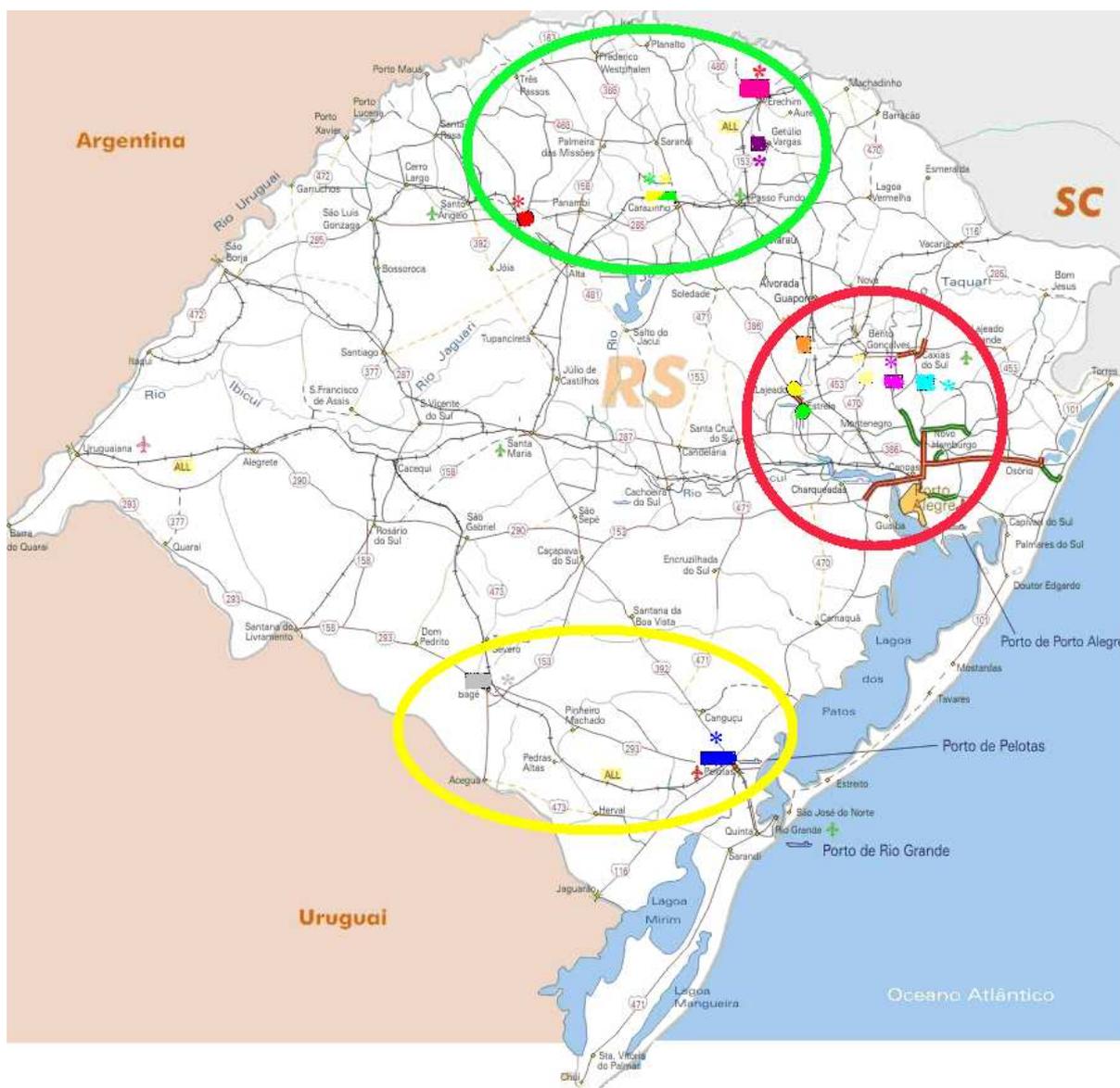


Ilustração 17 - Mapa de localização das principais Empresas de Laticínios do RS em 2002.

Fonte: Ilustração do Ministério dos Transportes, adaptado pelo autor.

Em terceiro lugar identificamos as regiões sul-sudoeste com duas empresas, uma localizada em Pelotas, a COSULATI e a outra, a CAMAL, localizada em Bagé.

A seguir temos uma tabela que nos dá idéia da importância que a produção leiteira vem assumindo no Rio Grande do Sul a partir dos diversos anúncios que dão conta de implantação de plantas processadora no território riograndense, ampliação de parques processadores e inclusive incorporações.

Tabela 12 - Investimentos na Indústria de Látceos do RS, a partir de 2005

Empresa	Valor em milhões de R\$	Município/Região	Capacidade de processamento de Leite / dia em mil lts.	Data do anúncio
COSULATI	15,2	Pelotas/COREDE SUL	450	20/09/2005
EMBARÉ	237,0	Sarandi/COREDE PRODUÇÃO	1000	22/03/2006
EMBARÉ	80,0	Sarandi/COREDE PRODUÇÃO	1000	22/03/2006
NESTLÉ	70,0	Palmeira das Missões COREDE PRODUÇÃO	1000	17/04/2006
CCGL	90,0	Cruz Alta COREDE ALTO JACUÍ	1000	21/11/2006
ITALAC	70,0	Passo Fundo COREDE PRODUÇÃO	300	21/05/2007
PARMALAT	36,3	Carazinho COREDE PRODUÇÃO	600	17/04/2008
PARMALAT	11,7	Alegrete COR.FRONT. OESTE		17/04/2008
PERDIGÃO	65,0	Três de Maio COREDE FRONTEIRA NOROESTE	600	12/06/2008
PERDIGÃO	1,0	Bagé COREDE CAMPANHA		12/06/2008
BOM GOSTO	35,0	Tapejara COR. NORDESTE	600	22/07/2008
BOM GOSTO	8,0	Fazenda Vila Nova COR. ALTO SERRA DO BOTU.	240	22/07/2008
BOM GOSTO	1,2	Erechim COREDE NORTE		22/07/2008
CCGL	129,0	Cruz Alta COR. ALTO JACUÍ	1700	03/09/2008
RELAT	30,0	Estação COREDE NORTE	1200	19/10/2008
TOTAL	879,4		9.690	

Fonte: Produzida pelo autor a partir de Notícias de jornal

Note-se que o somatório dos investimentos anunciados desde o ano de 2005, no Rio Grande do Sul, ao redor de 900 milhões de reais, a serem aplicados num sistema que produziu em 2005 pouco mais de dois bilhões e quatrocentos milhões de litros, faz estimar um processamento diário de quase dez milhões de litros a mais, repercutindo em saltar-se, ao final do ano de 2008 em que todos os investimentos estejam operando em sua máxima

capacidade, de 2 bilhões e setecentos milhões de litros/ano para mais de 6 bilhões de litros/ano.

Dos investimentos anunciados de 2005 até 2008, conforme a tabela 14 acima, a Cooperativa Sul Riograndense, Cosulati, já está inaugurado e em operação.

A Embaré, que anunciara, em março de 2006, a implantação de empreendimento lácteo na cidade de Sarandi, RS, no valor de 237 milhões de reais, e pretensão de processamento de 1 milhão de litros/dia, com a intenção de iniciar operações no ano de 2008, tem mantido o início das obras sem definição de data. A alegação é que a taxa de câmbio que continua valorizada funciona como restrição às exportações e é necessário aguardar alguma alteração de cenário tendo em vista que os produtos da planta industrial de Sarandi serão voltados ao mercado externo.

A Nestlé inaugurou sua planta processadora de lácteos de Palmeira das Missões em 26 de setembro de 2008, inicialmente com investimentos da ordem de 30 milhões de reais mas que poderão ser ampliados até 70 milhões.

A CCGL inaugurou sua planta industrial no município de Cruz Alta, RS, em 09 de outubro de 2008, onde foram investidos 120 milhões de reais viabilizando o processamento diário de 1 milhão de litros de leite.

A ITALAC inaugurou seu parque processador de lácteos em Passo Fundo em agosto de 2009, com capacidade para absorver 600 mil litros de leite por dia, portanto 100% superior ao revelado pela imprensa em maio de 2007.

A Parmalat havia anunciado em abril de 2008, investimentos de mais de 36 milhões em sua unidade de Carazinho, aquela mesmo que havia sido transferida de Lajeado-Estrela, porém suas dificuldades se acirraram as demissões começaram a ocorrer em um ano depois, em abril de 2009 e a planta industrial acabou sendo arrendada a Nestlé, por 35 anos em junho de 2009.

Já os investimentos da Parmalat em Alegrete, RS, que iniciaram pela aquisição de uma fazenda de 2,5 mil hectares, com a finalidade de produção de vacas leiteiras para distribuição aos produtores, que seriam integrados à Parmalat, refluíram ao ponto da empresa já ter vendido a propriedade que tinha a finalidade de ser espaço de qualificação genética do rebanho leiteiro.

Os investimentos da Perdigão no ramo laticinista, no município de Três de Maio, anunciados à imprensa em 12 de junho de 2008, sinalizavam intenções de entrada em operação em dois anos a partir do anúncio, contando com o imediato início das obras. Vieram a crise internacional e somado a ela problemas climáticos, conforme apontado por Ângelo Farias, engenheiro gerente de projetos da BRF que em recente visita às obras, em 04/03/2010, disse pretender operar em março de 2011. A referida planta industrial passou a operar em maio de 2011.

Os investimentos em posto de coleta de leite no município de Bagé, RS, começaram em outubro de 2008. Estavam previstos inicialmente 1 milhão de reais, mas o engenheiro responsável pela obra estima que chegue a 1,5 milhão. A empresa espera contribuir para um salto na produção diária que está em torno de 25mil litros, chegando em 100mil diários quando estiver operando o posto.

A empresa de laticínios Bom Gosto, não só manteve sua decisão de investir em Tapejara, Fazenda Vila Nova e Erechim, como ampliou a geografia dos mesmos à aquisição de planta industrial no estado do Rio de Janeiro e à construção de outra planta no Uruguai. Sobre a nova unidade produtora de leite em pó de Tapejara, RS, Wilson Zanatta, presidente do grupo, ainda não anunciou sua inauguração.

O investimento do Grupo Renner, com nome de Relat que está entrando no setor leiteiro, através do município de Estação, RS, para processar soro de leite, transformando-o em pó de soro, importante matéria-prima para a produção de massas e biscoitos, foi inaugurado em 19 de outubro de 2010.

Após revisão dos anúncios de investimentos no setor leiteiro do Rio Grande do Sul, ocorridos no período entre 29 de setembro de 2005 e 19 de outubro de 2008, conforme tabela 14 acima, vimos que apenas os da Parmalat, com seus 48 milhões previstos e anunciados para Carazinho e Alegrete, importando em algo em torno de 5,5% do total (879,4 milhões) anunciado, acabaram não se concretizando.

Esta observação nos dá indicativos da consolidação das expectativas de crescimento do setor de lácteos no Estado, inclusive porque a economia mundial ainda se recente da crise internacional para a qual foi carregada pela economia dos EUA, a partir de 2008, o que repercutiu em algum compasso de espera, como o caso da EMBARÉ em Sarandi, que retardou o início dos investimentos, porém os mesmos estão mantidos.

Nota-se que parte importante daqueles investimentos foram, e estão sendo, feitos em implantação ou ampliação de plantas produtoras de leite em pó, situação que, na maioria dos casos está focada no mercado externo.

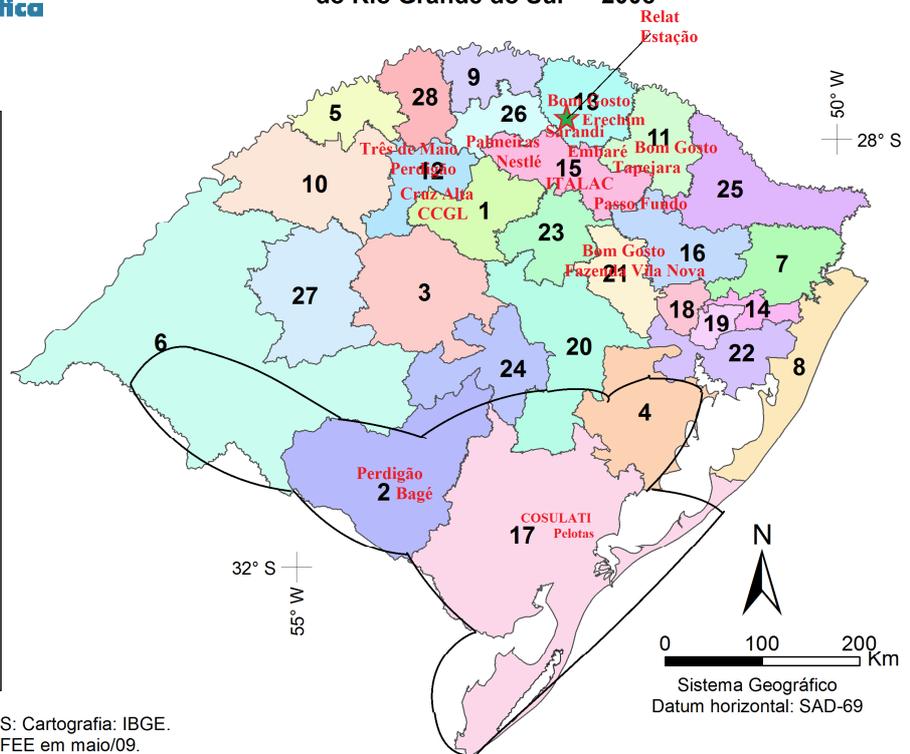
Na ilustração 16 abaixo, trazemos um mapa do Rio Grande do Sul onde buscamos visualizar, regionalizadamente, com base nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, COREDE, regionalização utilizada quando produzimos a tabela 14, a distribuição dos investimentos arrolados na tabela supra citada.

Visualizamos na ilustração 17 a seguir, a divisão do território do Estado com os atuais 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, com nove empresas e seus onze investimentos novos, que já aconteceram ou em fase final de execução, concentrados na metade norte do Rio Grande do Sul. Salientamos, que deveriam ser 10 empresas e 13 investimentos, não fora a desistência da Parmalat, o que adicionaria um investimento em cada metade do Estado.

É preciso também resgatar que mesmo sem efetivar os investimentos em Carazinho e com a desistência e refluxo dos mesmos em Alegrete, a planta industrial da Parmalat em Carazinho não foi desativada, está sendo operada pela Nestlé que a alugou por trinta anos.

**Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)
do Rio Grande do Sul — 2008**

Legenda:	
1 - Alto Jacuí	
2 - Campanha	
3 - Central	
4 - Centro Sul	
5 - Fronteira Noroeste	
6 - Fronteira Oeste	
7 - Hortênsias	
8 - Litoral	
9 - Médio Alto Uruguai	
10 - Missões	
11 - Nordeste	
12 - Noroeste Colonial	
13 - Norte	
14 - Paranhana Encosta da Serra	
15 - Produção	
16 - Serra	
17 - Sul	
18 - Vale do Caí	
19 - Vale do Rio dos Sinos	
20 - Vale do Rio Pardo	
21 - Vale do Taquari	
22 - Metropolitano Delta do Jacuí	
23 - Alto da Serra do Botucaraí	
24 - Jacuí Centro	
25 - Campos de Cima da Serra	
26 - Rio da Várzea	
27 - Vale do Jaguarí	
28 - Celeiro	



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Cartografia: IBGE.
NOTA: Elaborado pelo NERU-FEE em maio/09.

Ilustração 18 - Mapa, por COREDE. Visualização dos municípios que contribuem com matéria-prima para a Cosulati, Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios na Metade Sul do RS

Fonte: Adaptado pelo autor

Com o objetivo de localizarmos os investimentos no ramo dos lácteos na metade sul do Rio Grande do Sul, no período 09/2005 – 10/2008, bem como visualizarmos a área da bacia leiteira onde a COSULATI, maior indústria do setor de laticínios do sul do Estado, coleta matéria-prima para o processamento, traçamos em linha, na cor preta, a referida região.

Temos no seu interior os 38 municípios, por informações da própria Cooperativa Sul Rio grandense de Laticínios. Estes municípios encontram-se distribuídos em cinco COREDES, a saber: de maior contingente, o COREDE Sul, número 17 no mapa, que tem envolvido 20 dos seus 22 municípios; em segundo lugar, em número de municípios está o COREDE Centro Sul, número 4 no mapa, com dez municípios; em terceiro lugar o COREDE Campanha, número 2 no mapa, com o envolvimento de 5 municípios, em quarto lugar o COREDE Fronteira Oeste tendo dois municípios envolvidos e restando o COREDE Vale do Rio Pardo com um município só, envolvido.

A produção leiteira riograndense tem sido objeto de estudos e de produção teórica para muitos, Paiva, Carvalho, Trennephol, Bitencourt, entre outros e tanto tem sido escrito sobre ela, que alguns já disseram que no Rio Grande do Sul o leite é produzido em todos os municípios. Outros disseram que são preciso maiores investimentos na tecnificação e profissionalização da produção, o certo é que, no RS, o preço pago ao produtor tem permanecido, no mais das vezes, na parte inferior da tabela, ou seja, o produtor de leite, em sua expressiva maioria, produtor familiar, recebe dos mais baixos valores pelo seu produto, como se pode aferir na tabela 15 abaixo.

Tabela 13 - Preço pago por litro de leite aos Produtores no Brasil por meses, anos e estados selecionados em centavos de real

MÊS/ANO	BA	GO	MG	PR	RS	SC	SP	BRASIL
Dez /07	0,6488	0,7082	0,7212	0,6260	0,6291	0,5876	0,6726	0,6562
Mai /08	0,6434	0,7857	0,7770	0,7206	0,6960	0,7036	0,7776	0,7291
Jul /08	0,6504	0,7495	0,7589	0,7126	0,7033	0,6948	0,7925	0,7231
Set /08	0,6180	0,6734	0,6642	0,6067	0,6052	0,5839	0,7173	0,6384
Dez/08	0,5988	0,5717	0,5931	0,5632	0,5708	0,5643	0,6366	0,5855
Abr /09	0,5956	0,6155	0,6338	0,6088	0,5999	0,6112	0,6536	0,6169
Jul /09	0,6283	0,7648	0,7652	0,7977	0,7359	0,7684	0,8189	0,7542
Out /09	0,6474	0,6989	0,7088	0,6786	0,6648	0,6342	0,7352	0,6811
Dez /09	0,6098	0,5774	0,6176	0,6038	0,5647	0,5828	0,6260	0,5974
Fev/10	0,5806	0,6113	0,6431	0,6170	0,5678	0,5951	0,6257	0,6058
Jun/10	0,6926	0,7659	0,8122	0,7731	0,6896	0,7798	0,7899	0,7576
Set/10	0,6723	0,6900	0,7181	0,6828	0,6097	0,6595	0,7500	0,6832
Dez/10	0,6538	0,7366	0,7235	0,7469	0,6513	0,7373	0,7586	0,7154

FONTE: Cepea/Esalq/USP, adaptado pela Equipe Milknet e readaptado pelo autor.

O nível de remuneração ao produtor de leite Rio grandense, de acordo com os dados da tabela, apontam que os preços pagos aos leiteiros gaúchos estão entre os três mais baixos do país. Porém, na média são há alguns anos os de mais baixa remuneração.

Maurício Palma Nogueira, engenheiro agrônomo, Diretor da Bigma Consultoria, na análise de mercado, publicada na Revista Balde Branco de Março de 2011, refere-se ao preço pago aos produtores do Rio Grande do Sul, dizendo:

Segundo o Cepea-Centro de Estudos e Pesquisa em Economia Aplicada, em janeiro, o produtor brasileiro recebeu 1,2% a mais que em dezembro, no valor médio de R\$ 0,729/litro. A Scot registrou um pequeno recuo – praticamente, estabilidade – em torno de 0,45% no preço.

Mesmo assim, o valor médio ficou em R\$ 0,727/litro, diferença insignificante em relação ao número do Cepea, quando se considera o universo pesquisado e a quantidade de empresas e agentes de mercado que são consultados na pesquisa.

Dentre os principais Estados pesquisados pelo Cepea, foi justamente no Rio Grande do Sul que se registrou o maior incremento nos preços pagos aos produtores, em torno de 4,64%. Apesar disso, dentre as principais regiões produtoras do País, é o produtor gaúcho que recebe os preços mais baixos pagos pelo leite.

Com o valor médio de R\$ 0,68/litro, os gaúchos só ficam na frente dos baianos, que receberam R\$ 0,63/litro para a produção de dezembro, paga em janeiro.

Como se vê, mesmo tendo sido o conjunto de produtores de leite, no Brasil, que recebeu o maior percentual na revisão dos preços, em janeiro referente a dezembro do ano passado, permanece sendo o de mais baixa remuneração por sua produção.

Por outro lado, informações disponibilizadas por Marcela Caetano e Thaíse Teixeira, no Correio Rural, do Jornal Correio do Povo de 30 de maio de 2010, dão conta de que dos produtores gaúchos de leite, em torno de 110 mil, apenas 30% estarão cumprindo com as determinações da Instrução Normativa 51 do MAPA editada em 18 de setembro de 2002 com foco na qualificação do leite produzido no Brasil. A referida IN vem sendo implementada paulatinamente, com previsão de novas aplicações a partir de 1º de julho de 2011, no que tange às condições sanitárias do produto.

As autoras da matéria do jornal, citada acima, descrevem a crescente importância que a produção leiteira do RS vem assumindo no cenário nacional, enumerando as grandes empresas que tem se implantado neste território, descrição que reitera o que já dissemos anteriormente, a partir da análise da tabela dos investimentos, anunciados e executados no setor leiteiro riograndense, como podemos ver:

Apesar de a IN não prever restrições ao leite que está fora dos padrões legais, a mudança atinge em cheio os 110 mil produtores do Rio Grande do Sul, que já se constitui no segundo maior pólo leiteiro no Brasil, perdendo somente para Minas Gerais. A importância é maior por conta do crescente número de cooperativas e indústrias de porte que apostam no potencial da bacia gaúcha como Nestlé, Bom Gosto, CCGL, BRF-Brasil Foods, Santa Clara, Piá, Languiru, Cosuel/ Dália e Cosulati, dentre outras. E se agigantou depois que, além da BRF - Brasil Foods, a planta da CCGL (Cruz Alta) recebeu, em 31 de dezembro de 2009, a habilitação do Mapa para também exportar leite em pó. "O processo de melhoria da qualidade da matéria prima precisa evoluir muito, já que os padrões da IN 51 são progressivos", diz o presidente da CCGL, Caio Vianna.

Como podemos verificar o nível de preços praticados junto ao produtor de leite no Rio Grande do Sul pouco deve ter de relação com a qualidade do produto, certamente outros elementos tem contribuído para tal, inclusive a preponderância da produção

familiar, coordenada operacionalmente pela mulher, esposa, produtora rural que coordena os filhos e filhas no manejo do gado leiteiro, com a produção leiteira voltada a suplementar a renda familiar, mas sob a gestão deliberativa do esposo, tem parcela expressiva de responsabilidade na definição do preço. De outra forma, a produção leiteira não tem a responsabilidade central de viabilizar a manutenção da propriedade, na maioria pequena propriedade, não é seu objeto principal.

2 PELOTAS E A ECONOMIA REGIONAL

Com o objetivo de desenvolvermos estudos e análises relativos a aspectos econômicos sobre esta que chegou a ser considerada a capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entendemos necessário iniciarmos a partir de uma revisita a sua trajetória histórica.

Verificamos a vitalidade e pujança atingidas por Pelotas, condição evidenciada através de sua renda per capita²⁹, (212, 83 mil réis), a maior dos municípios gaúchos no ano de 1872, entre outros elementos, identificamos também, o momento no qual Porto Alegre dá sinais de assumir a condição de centro hegemônico dinamizador da economia gaúcha.

Descrevemos a origem dos interesses paulistas sobre este território meridional e neste contexto o significado dos grandes rebanhos de eqüinos, muares e bovinos.

Da mesma forma caracterizamos a indústria charqueadora, sua pujança e capacidade de geração de resultados econômicos considerados os fundadores da cidade de Pelotas.

Sem que tenhamos as causas do declínio da produção do charque como objeto central deste trabalho, arrolamos algumas, por isso, sem nos aprofundamos em debates de mérito.

Identificamos a tentativa de constituição de um novo ciclo de expansão econômica através produção orizícola e da indústria frigorífica. Transitamos através instabilidade econômica e dos efeitos da crise internacional de 1929 bem como pelo acirramento da concorrência com as indústrias da capital do Estado.

Verificamos o esforço dos empreendedores em busca de outros ramos da indústria da alimentação, os efeitos da crise dos anos 80, somado ao processo de abertura da economia nos anos 90, no século XX, até a consolidação da atual situação econômica.

2.1 A Fundação de Pelotas

A ocupação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que mais tarde seria o Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu, num primeiro instante, pela incursão jesuítica, que

²⁹ MONASTÉRIO, L. M.; ZELL, D. C. Uma estimativa de renda per capita municipal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872. *In*: Trabalho de Iniciação Científica do Curso de Economia da Universidade Federal de Pelotas, produzido com o apoio da FAPERGS (Bolsa de Iniciação Científica – Processo n° 0215211) e do CNPq (Edital Universal 01/2002 – Processo n°470617/20039).

adentra ao território vindo do Paraguai e Argentina e construindo suas reduções na margem esquerda do Rio Uruguai junto a alguns de seus afluentes.

Os processos de conversão religiosa e disciplinamento dos indígenas, levados a cabo pelos jesuítas, tiveram por consequência a ampliação do interesse dos bandeirantes na captura e escravização dos nativos na medida em os fez mais aptos à servidão, ao trabalho forçado. Além disso, os religiosos ainda trouxeram os rebanhos bovinos, eqüinos e muares que acabaram se disseminando, a partir do desgarramento, pelos campos sulinos.

Como se sabe, o apreamento e escravização do indígena tornaram-se a principal fonte de financiamento das Entradas e Bandeiras. Estas eram realizadas, primariamente, com vistas à busca de metais e pedras preciosas. Mas em função da incerteza inerente a esta atividade, os ingressos no *hinterland* eram garantidos pela captura e posterior comercialização no mercado interno do indígena considerado “hostil”³⁰. E, tal como salienta SINGER (1968, p.143).

Atraídos, portanto, pelas reduções, penetraram os bandeirantes no território rio-grandense, atacando e destruindo os aldeamentos e aprisionando os infelizes que lhes caíam vivos nas mãos. Incapazes de resistir, abandonaram os jeútas o Rio Grande, retirando-se para a outra margem do Uruguai, por volta de 1640.

A despeito da influência da Companhia de Jesus em Portugal e Espanha, os resultados econômicos, obtidos na colônia, para a Coroa portuguesa com o cultivo da cana e a comercialização do açúcar eram considerados insuficientes. Em particular, com a crescente intensificação da concorrência à produção colonial que passam a exercer os holandeses, franceses e ingleses após a expulsão dos primeiros do território pernambucano.

Nesta conjuntura o Império intensifica a buscar ao ouro, como possibilidade de obtenção de maiores e melhores resultados econômicos, forma de enfrentar a ação dos concorrentes, para o que financia algumas expedições específicas.

A identificação de veios comercialmente lucrativos por Borba Gato deflagra uma verdadeira corrida ao metal precioso, gerando a necessidade de adoção de medidas para conter a saída, dos portugueses, em massa de Portugal. Segundo Schilling³¹:

Foi tamanho o fluxo que o rei D. João V, resolveu, por lei de 1720, controlar a saída dos seus súditos com medo do despovoamento das aldeias e dos campos portugueses. Não evitou, porém que, ao longo do século 18, 800 mil deles viessem parar nos garimpos.

³⁰ FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, São Paulo: EDUSP, 1975, capítulo V, terceira seção.

³¹ SCHILLING, V. *O SÉCULO DO OURO*. In História por Voltaire Schilling. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/br_ouro.htm em 28/02/2010>. Acesso em: 28 de fev. de 2010.

Após a descoberta das minas, os paulistas demandaram controle sobre os veios auríferos descobertos em função dos esforços bandeirantes. Mas defrontaram-se com a resistência dos reinóis recentemente imigrados, os quais contavam com discreto mas efetivo apoio da Coroa, ansiosa por se livrar de seus antigos parceiros vicentinos, demasiado ciosos de seus direitos de propriedade e bem organizados nos planos militar e político para serem tratados como meros “sócios menores” do empreendimento metropolitano (FAORO, 1975).

Vencidos, os vicentinos foram expulsos da mineração passando, em sua maioria, a priorizarem o comércio de alimentos para as minas, de alta rentabilidade, e que dará a base social para a posterior constituição do cafeicultor-comerciante-empresário paulista; principal agente histórico da resistência liberal e transição republicana no Brasil³².

Entretanto, uma porção não desprezível de vicentinos manteve a prática bandeirante que levou à identificação de novas jazidas auríferas nos territórios que hoje correspondem a Goiás (em torno dos municípios de Goiás Velho, Pirenópolis) e Mato Grosso (em torno dos municípios de Cuiabá e Vila Bela).

A interiorização dos vicentinos foi apoiada pela Coroa, que lhes concedeu o controle da exploração dos novos veios auríferos, tendo em vista que os riscos do transporte do ouro por regiões ermas (grande parte das quais, ainda dominadas por aborígenes) era demasiado elevado, o que envolveria, ou a constituição de um amplo e custoso aparato burocrático-militar inteiramente sob controle régio, ou a concessão de alguma autoridade aos responsáveis pela identificação dos veios auríferos, que já contavam com um sistema de defesa eficiente.

A opção pela alternativa menos custosa implicará o alargamento do território hegemônico por um agente social muito particular no interior da formação colonial luso-brasileira - o bandeirante paulista - caracterizado por uma cultura autonomista e algo indisciplinada frente ao patrimonialismo régio metropolitano.

A principal consequência desta expansão mineradora para a dinâmica regional sulina será a ampliação da demanda por mulas (fundamental como meio de transporte do comércio

³² FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Cap. 2; FERNANDES, F. *Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1977. Cap. 1; PAIVA, C. A. (1991) *Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp, (Dissertação de Mestrado.) Cap. 7.

de tropas) e, secundariamente, por gado vacum transportado vivo (para posterior abate e consumo como “carne verde”³³).

Assim, a abundância de mulas no extremo meridional da colônia foi associada ao aproveitamento econômico das grandes manadas de bovinos e eqüinos deixadas pelos jesuítas.

Até então o gado encontrado no Rio Grande não tinha capacidade competitiva com o produzido nas fazendas de criação do Nordeste, tão pouco a demanda viabilizava preços minimamente adequados.

Naquele momento porém, verificou-se um deslocamento de mercado externo, descrito acima, na economia colonial para o Sul, dotando, em decorrência, o rebanho sulino, da necessária condição de competitividade para abastecer a crescente população envolvida na mineração.

O Brasil colônia no final do século XVII apresentava uma população ao redor de 300 mil habitantes, tendo passado por impressionante crescimento populacional, de dez vezes, nos cem anos que se seguiram*, como podemos verificar na tabela a seguir:

Tabela 14 - Evolução demográfica do Brasil colônia³⁴

Ano	Estimativa da população
1550	15.000
1600	100.000
1690*	184.000 a 300 mil
1780	2.523.000
1798*	3.250.000
1819	4.396.132

Fonte: Adaptada pelo autor a partir de História Econômica do Brasil de Roberto Simonsen com dados de Contreras Rodrigues.

³³ A este respeito, veja-se o capítulo inicial de LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

³⁴ A tabela Evolução demográfica do Brasil Colônia apresenta a composição da população brasileira desde 1550, logo após a chegada dos portugueses, sua evolução e a composição em 1819, dividida em: brancos, 2.488.743 (56,6%); índios 800.000 (18,2%); escravos 1.107.389 (25,2 %). Fonte: Contreras Rodrigues in (Roberto Simonsen, História econômica do Brasil, p. 271). Obs.: Esta mesma fonte é utilizada pelo IBGE conforme se pode verificar em <http://www.ibge.com.br/ibgeteen/povoamento/index.html>.

O bandeirantismo e as recorrentes incursões sobre o território sulino na preta do indígena acabou por estimular a criação de alguns núcleos populacionais permanentes no Sul do Brasil. Antes mesmo da corrida do ouro, no último quartel do século XVII, foi constituído um núcleo paulista em Laguna, segundo Menezes, 2010³⁵,

Os lagunistas tropeavam rebanhos de gado selvagem existente na região da '*Vacaria do Mar*' até o canal do Rio Grande e foram estabelecendo por volta de 1723 as primeiras invernadas ao longo da faixa litorânea, entre a atual São José do Norte até as proximidades de Torres, como consequência do comércio deste gado com o centro do país.

Em 1732, foram concedidos os primeiros títulos de sesmarias. Este fato geralmente ocorria posteriormente à posse, porque o beneficiado já deveria, preliminarmente, estar estabelecido com criação de animais e lavouras. Nos requerimentos feitos nesta época pelos primeiros interessados em receber sesmarias, consta que suas famílias continuavam em Laguna mas já tinham povoado os campos de Tramandaí com gado vacum e cavalari.”

O estabelecimento do forte-presídio de Jesus-Maria-José, em Rio Grande, no ano de 1737 veio a consolidar esta ocupação inicial. Reforçada, em 1752 com a chegada ao território de funcionários reinóis (a maior parte, de origem paulista) com a função de demarcar as posses territoriais portuguesas, redefinidas pelo Tratado de Madri.

Com a chegada dos açorianos, a partir de 1752, a ocupação do território se expande para além da região costeira, com o aproveitamento da hidrovía Jacuí-Patos.

Cabe lembrar que, inicialmente, os açorianos estavam destinados às Missões, mas devido a resistência indígena, se fixaram em região, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de mais fácil acesso, originando quatro núcleos: Capela Grande de Viamão, (mais tarde Viamão), Porto de Viamão, (mais tarde Porto Alegre), Rio Grande de São Pedro, (mais tarde Rio Grande) e Santo Antônio da Patrulha.

Logo a seguir, com a fundação de um forte em Rio Pardo (o qual recebe o mesmo nome do forte-presídio de Rio Grande: Jesus-Maria-José), foi dado início à colonização açoriana na região.

Em 1758 tem início a ocupação formal da região do atual município de Pelotas, através da doação de vasta sesmaria ao oficial dos Dragões Coronel Tomaz Luis Osório pelo então Governador do Rio de Janeiro e Capitão-General das Capitanias do Sul, Gomes Freire de Andrade.

³⁵ A fonte do autor é o banco de dados do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão de Rio Branco, cujo acervo pode ser acessado no site da Universidade de Brasília em <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>.

A localização e os limites da área de Thomaz Osório vão, desde o início da Serra dos Tapes até a Laguna dos Patos, na direção oeste – leste. Ao norte o limite é o Arroio Corrientes e ao sul - sudoeste, o Canal de São Gonçalo. Logo, outras sete sesmarias foram concedidas: Monte Bonito – onde é instalado o núcleo populacional que originará a cidade de Pelotas, localizada entre a Serra dos Tapes ao Norte, o Canal de São Gonçalo ao Sul e os Arroios Santa Bárbara e Pelotas a oeste e leste respectivamente – e as demais, Feitoria, Pelotas, Pavão, Santana, São Thomé e Santa Bárbara.

Em 1763, sob o comando de Dom Pedro Ceballos capitão-general e governador das províncias do Rio da Prata, os espanhóis invadem e tomam o controle de Rio Grande, permanecendo até 1776, porém, sem atravessarem o Canal de São Gonçalo.



Ilustração 19 - Mapa da região onde surgiu o Município de Pelotas.
(A região sombreada corresponde à área doada a Thomaz Luiz Osório).

Fonte: RAMOS, S. M. P. Espaço e Tempo na Formação Urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. In 12do Encuentro de Geografos de America Latina, 2009, Montevideo. [S.l. : s.n.].

A ocupação dura treze anos, período no qual aumenta a população localizada sob a proteção do referido canal, limite aquático não transposto. Ao longo deste período, Pelotas passa a ser o principal núcleo inteiramente português no extremo sul da Capitania d'el Rei.

Após o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, foram instituídos os Campos Neutrais, área de terra localizada ao sul de onde surgiria a cidade de Pelotas, estendida do Taim até o Chuí.

Os Campos Neutrais, considerados terra de ninguém, eram densamente povoados pelos rebanhos bovinos, condição que os qualificam como fornecedor de matéria-prima às charqueadas. A instituição dessa área teve a finalidade de evitar os conflitos entre portugueses e espanhóis, freqüentes no período, em função da disputa pelo controle do território em torno do Prata.

De acordo com o tratado, nem espanhóis nem portugueses poderiam habitar os Campos Neutrais. Porém os portugueses logo passam a conceder sesmarias a oficiais militares, visando garantirem a ocupação e a posse dos Campos.

Em função da grande seca de 1777 no Nordeste, o português José Pinto Martins, hábil produtor de carne de sol no Ceará, decide imigrar para o sul, visando explorar aquela, já afamada, pecuária da Vacaria del Mar.

2.2 A Chegada, Disseminação e Importância da Indústria Charqueadora para Pelotas e Região

Em 1780, o migrante português, vindo do Ceará, funda a primeira charqueada na margem direita do Arroio das Pelotas, a aproximadamente uma légua (três mil braças ou 6,6 km) de sua foz. A iniciativa estimula um grande número de seguidores, resultando em acelerado adensamento demográfico do território. Martins é apontado, assim, como o verdadeiro fundador da cidade de Pelotas. De acordo com o site da ONG “Viva o Charque”, Martins³⁶

teve o mérito indiscutível de ter descoberto o local ideal para a localização dessa indústria, isto quando Pelotas não passava de um rincão remoto na vila do Rio Grande. Em pouco tempo, muitos outros estabelecimentos semelhantes vieram a se

³⁶ ONG VIVA O CHARQUE. Disponível em: <<http://www.vivaucharque.com.br/personagens/pintomartins.htm>>. Acesso em: 09 mai 2010.

instalar na mesma área, ao longo do arroio Pelotas, do canal São Gonçalo e do arroio Santa Bárbara, no rincão formado por esses cursos de água. Cabe-lhe a primazia na fundação da cidade de Pelotas.

Iniciada a produção da carne seca do sertão, disseminaram-se as charqueadas. Até o início dos anos 30 do século seguinte Pelotas já contava com 40 charqueadas, sendo 30 na sesmaria do Monte Bonito, sete na sesmaria de Pelotas, uma na do Pavão, uma na do Fragata e uma na de Santa Bárbara. Todas instaladas às margens de arroios, que serviam, simultaneamente, de via de transporte para escoamento da produção, e como “esgotos”.

Entre janeiro e fevereiro de 1781, dando seguimento à ocupação do território, 19 áreas, da sesmaria do Monte Bonito foram distribuídas. As terras tinham como limites os elementos naturais, definidas, no mais das vezes, por cursos d’água. Os arroios demarcaram os limites das estâncias de Pelotas, Santa Bárbara, Monte Bonito, Pavão, São Tomé e Santana, todas contribuindo para a formação e consolidação da cidade de Pelotas.

A atividade saladeiril desenvolveu-se, também, noutras áreas do território da Província de São Pedro. Porém as demais praças não contavam com as vantagens locais de Pelotas, dentre as quais cabe destacar: 1) a capilaridade fluvial, que era aproveitada (já destacado acima) como via de transporte e esgoto; 2) a barreira do Canal de São Gonçalo que emprestava segurança ao território (se comparado com a praça de Rio Grande, diretamente exposta às invasões espanholas); 3) a proximidade da cidade de Rio Grande, que facilitava a exportação do produto final, bem como a importação de insumos essenciais, como o sal; e, por fim, 4) a proximidade com a matéria-prima – o gado vacum – que, a despeito de semovente, perde massa muscular e gordura quando obrigado a deslocar-se por longas distâncias³⁷.

O charque do Rio Grande do Sul, entretanto, enfrentava a concorrência do produto platino, de melhor qualidade e resultante de processo produtivo em bases capitalistas, situação que garantia, por exemplo, a possibilidade de dispensar a força de trabalho na entressafra. Como diz Cardoso:

O saladeirista não só dispensava, nos meses de entressafra, a força de trabalho que não utilizava e que era propriedade do trabalhador, como comprava a quantidade de força de trabalho que seria realmente utilizada para a produção das mercadorias requeridas pela demanda. O charqueador, ao contrário comprava o escravo e, além

³⁷ MONASTÉRIO, L.M. *CAPITAL SOCIAL E A REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL*. Tese de Doutorado apresentada em 2002 ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

disso, retribuía sob a forma de mínimos vitais a força de trabalho disponível do escravo, utilizasse ou não³⁸.

Assim, para além das vantagens na qualidade da matéria-prima, os charqueadores castelhanos se beneficiavam da flexibilidade das relações empregatícias.

Diferentemente, para o charqueador brasileiro o custo de manutenção da mão de obra é um custo fixo; o que leva à depressão do custo direto (*vis-à-vis* o sistema platino, em que a remuneração do trabalho também é custo direto), virtualmente identificado ao boi vivo e ao sal. Resulta, daí, que sempre que preço do charque superar o preço destes dois insumos, a margem de contribuição para amortização dos custos fixos torna-se positiva e a sustentação da produção do charque mostra-se racional³⁹.

Vale observar que esta “irracionalidade” da produção escravista não se confunde com qualquer “irracionalidade de gestão”; pelo contrário: o “empresário escravista” age *racionalmente* ao sustentar a produção do charque quando seu preço é incapaz de cobrir *todos* os seus custos fixos, mas é suficiente para cobrir parte dos mesmos. E o desdobramento necessário desta “racionalidade particular da produção escravista” é a estruturalização do excedente de oferta nas conjunturas em que os preços do charque caem no mercado interno, seja por queda da demanda interna, seja por pressões competitivas associadas ao menor preço de oferta do charque platino⁴⁰. Assim, enquanto o charqueador platino contratava mão-de-obra de acordo com a necessidade, dispensando-a quando a quantidade produzida igualava a quantidade demandada a um preço capaz de cobrir todos os custos, o produtor gaúcho, nas charqueadas de Pelotas, produzia permanentemente, enquanto o clima o permitisse, para reduzir o seu custo de mão-de-obra e amortizar seu investimento nela, resultando muitas vezes em excessos de produção⁴¹.

³⁸ CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1962. p. 220

³⁹ Sobre a categoria “margem de contribuição” e sobre a lógica de precificação em segmentos com elevados custos fixos, GOLDRATT, E. *A Meta: um processo de aprimoramento contínuo*. São Paulo: Educator, 1997.

⁴⁰ Em seu trabalho de 2005, Monasterio oferece uma importante contribuição à compreensão da perversa dinâmica dos preços internos do charque ao relacioná-los com a valorização da moeda nacional ao longo da segunda metade do século XIX. Segundo o autor, a produção nacional para o mercado interno viu sua rentabilidade acicatada pela queda dos preços dos importados. Esta queda de preços deriva-se diretamente da valorização da moeda, impondo-se, pois, independentemente de quaisquer diferenciais de produtividade ou de progresso técnico entre produtores nacionais e estrangeiros. De acordo com o autor, a indústria escravista do charque gaúcho teria sido vítima de *Dutch disease* ao longo da segunda metade do século retrasado. Um tratamento sistemático da *Dutch disease* encontra-se em CORDEN, W. M. Booming sector and Dutch Disease economics: Survey and consolidation. In: *Oxford Economic Papers*. v. 36, 1984.

⁴¹ Esta importante dimensão da análise crítica de Cardoso à dinâmica da “indústria escravista do charque” parece ter passado completamente despercebida pela maior parte dos seus críticos. Este é o caso, dentre outros, de

Evidentemente, o problema apontado acima seria irrelevante se a demanda pelo charque: 1) crescesse de forma ininterrupta e sustentada ao longo do século XIX, e 2) se seus preços fossem a expressão simples e unívoca desta demanda. Mas não é este o caso. Como nos lembra Paiva,

alimento de escravos e da população pobre, o charque gaúcho se deparava com um mercado restrito, tendo que chegar aos mais diversos pontos do território brasileiro a um preço suficientemente baixo para tornar sua compra racional frente as alternativas: 1) do boi verde; 2) da carne de sol do nordeste; 3) do peixe produzido pela onipresente pesca artesanal (marítima e interiorana); 4) do barato bacalhau português e, *last but not least*, 5) do charque platino. E os custos de transporte do

Monasterio (2005) que virtualmente reduz a avaliação de Cardoso da insustentabilidade do binômio pecuária-charque no Brasil meridional à pretensão de que os custos da produção escravista seriam superiores aos custos da produção platense, baseada em trabalho assalariado. Ainda de acordo com Monasterio, ao atribuir custos mais elevados à produção escravista, Cardoso é obrigado a pretender que “haveria um ‘componente irracional’ no comportamento dos charqueadores, no sentido de que eles não estariam imbuídos da mentalidade capitalista maximizadora” (MONASTERIO, 2005, p. 4) Ainda que este argumento **também** esteja presente em Cardoso – que antecipa e historiciza, corretamente, as críticas de Simon (1980) à pretensão de universalidade da racionalidade substantiva entre neoclássicos -, ele não é o argumento central do autor. Em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (à diferença da maioria de seus textos posteriores), Cardoso segue a orientação teórica de Florestan Fernandes (a quem dedica aquele trabalho), reconhecendo a presença e a convivência contraditória e tensa de “mores” burgueses e senhoriais nos produtores escravistas mercantis do Brasil Imperial. Dentro desta perspectiva, o que Cardoso busca salientar é a falta de flexibilidade produtiva imanente a um sistema escravista de caráter “quase-industrial” que ocupa funções periféricas no sistema de reprodução econômica nacional polarizado pelo café. Houvesse Monasterio compreendido este ponto crucial, sua crítica negativa da obra de Cardoso teria se tornado uma contribuição positiva (e importante) à tese de Fernandes e Cardoso. Afinal, sua demonstração de que a valorização da moeda nacional deprime e lucratividade do charque (e por extensão, da pecuária) escravista apenas vem reforçar o argumento central de Florestan e Cardoso acerca dos determinantes da plena superação dos mores senhoriais e plena incorporação dos mores empresariais-capitalistas por parte dos produtores de mercadorias no Segundo Império. Para Florestan (a cuja orientação Cardoso segue no trabalho referido), a completa incorporação dos mores burgueses pelos “empresários escravistas” tem como determinação primeira a lucratividade das atividades mercantis no qual está envolvido: quanto maior a taxa de lucro da atividade, maior a compulsão a acumulação nos distintos elos da cadeia agro-industrial, maior a demanda por novos trabalhadores e, por conseqüência, maior a clareza dos agentes sociais acerca da desfuncionalidade da preservação do escravismo após a supressão do tráfico negreiro (a este respeito, veja-se Paiva, 1991, caps. 6 e 7). Por oposição, quanto menor a rentabilidade das cadeias “agroindustriais” voltadas para o mercado interno (como a charqueadora e a açucareira), maior a compulsão à autarquização produtiva do latifúndio rural (que trabalha no sentido do aprofundamento dos mores senhoriais dos grandes proprietários) e mais intensa a demanda do beneficiador “rurbano” por proteção e subsídios às suas atividades. O compromisso dos grandes proprietários e charqueadores da Metade Sul com a preservação da ordem patrimonialista imperial (revelada na sanguinária Revolução Federalista de 1893-1895) é a expressão mais clara de sua decadência econômica e conseqüente apego à ordem social senhorial. Infelizmente, a análise histórico-econômica de Monasterio é refratária a totalização e, conseqüentemente, é incapaz de absorver as determinações sociais, políticas e culturais que compõem – ao lado das determinações especificamente econômicas – o referencial analítico de Florestan e (no trabalho referido) de Cardoso. Em suma: ainda que o trabalho de Cardoso possa e deva ser complementado com contribuições como a de Monasterio acerca dos *Dutch disease*, não se deduz daí que a análise de Cardoso seja sociologicista e esteja fechada a complementações econômicas. Pelo contrário, é a crítica de Monasterio a FHC (que pode e deve ser dissociada de sua contribuição positiva, já apontada) que está embasada na pressuposição economicista e deshistoricizada de que os padrões decisoriais (maximizadores) e técnico-produtivos (representados na uniformidade das funções de produção do tipo Cobb-Douglas) independem das relações sociais de produção e dos padrões institucionais vigentes nas distintas nações do Cone Sul em distintos períodos históricos.

nosso charque não eram pequenos; assim como também não eram pequenas as margens de comercialização dos intermediários fluminenses e paulistas.⁴²

Enquanto alimento de escravos, a demanda de charque se atrela diretamente ao preço interno dos produtos brasileiros de exportação. Este preço, por sua vez, é função: 1) da demanda externa; 2) da oferta nacional; 3) da taxa de câmbio.

Sempre que a demanda externa decresce (em resposta às crises econômicas nos países importadores), ou que a oferta nacional cresce a taxas superiores à demanda (um fenômeno recorrente em produtos da agropecuária de longa maturação⁴³), ou que a moeda nacional se valoriza significativamente, a rentabilidade dos produtos de exportação decrescem.

A depender da magnitude da queda de preços e rentabilidade, a resposta **racional** da agricultura escravista era a de buscar por substitutos de menor custo para a alimentação da escravaria o que implicava em dois movimentos alternativos: 1) a ampliação relativa da autarquia do latifúndio, expressa na produção interna de alimentos (inclusive de proteína animal, representada pelo boi verde e pela pesca artesanal) para o auto-consumo; e/ou 2) na alteração das fontes de suprimento, aproveitando-se dos desdobramentos cambiais da crise do negócio exportador sempre que a mesma se associasse à valorização da moeda nacional.

Não bastassem as dificuldades já enumeradas, vale lembrar que, ao longo do período de implantação das charqueadas no Rio Grande do Sul – de 1780 a 1830 – a economia nacional enfrentou um interregno entre o grande ciclo do ouro e o ciclo do café e, ao mesmo tempo, o Estado Nacional está em processo de constituição. O que se traduz em uma contradição entre uma base fiscal bastante estreita e uma demanda extraordinariamente elevada de recursos fiscais necessários à consolidação do processo de independência.

⁴² PAIVA, C. A. N.. Capital Social, Comunidade, Democracia e o Planejamento do Desenvolvimento no Rio Grande do Sul. In: WITTMANN, M. e RAMOS, M. (orgs.) *Desenvolvimento Regional: Capital Social, Redes e Planejamento*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. pp. 45 e 46.

⁴³ Vale lembrar que o café é um produto da lavoura permanente que só gera os primeiros frutos por volta do terceiro ano após o plantio e só atinge seu máximo de produtividade no quinto ano. Deste modo, as elevações de preço e rentabilidade no negócio cafeeiro estimulavam a ampliação do plantio no curto prazo, mas só resultavam em ampliação da quantidade ofertada no longo prazo. E enquanto a ampliação das lavouras (e da oferta potencial) não se traduziam em ampliação da oferta atual, os estímulos associados aos preços altos se mantinham, induzindo a movimentos de sobre-oferta no médio e longo prazo. Maturados os novos cafezais, a quantidade ofertada muitas vezes mostrava-se superior à quantidade demandada, impondo-se um preço inferior ao preço de equilíbrio. Mas – assim como na charqueada escravista – o café escravista quase só apresenta custos fixos; de sorte que a continuidade do sistema de produção é racional mesmo quando os custos totais não são cobertos pelo preço de venda. (A este respeito, veja-se o capítulo XXVIII de Furtado, 1984.) Mas continuar operando não significa continuar operando com a mesma divisão técnico-produtiva do trabalho internamente. A depressão da margem de contribuição (preço – custo direto) normalmente era acompanhada de deslocamento de parte da escravaria para a produção de bens alimentares, transferindo parte da crise para os produtores de alimentos para os escravos (como os charqueadores do sul).

Neste quadro, o governo central se vê obrigado a impor tarifas de importação suficientemente elevadas para gerar uma arrecadação expressiva, mas não tão elevadas a ponto de inviabilizar a aquisição do bem importado gerador da receita pública⁴⁴.

Da perspectiva do charqueador, o desdobramento da política referida acima é muito simples: os impostos sobre o sal importado serão demasiado elevados, deprimindo seus ganhos; enquanto os impostos sobre o charque platino serão demasiado baixos, permitindo o ingresso do produto concorrente.

A solução aparente do problema – elevar o imposto sobre o charque e deprimir o imposto sobre o sal, mantendo intacta a “tarifa média” – não passa de um sofisma. É fácil compreender que, se o imposto sobre o sal fosse zerado e o imposto sobre o charque fosse elevado a um patamar que inviabilizasse a aquisição de charque dos países do Prata a arrecadação governamental com estes produtos seria exatamente “zero”.

Não admira, pois, a resistência dos governos imperiais em atender às reivindicações dos charqueadores gaúchos, nem a intransigência dos mesmos em se fazer ouvir e ter suas demandas atendidas.

Intransigência que conduziu à identificação, da grande maioria dos charqueadores, com as demandas ultra-liberais dos farroupilhas e à colaboração com a Revolução de 1835. De outro lado também não se admira que somente após a consolidação do café como nossa principal mercadoria de exportação – que ampliou significativamente a geração de divisas e a base de tributação do governo imperial – a paz com os Farroupilhas fosse conquistada.

O mais interessante, contudo, é que o atendimento de algumas das demandas dos charqueadores não foi suficiente para o equacionamento dos problemas do “complexo” produtivo meridional.

⁴⁴ Tarifas aduaneiras elevadas não levam apenas à depressão das importações (em benefício dos produtores internos) mas, igualmente bem, à depressão da arrecadação de impostos. Se a tarifa for tão alta a ponto de inviabilizar qualquer importação, ela também inviabilizará qualquer arrecadação. Ora, um governo que não conta com uma base fiscal vasta, mas conta com obrigações fiscais crescentes, não pode prescindir de impostos de importação. Afinal, a estrutura social e econômica da nação emergente tornava o imposto de importação a única fonte fiscal expressiva do governo central. E isto não só porque ele é o imposto mais fácil de ser cobrado, pois se associa a transações monetárias (compra e venda) realizadas em locais restritos, bem determinados e sob controle governamental (os portos). Em tese, as tarifas aduaneiras poderiam incidir, tanto sobre importações, quanto sobre exportações. Mas até a consolidação da produção e do mercado internacional do café, a taxação sobre os exportados brasileiros era contraproducente, pois se desdobrava em queda das vendas externas, da renda interna e da arrecadação pública. E não será preciso esgrimir argumentos para que se entendam os estreitos limites das bases fiscais não aduaneiras ao longo do período, sejam elas o consumo mercantil interno (pequeno e de fiscalização muito custosa), sejam o patrimônio e as rendas da oligarquia proprietária de terras e escravos.

Nem poderia, por razão relativamente singela: ao contrário do que muitas vezes se pretende, os interesses dos agentes que controlam os distintos elos da cadeia produtiva do charque raramente convergem. A divergência interna só não se torna explosiva na medida em que muitos charqueadores são, também, estancieiros, e alguns estancieiros são, também, charqueadores. Mas esta é uma regra aberta a inúmeras exceções.

Ao contrário da fronteira com a Argentina – definida pelo rio Uruguai – a fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai é, em grande, parte arbitrária: nenhum acidente geográfico a define com precisão, nem obstaculiza o trânsito entre um território e outro.

Resultado desta condição físico geográfica, até a Independência do Uruguay, com o fim da Guerra Cisplatina, em 1828, os territórios, as estâncias e os interesses de pecuaristas gaúchos e uruguaio se confundiam. E continuaram se confundindo por muito tempo. O caso dos irmãos “brasiguaios” Aparício e Gumercindo Saraiva – líderes dos Maragatos no RS e dos Blancos no Uruguai – está longe de ser uma exceção.

O significado econômico dos interesses e vínculos “binacionais” dos pecuaristas fronteiriços é muito simples: para estes, é indiferente se o charque vendido no Rio de Janeiro ou em São Paulo foi manufaturado em Pelotas ou Montevidéo. O que lhe interessa é poder vender seu gado livremente em qualquer dos dois lados da fronteira.

Por oposição, o que os charqueadores de Pelotas demandavam era: 1) a imposição de pesados impostos sobre o charque do Prata (o que envolve deprimir o mercado para o charque uruguaio – todo ele voltado ao exterior -, deprimindo, assim, a demanda de gado que incide sobre os “pecuaristas binacionais”); 2) proibir a venda de gado brasileiro para o exterior (restringindo a demanda, o poder de barganha/arbitragem, e a rentabilidade média dos pecuaristas nacionais); e 3) liberar a importação de gado uruguaio (e, mesmo, argentino) para as charqueadas pelotenses (o que envolve ampliar a oferta interna de gado, com a conseqüente depressão da rentabilidade dos pecuaristas gaúchos).

Qualquer tentativa governamental de atender a estas demandas dos charqueadores, não poderia deixar de gerar descontentamento entre os pecuaristas. Qualquer tentativa de contemplar as demandas dos pecuaristas, não poderia deixar de desagradar aqueles que se identificam primariamente como (ou que são exclusivamente) charqueadores.

Como se isto não bastasse, as fronteiras entre o Rio Grande e seus vizinhos Uruguai e Argentina são tão vastas e contam com tão poucos obstáculos para sua transposição que,

qualquer movimento mais radical de alteração de preços relativos, através de políticas tarifárias, não poderia deixar de se desdobrar em ampliação do contrabando.

Vale lembrar que, se o Rio Uruguai complexifica o contrabando de gado em pé, sua navegabilidade o torna um poderoso aliado do contrabando de charque processado. De forma que a eficácia de quaisquer mudanças nas alíquotas de importação do charque do Prata e nos controles e tarifas sobre a importação e exportação de gado vivo eram mínimas.

Isto por uma razão, bastante simples: quanto mais elevadas as tarifas sobre o charque do Prata, menor o volume de importação legal, maior o preço interno do produto (uma vez que toda a demanda passaria a recair sobre a produção nacional) e, conseqüentemente, maiores os ganhos e os volumes do contrabando. Um contrabando facilitado por uma fronteira aberta, pela homogeneidade aparental do produto (uma *commodity* sem qualquer registro de procedência) e pelo apoio tácito e estratégico dos pecuaristas nacionais, penalizados pelas políticas de cerceamento das vendas do gado *vacum* aos produtores uruguaios e argentinos de charque.

Mas se o exposto acima correto, é preciso inverter a pergunta tradicionalmente posta à dinâmica econômica da agroindústria do charque escravista nacional. A verdadeira -questão - como nos lembra Singer (1968) - não é “por que o charque gaúcho se mostrou uma base instável de acumulação?; ou “por que o charque foi incapaz de estimular a diversificação produtiva e a consolidação do mercado interno da porção sul do Rio Grande?”.

A pergunta que efetivamente se impõe é oposta a esta: como este sistema foi capaz de dar sustentação a um processo de crescimento secular (das últimas décadas do século XVIII aos primeiros anos do século XX), a despeito de contar com bases produtivas e competitivas tão frágeis?

Os fundamentos da resposta ao enigma encontram-se no mesmo autor que pôs a questão em seus termos pertinentes.

Para Singer, a prolongada instabilidade político-militar dos países do Prata, iniciada com a crise do sistema colonial e prolongada até a plena imposição da Pax (ou, se se quiser, da hegemonia imperialista) Britânica serão responsáveis pela desorganização do sistema produtivo concorrente, permitindo o desenvolvimento das charqueadas escravistas nacionais. Posteriormente, a demanda interna passou a crescer dentro de um padrão que – se não chegava a ser estável, mas marcado por ciclos e instabilidades não desprezíveis – comportava uma tendência ascendente.

O deslocamento para cima, da demanda interna – mesmo que entremeado por crises e oscilações cíclicas, incapazes de desarticular um sistema produtivo assentado sobre custos fixos – mascarava a insustentabilidade de longo prazo do sistema produtivo, e garantia espaço (e preço) para a produção nacional, a despeito de suas circunscrições competitivas estruturais.

Para além do crescimento da demanda, há que se concordar com Monastério(2005) no que diz respeito à questão inovativa.

Sem negar que a ordem escravista impõe sérias restrições ao progresso técnico, tampouco há porque negar que os charqueadores buscaram e alcançaram introduzir inovações produtivas voltadas à elevação da produtividade do trabalho e da rotação do capital constante, bem como à melhoria da qualidade de seus produtos.

Desde logo, buscou-se diluir os custos fixos representados pela escravaria internalizando equipamentos voltados à produção de insumos e equipamentos essenciais à produção de charque no período de entressafra.

A atividade produtiva mais difundida era a produção de telhas, tijolos e demais produtos de cerâmica que, ou eram incorporados às instalações saladeiristas (casas, senzalas, galpões de armazenamento dos produtos e insumos, etc.), ou eram comercializados nos mercados urbanos.

Da mesma forma, o conjunto das instalações das charqueadas (mangueiras, galpões, residências, varal para charque, etc.) recebiam manutenção e/ou expansão no período de entressafra por parte dos escravos.

Mais que estas estratégias para buscar a diluição dos custos fixos, os charqueadores buscavam impor, discretos mas efetivos avanços técnicos, como por exemplo, no processo de obtenção de graxas e sebos. Até o término da Guerra dos Farrapos, graxas e sebos eram homogeneizados e consolidados em caldeirões de ferro. Mas em meados do século retrasado a utilização de máquinas à vapor se difunde, impondo uma maior qualidade ao produto através de processos produtivos de maior complexidade, que demandam uma mão-de-obra mais qualificada.

Estes procedimentos permitiam racionalizar a aquisição de escravos, deprimindo o número necessário à realização do conjunto das atividades. Assim, o contingente de escravos necessário à sustentação das atividades saladeiris em um empreendimento de escala

competitiva girava entre 50 e 90 indivíduos, tendo diversas atividades realizadas – e, de fato, o eram, por mulheres escravas.

Tais esforços de modernização não envolviam, contudo, quaisquer dispêndios com melhoria das condições de trabalho. A qualidade do espaço fabril nas charqueadas gaúchas era de completa insalubridade, beirando o macabro: águas paradas, congestionadas por detritos que liberavam no ar os odores de sangue, excrementos e vísceras em decomposição, sob o acompanhamento do efeito sonoro dos urros dos animais em trabalho de abate, muitos dos quais esfolados vivos, sob o ritmo que os feitores impunham aos escravos.

O que importa entender aqui, contudo, é que esta “socialização” dos custos ambientais e a insalubridade das condições de trabalho – em um grau dificilmente tolerável por trabalhadores assalariados – se traduzia em uma depressão de custos monetários para o charqueador nacional. O que ampliava a competitividade do charque gaúcho e se desdobrava na proeminência econômica da região sul sobre o restante da Província do Rio Grande, bem como no peculiar dinamismo das cidades de Pelotas e Rio Grande⁴⁵.

Um dinamismo que permitirá a elevação da comuna de Pelotas à condição de vila em 1812 e à condição de município em 1830. Em seu relato das viagens pelo Rio Grande do Sul, o naturalista Saint-Hilaire já sinalizava para a emancipação da pujante vila de Pelotas em função de seu notável dinamismo urbano. Em seu relato de 8 de setembro de 1820, o naturalista descreve Pelotas como uma vila que

dista meio quarto de légua do Rio São Gonçalo e situada numa vasta planície; foi erigida em sede da paróquia e conta para mais de cem casas. Adotou-se um plano regular na construção da aldeia. As ruas são bem largas e alinhadas; a praça pública, onde está construída a igreja, é pequena, mas muito bonita. A frente da maior parte das casas é asseada. Não se vê em São Francisco de Paula um único casebre; tudo aqui denuncia bem estar.⁴⁶

Logo adiante, Saint-Hilaire, projeta a ampliação da população da vila, afirmando que

algumas famílias do Rio Grande mudaram-se para cá e acredita-se que, dentro de pouco tempo, esta aldeia será aumentada de um grande número de novos habitantes, atraídos pela posição favorável, pela beleza da região e riqueza dos que já se acham aqui estabelecidos.⁴⁷

⁴⁵ MONASTÉRIO, op. cit, 2005. Em 1861 três quartos das exportações da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul eram do charque e do couro, produção com expressiva concentração nas cidades de Rio Grande e Pelotas que apresentaram crescimentos de 884% e 754%, respectivamente, entre 1814 e 1860.

⁴⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre. Martins Livreiro Editor, 4. ed., 2002. pp. 81-82.

⁴⁷ Ibidem. p. 82.

A elevação da freguesia à condição de município se associará à sua divisão em duas freguesias distintas: São Francisco de Paula e Nossa Senhora da Consolação do Serro da Buena.

Em seqüência ocorre a incorporação de uma terceira freguesia, a de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão⁴⁸. Não demorará muito para a divisão da freguesia de São Francisco de Paula em cinco distritos, refletindo a rápida urbanização de Pelotas coetânea à efetiva urbanização do centro de Pelotas.

2.3 A Evolução Econômica e a Condição de Cidade Pólo Regional

Saint-Hilaire descreve em seus relatos de viagem, Viagem ao Rio Grande do Sul, a capacidade de atração populacional que Pelotas já exercia em 1820, mesmo antes de assumir a condição de município autônomo.

Pelotas é resultado da produção charqueadora implantada naquelas terras a partir de 1780. Porém, antes da metade do século XIX se vê no centro do conflito que irrompeu entre os pecuaristas e charqueadores gaúchos e o império brasileiro com o próprio charque, entre outros motivos centrais.

Aos embates armados da Revolução Farroupilha, com seus feridos, acrescido de doenças como malária, cólera e febre amarela, constituiu-se o cenário da urgência em construir-se uma Casa de Saúde, donde em 1840, é lançada idéia de construir-se um hospital.

Foi constituído um grupo com a finalidade de agilizar a concretização da referida ideia. Problemas operacionais do primeiro levam a escolha de novo grupo, o segundo, que em 1847, inicia seus trabalhos de coleta de donativos para a construção da Santa Casa. O Hospital entra em operação, alguns anos após, com quatro enfermarias, duas masculinas e duas femininas mais alguns quartos particulares.

A população de Pelotas⁴⁹ em 1876 superava os 20.000 habitantes fazendo com que a nova cidade ostentasse, naquela época, 2.784 prédios, dos quais 117 assobradados. Transcorridos menos de meio século, em 1920, já eram mais de 82.000 os moradores.

⁴⁸ PELOTAS SÉCULO XIX, cadernos e folhas de arquitetura e urbanismo, fragmentos da arquitetura e do urbanismo do núcleo escravista pelotense. Produção dos alunos da graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, na disciplina de Teoria e História da Arquitetura V. Editora da UFPel, 1993.

⁴⁹ Ibidem, p. 56 e 59.

Com o crescimento populacional e a epidemia de cólera, que persistiria por longos anos, justificava-se a ampliação do hospital. Retomam-se então as mobilizações e a construção de um novo prédio, que avançou gradativamente, até 1887, quando foram finalizados os quartos de alienados, a cozinha e a capela.

A privilegiada situação econômica fez, cada vez mais, Pelotas diferenciar-se da grande maioria dos municípios, não só da Província como do próprio país. Os transportes são outro exemplo dessa diferenciação. Em 1872 aprovam-se a implantação do serviço de bondes a burro ampliando-se as linhas em 1884.

Avançando na qualificação da vida de seus habitantes, a cidade passa a oferecer os serviços de gás e água, conforme relata (MULHALL, 1974), diante do acelerado crescimento populacional, a formação escolar, entre 1860 e 1891 retrata a atenção dedicada à causa, apresentando, no final do período, como podemos verificar em (MAGALHÃES, 1993, p. 226) 46 escolas que atendiam 2759 alunos.

As ruas são pavimentadas e limpas e, logo que as obras do gás - inauguradas em 1875 - e da água, já iniciadas, forem completadas, a cidade terá um aspecto muito respeitável.

Ao redor de 1880, as charqueadas exportavam a carne salgada, couro, sebo e graxa que chegavam ao porto de Rio Grande percorrendo os caminhos do canal de São Gonçalo e da Laguna dos Patos. A prosperidade dos empreendedores saladeiristas era tanta que lhes permitia manterem representações no Rio de Janeiro, Bahia, Paris e Londres.

Dessas relações externas, para onde mandavam sua produção, provinham muitos dos produtos que consumiam entre eles o requintado mobiliário, quadros, mantimentos, livros e objetos da moda.

Porém, a intensificação da ocupação do território da Província vai aos poucos contribuindo para que a Capital, Porto Alegre, que se beneficiava de condição natural similar de integração (porto fluvial com acesso ao mar via Rio Grande) passe a escoar a diversificada produção da região das colônias novas.

Com a concentração das dificuldades sobre a produção e comercialização do charque sul brasileiro e demais subprodutos da economia pastoril de Pelotas e Rio Grande, Porto Alegre passa a assumir cada vez mais intenso dinamismo econômico, dando sinais, desde o último quarto do século XIX, de que logo será o centro econômico hegemônico do Estado.

Em sua obra, SINGER (1968 p. 161) salienta, para demonstrar os reflexos da produção das colônias sobre a economia da Capital, o rápido crescimento nas exportações, por exemplo, de banha suína, entre outros produtos, via porto de Porto Alegre, como podemos verificar:

É importante notar que a banha figura, em 1861, como produto de importação (1365 barris); doze anos depois já exportava o Rio Grande do Sul 100 toneladas, que sobem a 221 em 1881, a 2.776 em 1890 e a 4.893 em 1894. Estes dados revelam não só a extensão da agricultura das colônias, mas a sua passagem para a terceira fase (especialização, tendo em vista o mercado) e o desenvolvimento concomitante de um dos mais importantes ramos agroindustriais do Rio Grande do Sul: o de derivados do porco.

Através da tabela abaixo, SINGER (1968) nos traz dados de relatório do Vice - presidente da Província, desde 1861 mostrando que as exportações dos produtos oriundos da pecuária, principalmente, de Pelotas e Rio Grande, passam a apresentar reduções significativas em seus resultados, em nossa pauta de exportações, frente aos oriundos das novas colônias, comparativamente a 1894:

Tabela 14 - Exportações do Rio Grande do Sul (contos de réis)

	<i>1861</i>		<i>1894</i>	
Total	15.758		40.800	
<i>Principais produtos de criação</i>				
<i>Charque</i>	5.940	(37,7%)	11.663	(28,6%)
<i>Couros</i>	5.856	(37,2%)	5.552	(13,6%)
SOMA	11.796	(74,9%)	17.215	(42,2%)
<i>Principais produtos de lavoura e pequena criação</i>				
<i>Banha</i>	-		6.183	(15,2 %)
<i>Farinha de Mandioca</i>	221	(1,4 %)	3.419	(8,4 %)
<i>Feijão</i>	627	(4,0 %)	2.866	(7,0 %)
<i>Fumo</i>	-		736	(1,8 %)
SOMA	848	(5,4 %)	13.204	(32,4 %)

Fonte: SINGER (1968, p. 163.)

Da chegada dos portugueses, paulistas, vindos de Santa Catarina em 1726 até a transformação da Freguesia de São Francisco de Paula em município de Pelotas são decorridos aproximadamente 104 anos.

Neste breve período de tempo, em se tratando da história de um povo, pouco mais de cento e sessenta anos, Pelotas, através do aproveitamento econômico de suas condições naturais, logrou um período de auge, constituindo-se como centro econômico, social e cultural da província e entrou em declínio.

2.4 A Dinâmica Capitalista e o Declínio Econômico

As dificuldades econômicas do Sistema charqueador do sul do Brasil sempre existiram mas seus efeitos de alguma forma eram amenizados, o que beneficiava o setor pelotense.

Porém, aqueles efeitos passaram a somar-se gerando dificuldades cada vez mais avassaladoras, entre eles: a produção do café no sudeste passa a exercer contundente atração da mão-de-obra servil, causando a evasão de trabalhadores; o término das guerras na região do prata, que se sucederam durante a primeira metade do século XIX e a conseqüente reorganização da concorrente produção do charque platino que volta aos mercados em quantidade e a preços mais competitivos.

A capital da Província passa a hegemonizar economicamente o Estado, resultado do vigor e dinamismo da diversificada produção oriunda das colônias novas, que irrigam a economia porto alegreense, seja para abastecê-la seja pela utilização do porto local para exportação de seus excedentes. Pelotas, faz o sentido inverso.

Cabe lembrar, porém, que se ocorre a industrialização da capital, esta também acontece nas duas principais cidades do sul, Rio Grande e Pelotas, conforme descreve (SINGER 1968, p. 171).

Até 1874, dificilmente pode-se falar de indústria rio-grandense, exceção feita das charqueadas que Roche qualifica com razão de “antecâmaras de expedição de um produto de criação ou de agricultura, que possuem mais de comércio que de indústria”. A única exceção digna de nota é a fundação e estaleiro, fundado em 1865, em Porto Alegre, por Becker.

Em 1874, Rheingantz funda a grande empresa têxtil “União Fabril” em Rio Grande. Em 1896 a firma possuía 3 fábricas, uma de tecidos de lã, uma de tecidos de algodão e uma de aninhagem, com um total de 900 operários. Em 1881 fundou ainda Rheingantz uma fábrica de chapéus em Pelotas, que, em 1896 contava com 220 operários e capital de 600 contos. É com Rheingantz que a indústria se inicia no Rio Grande do Sul.

O autor, ainda que nos apresente o processo de esvaziamento econômico das cidades do sul, mostra, também, que o início da constituição das indústrias se dá em Rio Grande e Pelotas, indicando que o empreendedor busca aproveitar a localização e em decorrência dela a facilidade em exportar, ainda que para o mercado interno, bem como a concentração de capital lá constituído pelo sistema charqueador.

O Processo de industrialização de Porto Alegre, que contribuirá para o esvaziamento da economia pelotense, se intensifica a partir de 1890.

A dinâmica de acumulação de capital que ocorre a partir das colônias, principalmente as alemãs, oferece à economia do Rio Grande do Sul, mais diversificadas plantas e ramos industriais.

Por outro lado, as indústrias de Rio Grande e Pelotas com plantas significativamente maiores, em menor número, voltadas para atender os mercados dos demais estados, também se constituíam em número de ramos mais restritos, o que resultaria em dificuldades para o enfrentamento da concorrência, na província, na medida em que seus mercados passassem a ser abastecidos por suas próprias indústrias.

Saliente-se que é o mercado interno, na província, o foco principal da indústria da capital e só após seu completo abastecimento ela buscará outros consumidores para seus produtos, oferecendo então, maiores dificuldades, como começamos a evidenciar anteriormente, às indústrias de Pelotas e Rio Grande.

Pelotas e seus empreendedores, sofrendo a perda de dinamismo do charque, buscaram outras alternativas, como já o demonstramos.

A produção de arroz e a industrialização da carne, através dos frigoríficos, representaram alternativa alentadora à economia pelotense. BESKOW (1984), servindo-se das informações do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, dá conta de que é em Pelotas que surge a primeira lavoura irrigada de forma mecanizada como podemos observar:

Considera-se que a primeira lavoura de arroz em maior escala e irrigada através da mecanização do levantamento da água foi organizada, em 1903, por dois industriais e um agricultor em terras arrendadas, nas proximidades do arroio Pelotas, no município de Pelotas.

A industrialização da carne através dos frigoríficos surge, no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, hegemонizando o mercado nacional com plantas localizadas na região sul e oeste do Estado, como podemos ver em (SINGER 1968, p. 181):

Surge também neste período um outro ramo industrial no Rio Grande do Sul, o de fabricação de carnes frigorificadas que alcança posição hegemônica no mercado nacional. No entanto, os frigoríficos não se localizam em Porto Alegre, mas sim no sul do Estado: Rio Grande (Swift), Pelotas (Cia. Frigorífica Rio Grande) e Livramento (Armour), todos fundados em 1917.

O binômio arroz e carne, porém, mesmo assumindo importante condição na economia de Pelotas, não apresenta a mesma capacidade de gerar resultados econômicos do ciclo anterior. A economia do município apresenta alguma recuperação a partir de 1931, conforme descreve MAGALHÃES (1981):

Procurando superar as dificuldades econômicas provenientes da decadência do charque, antes do fechamento do Banco Pelotense os nossos industrialistas já se vinham dedicando à cultura do arroz. Nesse sentido desenvolveu atividade exemplar o Coronel Pedro Osório. Nos varzeados da Galatéia e do Liscano fez surgir modernas e prósperas lavouras, que lhe valeram o cognome de Rei do Arroz no Brasil.

Foi a cultura racional e técnica da terra, juntamente com a pecuária, que permitiram, depois de 1931, o reflorescimento econômico do município.

Como podemos observar na tabela abaixo, Pelotas em 1937⁵⁰, apresentava estabelecimentos industriais em nove das quatorze classes de produção, entre eles, para uma comparação entre a industrialização de Pelotas com a industrialização da capital do Estado, destacaremos as classes com maiores contingentes de operários absorvidos, com maior contingente de empresas, e os que obtiveram maiores valores de produção.

⁵⁰ Conforme dados apresentados no inventário, Estatística industrial do Rio Grande do Sul, ano de 1937 da Diretoria geral de Estatística, Órgão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzido por Limeira Tejo.

Tabela 16 - Comparativa da Situação de Industrialização de Pelotas e Porto Alegre em 1937

Classes	Nº de Estabelecimentos		Nº de Operários		Valor da Produção	
	Pelotas	Porto Alegre	Pelotas	POA	Pelotas	Porto Alegre
I	1	12	484	3.161	3.039:984\$	37.725:200\$
II	6	6	137	44	5.009:253\$	1.197:301\$
IV	6	220	12	2.109	48:366\$	35.203:370\$
VII	34	107	645	2.225	27.547:248\$	141.213:271\$
VIII	14	383	86	2.474	1.413:596\$	32.382:216\$

Fonte: Produzida pelo autor a partir de dados da Estatística Industrial do Rio Grande do Sul, ano de 1937, produzida pela Diretoria Geral de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, Órgão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sob a responsabilidade de Limeira Tejo.

De acordo com a tabela, na Classe I, Indústria têxtil, Cia de Fiação e Tecidos de Algodão, reiterando a afirmação ao já mencionado tamanho da planta industrial, não se questiona a sua evidente importância econômica, mas ainda que apresentando um só estabelecimento, este, porém, envolve 484 operários que geraram três mil e trinta e nove contos e novecentos e oitenta e quatro réis anuais, em Pelotas o que representava pouco menos de 10% do valor produzido pela Capital.

Já em Porto Alegre, o número de indústrias constituídas na Classe I, doze ao todo, dá mostras de um dinamismo econômico que constituiu expressiva diferenciação relativamente a cidade que até há pouco representava o centro econômico do Estado.

Os estabelecimentos industriais nesta Classe I, na Capital, absorviam uma média um pouco maior que 263 operários, totalizando 3.161 que produziram trinta e sete mil setecentos e vinte e cinco contos e duzentos réis.

A Classe II, Indústrias de couros, peles e outras matérias do reino animal, na cidade do sul do Estado, reunia seis estabelecimentos onde eram envolvidos 137 operários que geravam uma produção de cinco mil e nove contos e duzentos e cinquenta e três réis.

Por outro lado, Porto Alegre, em 1937, gerava um mil e cento e noventa e sete contos e trezentos e um réis em igual número de estabelecimentos que empregavam quarenta e quatro operários, quadro que provavelmente ainda repercutisse a concentração produtiva originária da atividade pastoril.

A Classe IV, Metalurgia nos traz outra demonstração do acelerado dinamismo que a economia porto alegreense vinha adquirindo. Enquanto Pelotas conta com apenas meia dúzia

de estabelecimentos envolvendo doze trabalhadores que atingem a produção anual de quarenta e oito contos e trezentos e sessenta e seis réis, Porto Alegre dispunha de 220 estabelecimentos empregando 2.109 trabalhadores e produzindo trinta e cinco mil duzentos e três contos e trezentos e setenta réis no ano.

Neste nível de cotejamento enquanto no sul do estado os seis estabelecimentos industriais são distribuídos em apenas dois tipos, fábrica de aquecedores com um e ferrarias com cinco, na capital temos estabelecimentos industriais em vinte e seis tipos diferentes evidenciando a busca pelo atendimento de mercado mais diverso. Esta Classe nos dá sinais do caráter tradicional que a economia pelotense passa a assumir.

Outra Classe que chama atenção, no comparativo, é a sete, Indústria da Alimentação. Pelotas na Classe VII apresentava 34 indústrias, empregando 645 operários que geravam vinte e sete mil quinhentos e quarenta e sete contos e duzentos e quarenta e oito réis.

Porto Alegre, nesta mesma Classe VII, contava 107 estabelecimentos empregando 2.225 operários, geradores de cento e quarenta e um mil duzentos e treze contos duzentos e setenta e um réis naquele ano.

Nota-se que, ainda que o número médio de operários envolvidos por estabelecimentos em Pelotas e em Porto Alegre, nesta Classe VII, seja muito próximo, (19) e (21), respectivamente, o valor médio produzido pelos estabelecimentos na Capital supera em mais de 38% o valor produzido na cidade do sul do estado.

Podemos verificar também nesta Classe VII, corroborando a informação de MAGALHÃES (1981) sobre a produção de arroz⁵¹ em Pelotas, que, mesmo contando com apenas dois estabelecimentos beneficiadores de arroz, (Porto Alegre dispõe de cinco), o número de operários envolvidos supera em nove o total da capital e o valor da produção, da mesma forma, resulta em mais de dois mil e quinhentos contos comparativamente ao resultado atingido por Porto Alegre de acordo com o trabalho de (TEJO, 1939) em suas páginas 127 e 132.

Poderíamos ainda, buscando demonstrarmos a aceleração do processo de industrialização de Porto Alegre, comparativamente ao de Pelotas e, com isso, a contribuição

⁵¹ Limeira Tejo nos apresenta dados, em sua Classe VII, Indústria da Alimentação, sobre o número de estabelecimentos (Beneficiadora de arroz no caso de Pelotas e Engenhos de Arroz no caso de Porto Alegre) onde Pelotas aparece apontada como tendo 2 estabelecimentos e Porto Alegre 5. Quanto ao número de operários vinculados a cada atividade, por localidade, a do sul do estado absorvia 124 e as da capital 115 trabalhadores. O valor resultante da operação de cada conjunto de indústrias, em 1937 era: Pelotas 16.986:600\$ e Porto Alegre 14.444:271\$.

daquele para a redução das potencialidades deste, apresentar as diferenças na Classe VI Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos, onde no sul do Rio Grande o valor produzido chega a cinquenta por cento do valor da capital, porém, utilizaremos a Classe VIII, Indústria do vestuário e toucados, por entendermos que contribui mais para nosso objetivo.

Nesta Classe VIII, Pelotas contava com 14 estabelecimentos, empregando 86 operários e gerando um valor de produção de um mil quatrocentos e treze contos e quinhentos e noventa e seis réis.

Porto Alegre, por outro lado, apresentava 383 indústrias absorvendo 2 474 operários responsáveis pela produção de trinta e dois mil trezentos e oitenta e dois contos e duzentos e dezesseis réis.

A consolidação do processo de industrialização da capital se mostra cristalizado o que contribui para o aumento das restrições de mercado e conseqüentemente do potencial a ser aproveitado pelas indústrias pelotenses.

Então ao retomarmos, de forma breve, a constituição do sistema charqueador no sul da Província, identificamos os fatores internos e externos que contribuíram para tal, com vistas a, desde aí, recolhermos dificuldades que mais tarde contribuiriam para a derrocada de tão significativo processo produtivo, para o sul do Rio Grande. Assim, procedemos a classificação dos fatores entre endógenos e exógenos.

Entre os endógenos que contribuíram para a constituição da indústria saladeirista no sul da Província apontamos dois como entre os mais significativos.

O primeiro é a abundância dos rebanhos, muares e bovinos, instrumento de transporte e matéria-prima, respectivamente, que se dispersaram pelos campos sulinos resultado da fuga dos jesuítas, que se retiraram dos territórios das missões, devido as incursões dos paulistas em busca de indígenas, deixando para trás seus animais.

O segundo, vincula-se às condições naturais, é a facilidade de escoamento da produção, visto que, pela inexistência de estradas, o transporte se dava por via fluvial, justificando, dessa forma a localização das charqueadas ao largo da Laguna dos Patos, nas margens dos diversos riachos que compunham o território onde seria instalado o município de Pelotas o que acabou contribuindo para o surgimento dos já citados ganhos de aglomeração.

Entre os fatores de ordem externa, os exógenos, o primeiro é uma decorrência da pressão pela qual passa a Coroa portuguesa vendo-se premida a obter maior rentabilidade com a exploração da colônia, ao final do século XVII, instigando assim, a intensificação da busca por jazidas de pedras e metais preciosos.

Para tanto o Império Português financia, algumas expedições. Resulta da intensificação da busca o descobrimento das minas e com ele segue-se a conseqüente concentração populacional.

A população carece de alimento (a carne bovina) e de instrumentos de transporte (as mulas) que passam a ser fornecidos pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul contribuindo para a localização da indústria charqueadora onde surgiria a cidade de Pelotas.

Um segundo fator foi a reincidência das secas no nordeste (1777 e 1779) situação que contribuiu para a extinção das atividades das oficinas⁵², naquela região produtora do nordeste brasileiro.

As guerras do Prata, são um terceiro fator, não menos importante, que de acordo com (SINGER, 1968, p.150), ao analisar as vicissitudes da indústria charqueadora platina, identifica a decorrente oportunidade de ouro para o produto gaúcho. Enquanto se confrontavam, os platinos desorganizavam sua produção, geradora de um produto final de melhor qualidade devido a sua matéria-prima e mais evoluída enquanto processo produtivo.

A partir desta descrição análise verifica-se que os fatores acima, cumpriram sua parcela de influência, contribuindo, para a constituição de um processo produtivo de incontestáveis resultados, inclusive para o surgimento da cidade de Pelotas. Poder-se-ia dizer que se esgotaram, tendo em vista o esgotamento do próprio sistema produtivo para o qual contribuíram, porém incorreríamos em, no mínimo, açodada análise, haja visto, por exemplo, que a localização da cidade continua a mesma e os fatores, dela decorrentes, que beneficiaram-na, anteriormente, podem beneficiá-la ainda.

Então, se já vislumbramos os fatores que contribuíram, justo é que vejamos, da mesma forma, os fatores que acabaram pesando para o esvaziamento e a derrocada do sistema

⁵² Conforme dados retirados do site da ONG Viva o Charque, no endereço eletrônico <http://www.vivaucharque.com.br/personagens/pintomartins.htm> acessado em 10/03/2010, onde recolhemos: “dava-se o nome de "oficinas" às propriedades que preparavam a chamada carne de sol ou do sertão. ... o ciclo das oficinas, que teve início por volta de 1740, não se encerrou, definitivamente, com a seca de 1777. A produção saladeiril foi retomada quase em seguida a essa grande estiagem, sugestivamente chamada de "seca dos três setes". Adveio, porém, nova calamidade, não muito tempo depois: em 1790. Essa, maior do que a anterior, teve a duração de cinco anos e extinguiu, agora sim, a atividade charqueadora.”

charqueador. Semelhantemente aos anteriores, daremos a estes a mesma classificação, ou seja, exógenos e endógenos.

Entendendo que a indústria saladeirista resultou, principalmente, da ação de elementos exógenos, ao verificarmos as causas de seu declínio, dedicaremos igual condição aos fatores externos.

O primeiro deles, não vai aí conotação cronológica alguma, é a própria produção cafeeira do sudeste brasileiro. Esta acabou exercendo importante atração da mão-de-obra escrava que se deslocou do sul charqueador para os cafezais.

Enfrentando dificuldades resultantes das reduções na disponibilidade da mão-de-obra, a produção charqueadora sul-rio-grandense passa a ter de enfrentar a reorganização produtiva do sistema saladeiro do Prata, superado o período de guerras pelo qual passaram.

A preferência, da parte dos produtores de café, pelo charque platino, que lhes chegava a preços mais acessíveis para a alimentação de seus escravos, assim contribuindo para melhores resultados econômicos na produção.

Nota-se um fio condutor, um certo encadeamento entre os fatores de ordem externa, na medida em que o café se constitui como fundamental para a economia de São Paulo e do sudeste brasileiro o sul perde importantes contingentes de mão-de-obra, sofre concorrência de sistema produtivo mais qualificados e vê seu mercado restringir-se pela escolha por produto de fora do Brasil.

A título de finalizar este balanço dos fatores exógenos, visto que uma auditoria não seja nosso propósito, trazemos aquele em que MONASTÉRIO (2005), chama a atenção para a necessidade de extremo cuidado na leitura de Fernando Henrique quando apresenta uma explicação alternativa para a crise do charque.

Divergindo daquele, defende que a indústria charqueadora tem sua crise devido a ter passando por sua “*Dutch Disease*”⁵³. Com esta argumentação o autor ele envolve os fatores exógenos, apontados anteriormente, num só argumento.

⁵³ O termo “*Dutch Disease*”, conforme MONASTÉRIO (2005, p. 22.) é de 1977, quando a revista *Economist* o utiliza em análise sobre a situação da economia da Holanda após sua descoberta de petróleo. Dizia que se esperava uma explosão do crescimento resultante das exportações do petróleo. Porém não foi o que se verificou, as exportações do mineral redundaram numa valorização real do câmbio, redução das exportações de manufaturados, lento crescimento, aumento da inflação e aumento do desemprego. A *Dutch Disease*, responsável pela crise do charque, elevou o preço do trabalho (cativo, no caso) causando a perda de competitividade diante do charque importado.

Relativamente aos fatores endógenos, começamos pela própria estrutura fundiária vigente à época que, por estar ancorada nas grandes estâncias, com reduzidíssimo número de trabalhadores para produção da matéria-prima para as charqueadas não contribuía para a constituição e robustez de um mercado consumidor, isto por um lado, por outro, havia, o que alguns historiadores já apontaram, a segurança econômica que a posse de extensas áreas de terra proporcionavam aos estancieiros. Estes, inclusive, quando passavam por algum aperto financeiro não hesitavam em negociar alguma parte da área da propriedade.

O ingresso de imigrantes europeus, dirigidos para ocupações da região mais ao norte da província, área de relevo mais acidentado, onde a posse da terra ocorreu em lotes significativamente menores que as sesmarias nos extensos campos do sul, resultou na formação de aglomerações e novas cidades constituindo-se em mercado, não só fornecedor de alimentos e matérias-primas, mas, também, consumidor, para a indústria porto alegreense e por isso sendo considerado de relevante repercussão na fragilização da economia charqueadora pelotense.

Estes imigrantes, em maior contingente populacional, trazem para a economia gaúcha uma diversificada produção para abastecimento da capital do estado bem como seu excedente passa a ser exportado pelo seu porto.

É o imigrante que assegura o processo de industrialização da Capital. Indústria voltada ao mercado interno da província. Esta opção pelo nosso próprio mercado se reflete na economia de Pelotas como uma restrição de mercado.

A industrialização no sul rio-grandense aconteceu voltada para o centro do país de onde passará a sofrer, a partir da crise do café, com a concorrência da indústria paulista, em franco processo de substituição das importações.

Não tendo a necessária competitividade, a incipiente indústria pelotense voltou-se para o mercado gaúcho onde defrontou-se com a concorrência interna, através da indústria da Capital. Emoldurava-se o quadro de dificuldades e limites que levariam a economia de Pelotas a uma condição secundária e coadjuvante.

As inúmeras causas da decadência, já trabalhadas por diversos autores, vão desde o fim das guerras Platinas por volta de meados do século XIX, passando pelos reflexos da Revolução Federalista em 1893 que trouxe dificuldades ao comércio do gado, MAGALHÃES (1993), à incapacidade em diversificar sua matriz produtiva, Alonso (1994), entre outros.

Este declínio se expressa de diversas maneiras, mas é no aspecto demográfico da região, hegemônica por Pelotas/Rio Grande, que podemos observar, mais facilmente a repercussão da crise econômica⁵⁴, verdadeira diáspora com habitantes dos municípios da região buscando alternativas de trabalho e sobrevivência noutras áreas do Estado e do País.

É uma região onde predomina a grande propriedade fundiária, localizada, de forma generalizada, ao sul dos rios Jacuí e Ibicuí no território do Rio Grande do Sul tendo sido a primeira a ser ocupada.

Esta região viu sua economia exercer o papel de dinamizadora da economia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, resultado do sistema produtivo charqueador, no período compreendido entre o final do século XVIII até por volta da segunda metade do século XIX como já o demonstramos anteriormente.

Necessário ainda resgatar que tendo sido a primeira região a sofrer processo de ocupação territorial, com o charque representando, para a Província, o início, ainda que incipiente, da industrialização, este processo produtivo proporcionou o surgimento de novas indústrias, conforme Grandó (1989, p. 103).

A partir dessa primitiva forma de conservar a carne é que se inicia o processo econômico da, então, Província, cujos principais centros de produção e comercialização eram, respectivamente, Pelotas e Rio Grande, onde a urbanização provocou o desenvolvimento de outras atividades econômicas, novas indústrias.

A autora, reiterando algo já dito anteriormente, que caráter de maior integração da nascente indústria portoalegrense à economia regional e a tentativa da indústria pelotense de manter o espaço obtido no mercado nacional a partir das negociações do charque, considera o início da industrialização do Rio Grande do Sul como tendo ocorrido na década de 1890.

Para justificar tal consideração, serve-se de dois argumentos: o primeiro é que foi aquele o momento no qual, os novos núcleos coloniais, constituídos pelos imigrantes europeus, alemães e italianos, principalmente, tiveram implantadas suas indústrias; o segundo, é o fato de a própria capital ter entrado em intenso processo de industrialização.

A opção mercadológica, regional, por parte da indústria colonial e portoalegrense e nacional por parte da indústria da região de Pelotas-Rio Grande, acaba por repercutir

⁵⁴ A região sul do Estado em 1890 concentrava 52,07% da população gaúcha. Em 1900 este índice caía para 48,40% e em 1920 para 41,30%. O recuo persiste e em 1940 a população representa 35,67% e na mesma saga de queda chega a 1950 nos 32,75%. Em 1991 a mesma trajetória mostra 25,19% e em 1996 chega aos 24,95% do total da população, conforme dados do IBGE.

negativamente à segunda, resultado do desenvolvimento industrial do centro do país após a crise de 1930 que atingiu de forma severa ao cultivo do café.

Indústrias de porte, da região de Pelotas-Rio Grande, como as do setor têxtil, desapareceram e em decorrência passa-se a verificar uma intensificação da especialização da indústria tradicional, de menor agregação tecnológica e, por isso, de maior incorporação de mão-de-obra, que é a indústria alimentícia, tendo a frente a indústria de conservas.

A transição republicana no Brasil – indissociável do fim do escravismo e da consolidação da ordem burguesa – é uma profunda revolução nacional.

Esta transição, porém, vai ganhar contornos particularmente definidos no sul-sudeste do país, onde vicejam as instituições e os grupos de interesses responsáveis pela articulação e liderança do movimento.

O braço armado da transição será o Exército, sediado, majoritariamente, na porção sul-sudeste do território, entre a região de fronteiras com as repúblicas do Prata e a capital do Império.

O principal braço econômico da república será o café paulista, que erguerá a bandeira do federalismo e do liberalismo, concedendo aos potentados periféricos a autonomia política enquanto resguarda para si o controle absoluto sobre o excedente cafeeiro.

Os principais braços políticos da revolução serão os Partidos Republicanos Paulista e Riograndense, ambos federalistas radicais, mas de inflexão política diversa: enquanto o primeiro abraçava o ideário do Estado mínimo, o segundo era francamente positivista e intervencionista.

Mas se a transição republicana revolucionou todo o país e mobilizou o conjunto das lideranças políticas do centro-sul, ela assumirá uma dimensão particularmente trágica no Rio Grande do Sul, palco da guerra civil mais violenta da história nacional entre os anos de 1893 e 1895.

A historiografia regional ainda discute as determinações deste conflito cujos ecos vão se fazer ouvir em 1923, em 1930 e 1937. Mas, para além das polêmicas, parece não haver espaço para dúvidas de que dois projetos antagônicos de desenvolvimento regional se enfrentaram e apenas um foi vitorioso.

O que nos interessa entender, aqui, é qual a relação entre o conflito e a crise do binômio pecuária-charque que se estenderá por toda a primeira metade do século XX, arrastando consigo Pelotas e a Metade Sul.

De acordo com Targa

Mudanças econômicas na pecuária do sudoeste do Rio Grande do Sul (que a tornou muito mais dependente das compras das charqueadas) e na do Uruguai (uma enorme elevação de produtividade e queda dos preços das carcaças), o encontro das ligações ferroviárias da rede sul-riograndense com a uruguaia (que colocou grande parte do mercado gaúcho na esfera de influência dos capitais comerciais de Montevideu) e a perda do mercado cubano de charque precipitaram o Rio Grande do Sul em uma longa e profunda recessão a partir do início da década de 80 do século XIX. Essa recessão provocou enfrentamentos no seio das classes dominantes do sul: os criadores da fronteira sudoeste contra os charqueadores de Pelotas e os capitais comerciais do leste contra os do noroeste e do sudoeste, estes últimos eram prepostos do capital mercantil montevidiano (TARGA, 2003, pp. 129/30).

Em síntese: a crise de rentabilidade na cadeia pecuária-charque das últimas décadas do século XIX estaria aprofundando o conflito distributivo entre os distintos elos da mesma cadeia. Um processo que se desenrola simultaneamente à crise final da servidão e do regime monárquico e à emergência de novos agentes sociais - representados pela produção colonial – e políticos – representados. Essencialmente, no PRR. Ainda de acordo com Targa

De um ponto de vista estritamente político, havia na região uma vanguarda republicana, positivista e jacobina, absolutamente determinada a derrubar o Estado oligárquico. Essa vanguarda iria promover uma guerra sem quartel contra a elite política (do Partido Liberal) que havia dirigido o Rio Grande do Sul durante as duas últimas décadas do Império e contra suas práticas de gestão patrimonial da coisa pública (TARGA, 2003, p. 130).

No mesmo sentido, Fonseca vai apontar para as contradições de interesses e de projeto econômico dos dois partidos que protagonizaram a chamada “Revolução Federalista. Segundo o autor:

Federalistas e republicanos percebiam de forma diferente a crise econômica por que passava a economia pecuário-charqueadora, e frente a ela propunham diferentes alternativas. Como se dois planos econômicos (e políticos) estivessem em conflito. Os federalistas entendiam basicamente a crise como fruto do descaso dos governos estadual e federal. Responsabilizavam o governo pelos altos custos da produção pecuária, devido à inexistência de estradas e portos, e pelos baixos preços devido à importação a taxas tidas como privilegiadas dos similares produtos platinos. Defendiam a especialização do Rio Grande na pecuária, recorrendo à teoria liberal das vantagens comparativas (sic). O governo, assim, ao intervir em nome do ‘interesse social’, de cunho positivista, deixava de reconhecer que os interesses estaduais coincidiam com os dos próprios fazendeiros e charqueadores. Esta postura, de fato, mostra a perda de hegemonia do setor, incapaz de universalizar socialmente seus interesses e discurso (FONSECA, s.d., p. 24).

Ora, não parece haver espaço para dúvidas de que a crise do charque antecede o advento da República.

Vimos, no capítulo anterior, que ainda há controvérsias acerca dos determinantes da crise. Mas mesmo a controvérsia existente é mais sobre a hierarquia relativa dos diversos determinantes da crise do que propriamente sobre sua realidade e sobre seus fundamentos mais gerais. Pelo menos, é no plano da hierarquização das determinações que o debate nos parece ganhar efetiva relevância⁵⁵. Uma relevância que vai ser maximizada justamente na virada do século XIX para o XX. Expliquemo-nos.

Quer nos parecer que esteja completamente fora de questionamento a assertiva de que o assalariamento é o padrão propriamente capitalista de subordinação e exploração do trabalho. De forma que reputamos como algo “esotérica” a discussão de qual a dimensão do escravismo é a mais inconsistente com (ou “inconveniente para”) a acumulação de capital.

Contudo, quando a ordem dominante já é o assalariamento, a pergunta toma contornos completamente distintos. A questão, agora, passa a ser: **se o escravismo contribuiu para a crise da cadeia pecuária-charque no último quartel do século XIX, por que o advento da ordem assalariada e republicana não foi capaz de impor novo dinamismo?**

Até onde podemos alcançar, Cardoso, Monastério e Bandeira, entre outros identificam quatro respostas básicas a este questionamento:

A primeira é a de que o escravismo haveria contaminado as relações sociais, seja por impor mores senhoriais aos potenciais empreendedores, seja por aprofundar as barreiras sociais, com a conseqüente ampliação dos custos de transação e depressão do processo de acumulação de capital social.

A segunda resposta é a de que a tensa transição política republicana no Rio Grande do Sul prolongou a crise do fim do Império de forma que as alternativas modernizantes chegaram “tarde demais” (após o fechamento da janela de oportunidade representada pelo crescimento acelerado da demanda de alimentos na Europa nas primeiras duas décadas do século XX).

⁵⁵ Tal como sinalizamos no primeiro capítulo, a questão de se a escravidão é deletéria ao desenvolvimento porque solapa a acumulação de capital social, porque amortece a mercantilização e a divisão do trabalho “ou” porque introduz mores sociais que se desdobram em padrões de gestão incompatíveis com a maximização do rendimento capitalista é uma questão menos importante do que o (virtual) consenso de que a escravidão contribuiu para o atraso do desenvolvimento mercantil na Metade Sul do Estado.

A terceira resposta é a de que o fim do escravismo não impôs o fim do latifúndio ou da concentração da renda e da riqueza que caracterizam a Metade Sul, e este seria um obstáculo pelo menos tão expressivo quanto a escravidão para a sustentação da acumulação regional.

Por fim, como quarta resposta entendemos que, independentemente de qual tenha sido o fator predominante da estagnação da cadeia pecuária-charque no último quartel do século XIX e no início do século passado – seja ele o escravismo, o latifúndio, o diferencial de produtividade “natural” do Prata, a falta de apoio dos governos nacional ou estadual ao setor, ou simples *dutch disease* – a estagnação foi suficientemente prolongada para dar origem a um ciclo perverso de desequilíbrio crescente, tal como teorizado por Myrdal.

Desde logo, cabe esclarecer que as quatro “alternativas” não são excludentes. Pelo contrário: se Cardoso, Bandeira e (contraditoriamente) Monastério poderiam ser identificados primordialmente com a alternativa que enfatiza o “peso cultural do escravismo”, Monastério também vai pretender que a crise das charqueadas pelotenses no final do século XIX se origine, principalmente, da perda de competitividade **cambial** do charque gaúcho (a tese do *dutch disease*), e que a ineficácia dos frigoríficos em revitalizar o setor deve-se ao fato de que os mesmos foram internalizados demasiado tarde⁵⁶.

Da mesma forma, a relação estabelecida por Monastério entre desigualdades de renda e de propriedade e baixa acumulação de capital social, aproximam sua contribuição da terceira “alternativa”. E não há nada em seu trabalho que indique qualquer contradição com a tese da causação circular cumulativa. Pelo contrário: suas referências elogiosas ao trabalho de Alonso – que é o principal defensor da linha myrdaliana entre os intérpretes gaúchos da “crise da Metade Sul” – assim como suas inúmeras referências à persistência da cultura escravista, com seus efeitos depressivos, nos permitem pretender que o autor não se contrapõe a esta perspectiva teórica⁵⁷.

É possível identificar, no entanto, que há sim uma reunião de fatores que contribuíram para o declínio econômico de Pelotas, e que, inclusive seus efeitos se fizeram sentir no

⁵⁶ Assim é que Monasterio afirma em seu trabalho de doutorado: “em retrospecto, pode-se considerar que os esforços deliberados de Borges de Medeiros para a modernização da Campanha através dos frigoríficos chegou tarde demais. Quando a carne congelada gaúcha alcançou o mercado, eles já estavam dominados pelos competidores e a situação após a I Guerra já não era mais tão favorável. (Monasterio, 2002, p. 125).

⁵⁷ Vale lembrar que a tese da causação circular cumulativa tem por base o trabalho de Myrdal acerca dos determinantes do preconceito racial nos Estados Unidos. Para o autor, os processos de estranhamento e simbiose culturais são particularmente propensos a causações circulares cumulativas. A este respeito, veja-se o primeiro e o segundo ensaios de Myrdal, 1972.

prolongamento da crise, porém a comunidade de alguma forma não soube identificar oportunidades de integrarem sua economia no processo regional, nacional e mundial.

Por fim, o que nos trouxe a esta análise era o intuito de identificar as causas da crise, mas principalmente, buscar compreender se a produção e o processamento industrial do leite teriam a capacidade de integrando a economia local à região, ao país e ao mundo, proporcionar taxas de lucro que, por seus acúmulos, contribuam para proporcionar novas oportunidades de desenvolvimento.

3 BACIA LEITEIRA DE PELOTAS

Neste capítulo, trataremos da descrição de qual seja o significado de bacia leiteira. Apresentaremos, também, como se deu o desenrolar do processo de produção de leite para consumo humano no Brasil, até chegarmos ao leite ultra alta temperatura, UHT na sigla em inglês, nos dias de hoje.

Após descrevermos e caracterizaremos a Bacia Leiteira de Pelotas para que possamos ao final constituirmos algumas considerações acerca do potencial, ou não, desta bacia leiteira constituir-se como elemento alavancador do desenvolvimento regional.

3.1 Bacia Leiteira, Origens e Avanços na Produção de Leite no Brasil

Bacia Leiteira é um termo utilizado pela primeira vez em levantamentos da Comissão Nacional de Pecuária Leiteira do Ministério da Agricultura, entre 1952-53, junto a regiões produtoras de leite para grandes capitais brasileiras, assim definido na Enciclopédia agrícola brasileira (2005, pp 307-308):

A bacia leiteira pode ser definida como a zona de abastecimento formada por propriedades leiteiras de tamanho variável (grandes, médias e pequenas), localizadas em municípios dentro de determinada região fisiográfica, e cuja a produção é canalizada para um grande centro populacional e atende aos fatores de demanda desse mercado consumidor. O conceito de bacia leiteira pode, às vezes, se sobrepor ao da própria região fisiográfica ou da divisão territorial por estados. Tal é o caso da bacia leiteira da cidade do Rio de Janeiro que abrange fazendas tanto nesse estado como em São Paulo e Minas Gerais; ou ainda a da cidade de São Paulo, que inclui propriedades produtoras nos estados de São Paulo e de Minas Gerais.

Como vemos o conceito de bacia leiteira apresentava vínculo à idéia do produto necessariamente ter origem próxima à região ou localidade a qual o seu consumo estaria sujeito.

O leite para consumo humano no Brasil, até o início do século XX, não recebia tratamento algum. Transportado inicialmente em latões, passou para os vaqueiros que produziam nas periferias das cidades e o entregavam às famílias consumidoras.

Na década de 1920 em diante surgem algumas indústrias que oferecem o produto com um mínimo de beneficiamento, a pasteurização lenta, (ferviam o leite durante 30 minutos a

uma temperatura superior a 60° C), embalavam em garrafas de vidro e distribuíam aos consumidores.

Em 1939 o Estado de São Paulo decreta que todo o leite para consumo humano deveria ser pasteurizado. Esta determinação é logo estendida a todo o país através da publicação do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, (RIISPOA), em 1952.

Após 1940 o processo de pasteurização lenta passa a ser substituído pela pasteurização rápida (HTST - alta temperatura em curto tempo), onde o produto era submetido a uma elevação de temperatura de 72° C para 76° C durante um espaço de tempo de 15 a 20 segundos, sofrendo, logo após um rápido resfriamento. Este processo indicava em ganhos produtivos para a indústria que, porém, foram sustados com a intervenção do governo no setor leiteiro em 1945.

Com a retração no processo de desenvolvimento da indústria leiteira brasileira, resultado da intervenção governamental no setor, só em 1972 um novo tipo de pasteurização é lançado no mercado: o leite tem sua temperatura elevada a 130 - 150° C durante 2 a 4 segundos, resultando na eliminação de qualquer agente patogênico o que repercute, também na ampliação do seu prazo de validade pela redução da perecibilidade.

A produção do leite ultra pasteurizado, o (UHT), tecnologia desenvolvida entre os anos 40 e 50 do século passado nos EUA e Europa só teve viabilizada sua aplicação após solucionada a questão da embalagem para a sua comercialização, na década de 1960, na Suécia, com o surgimento da embalagem asséptica. O Leite Longa Vida, resultante do processo Ultra High Temperature, superou, definitivamente a necessidade de a produção do leite estar junto aos grandes centros consumidores, a ampliação de sua validade e a facilitação do seu transporte devido a não mais ser necessário sua refrigeração para tal, proporcionaram importante salto mercadológico, da qualidade e na diversificação dos derivados do leite.

Hoje aquele conceito de bacia leiteira necessariamente deve ser revisto com a incorporação de termos como Indústria, Centros de Pesquisa e logística, entre outros.

Assim, bacia leiteira hoje é uma zona de propriedades agropecuárias dedicadas a produção de leite, apoiadas em organismos que pesquisam a qualidade e a sanidade do mesmo, inseridas numa ou mais regiões fisiográficas onde o leite, objeto desta produção é dirigido para uma ou mais indústrias que o processarão, e suportadas em estruturado processo de logística o disponibilizarão ao mercado consumidor.

3.2 Bacia Leiteira de Pelotas

Partindo do conceito recém apresentado, a Bacia Leiteira de Pelotas, objeto deste trabalho, está estruturada a partir do município de Pelotas no Rio Grande do Sul e tem como indústria mais importante a Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios, Cosulati.

Esta Cooperativa foi fundada em 1973 e logo após incorporou outras duas já existentes, a Coolapel e a Coolacti, como já descrevemos na tabela 13, anterior.

Hoje a Cosulati conta com três mil quatrocentos e sessenta e nove associados, efetuando coleta de leite em 38 municípios, conforme mensagem recebida, da própria cooperativa, sob responsabilidade da Médica Veterinária Ms Clarice Carriconde Fernandes, responsável técnica pelo setor de laticínios.

Os municípios encontram-se da Br 290, (rodovia que percorre o território do Estado de leste a oeste, sendo, inclusive, utilizada como referência para a separação das duas metades, Sul e Norte do Rio Grande do Sul), para o sul.

A recente inauguração de uma nova torre processadora de leite para a produção de leite em pó, incorporando mais 450mil litros diários à capacidade de industrialização que era de 150 mil, contribuíram para que nos definíssemos pelo estudo da bacia leiteira de pelotas, tendo como centro processador esta Cooperativa. Na verdade a Cosulati é a maior indústria de lácteos operando na Metade Sul do Estado.

É preciso ressaltar que outras há, a Perdigão, recentemente transformada em BRF, está localizada em São Lourenço do Sul, e em 2008 recolhia leite de 760 famílias do município e arredores, processando 125.000litros/dia, produção inferior à da Cooperativa pelotense em torno de 33,75%. A Cosulati, em 2008 já processava 188.700 litros/dia coletados de 2.801 famílias, antes da entrada em operação a nova planta industrial com torre produtora de leite em pó.

Além do expressivo quadro social a Cosulati, já em 2008, mobilizava produtores de nove cooperativas e quatro associações de agricultores o que totalizava mais de 5500 produtores beneficiados. A seguir trazemos a tabela⁵⁸ 16 que nos dá idéia da importância da agricultura familiar no contexto produtivo leiteiro da cooperativa de Pelotas:

⁵⁸ A tabela acima faz parte do artigo A IMPORTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL,

Tabela 17 - Escala dos produtores de leite da Cosulati por faixa de produção, número de agricultores e participação por extratos. Referência mês de novembro/2008

Estratificação litros/dia	Nº de agricultores	Participação por estrato (%)	Estratificação litros /dia	Nº de agricultores	Participação por estrato (%)
1 a 5	104	3,7	71 a 80	108	3,9
6 a 10	229	8,2	81 a 90	82	2,9
11 a 20	512	18,3	91 a 100	60	2,1
21 a 30	398	14,2	101 a 150	196	7,0
31 a 40	322	11,5	151 a 200	79	2,8
41 a 50	253	9,0	201 a 300	80	2,9
51 a 60	157	5,6	301 a 400	29	1,0
61 a 70	146	5,2	acima de 400	46	1,6
Total				2.801	100,0

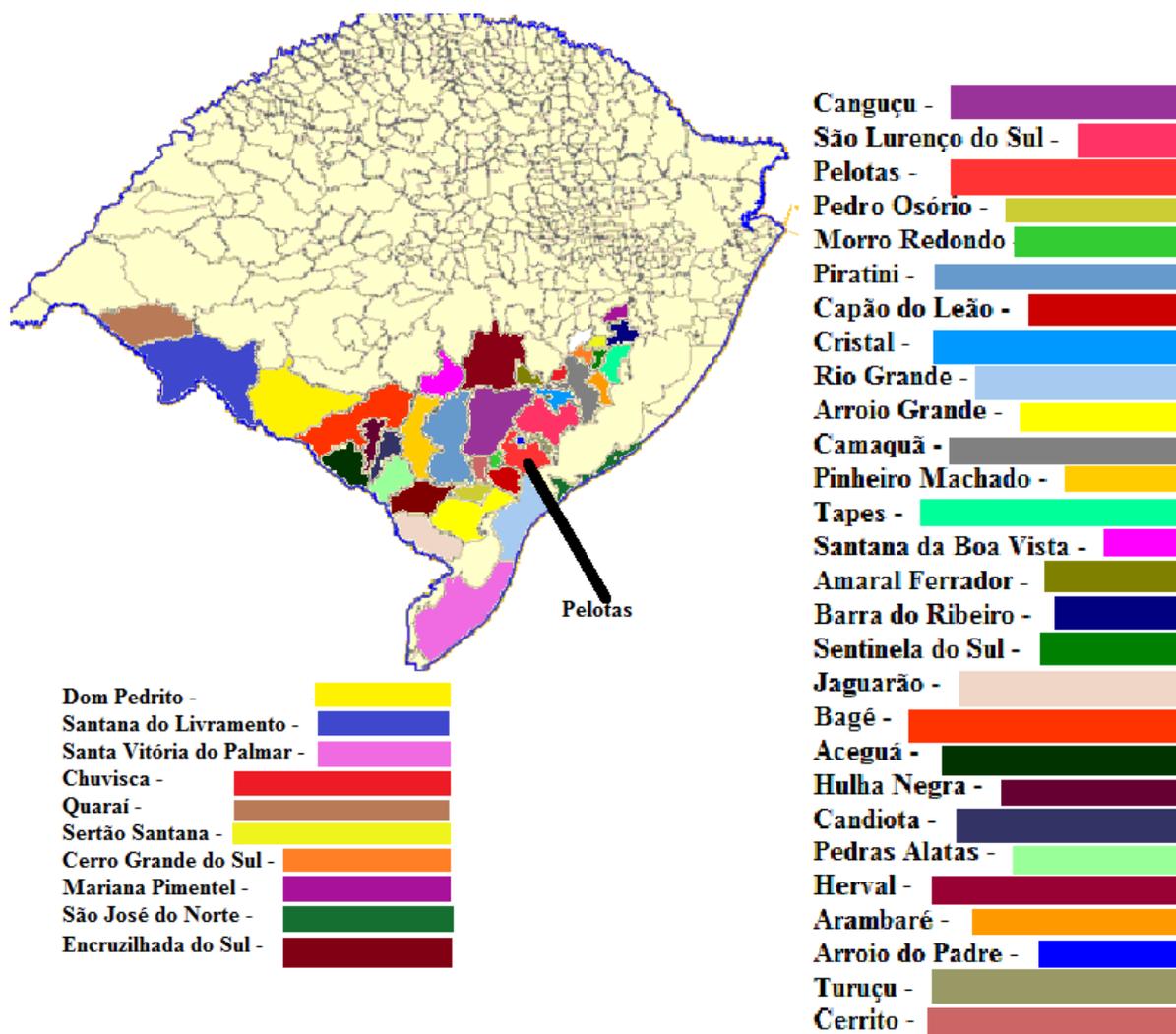
Fonte: Departamento Técnico da Cosulati

Abaixo, temos o mapa onde aparecem todos os municípios onde a Cosulati recolhe sua matéria-prima para processamento, já dissemos serem 38, representando 41,76% dos 91 municípios da Metade Sul.

Roberto Camps Moraes, adotou uma linha imaginária⁵⁹ no sentido oeste - leste, para dividir o território do Estado nas duas Metades, Norte e Sul, sugerindo que os componentes da linha imaginária fizessem parte da Metade Sul, começando por: Uruguaiana, Alegrete, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Santa Maria, Restinga Seca, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Vale Verde, General Câmara, Triunfo, Nova Santa Rita, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Osório e Imbé.

produzido por Lúcio José Reichert; Mario Conill Gomes e José Ernani Schwengber, e apresentado no XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, em Londrina PR, de 22 a 25 de julho de 2007.

⁵⁹ Roberto Camps Moraes, apresentou a proposta de uma linha imaginária para dividir o Rio Grande do Sul em Metade Norte e a Metade Sul no seu artigo METADE SUL VS METADE NORTE: UMA COMPARAÇÃO A PARTIR DE DADOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL, o que nos serve para caracterizarmos as metades.



Produzido pelo autor com base em dados do IBGE Municípios e informações do Sítio da Cosulati.

Ilustração 20 - 38 Municípios da Metade Sul onde a Cosulati Coleta Leite diariamente

Este mapa nos dá a amplitude da ação da Cosulati, mobilizando produtores nas áreas de cinco Conselhos Regionais de Desenvolvimento, já mencionados, tendo, porém, a quase totalidade dos municípios do Corede Sul, 20 de 22, onde Pelotas, além de constituir-se em pólo histórico-econômico-cultural, geograficamente tem centralidade.

A tabela 17 abaixo nos traz, com dados do censo agropecuário de 2006 o total de vacas ordenhadas por município, o total de leite produzido e os totais da região de coleta da Cooperativa Sul Riograndense.

Tabela 18 - Vacas Ordenhadas e Produção por Municípios em 2006 na Bacia leiteira de Pelotas

Municípios	Nº de Vacas Ordenhadas	Total produzido em 2006
Aceguá	5.540	17.984
Amaral Ferrador	407	271
Arambaré	33	33
Arroio do Padre	1.277	2.444
Arroio Grande	1.289	2.128
Bagé	2.131	2.848
Barra do Ribeiro	90	172
Camaquã	1.743	2.036
Candiota	1.138	1.243
Canguçu	14.637	23.287
Capão do Leão	1.373	3.363
Cerrito	3.364	7.565
Cerro Grande do Sul	343	219
Chувиска	933	1.063
Cristal	567	769
Dom Pedrito	1.497	2.116
Encruzilhada do Sul	2.092	2.465
Herval	1.220	1300
Hulha Negra	4.421	10.753
Jaguarão	827	1.859
Mariana Pimentel	123	80
Morro Redondo	2.587	5.118
Pedras Altas	1.640	3.633
Pedro Osório	442	663
Pelotas	9.047	21.004
Pinheiro Machado	694	1.115
Piratini	2.772	3.198
Quarai	984	2.573
Rio Grande	3.095	8.782
Santana da Boa Vista	1.327	941
Santana do Livramento	6.873	12.574
Santa Vitória do Palmar	1.786	5.065
São José do Norte	680	376
São Lourenço do Sul	10.858	28.589
Sentinela do Sul	404	404
Sertão Santana	467	363
Tapes	262	429
Turuçu	1.045	2.982
Total da Bacia em 2006	89.990	181.707

Fonte: Produzida pelo autor com dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

Vemos que a produção diária dos municípios que, hoje, compõem a base de coleta da Bacia de Pelotas/Cosulati, já em 2006 proporcionavam meio milhão de litros diários, isto se a média for calculada para os 365 dias do ano o que nos dá uma média diária de pouco mais de cinco litros e meio.

Tal como vimos anteriormente, estamos identificando a bacia leiteira de Pelotas com os 38 municípios que diferem muito no que diz respeito ao grau de dedicação e especialização produtiva no leite.

O quadro 05, na página 135, é baseado em informações do Censo Agropecuário 2006 sobre estabelecimentos que possuem resfriadores de leite, bem com o número de equipamentos e volume passível de resfriamento.

Desde logo, chama a atenção a expressão nacional do Rio Grande do Sul no quesito “estabelecimentos com resfriadores”. Tal como se observa na terceira linha do referido Quadro, o RS conta com menos de 10% do total de estabelecimentos agropecuários do país (mais exatamente: 8,53%). Não obstante, aproximadamente 1/3 dos resfriadores de leite (31,39%) e (21,33%) do total dos estabelecimentos agropecuárias do Brasil que possuíam tanques de resfriamento de leite se encontram no RS.

Um pouco mais discreta é a participação do Estado no quesito “capacidade de resfriamento”, que não alcança 1/5 do total (18,86%). Esta discrepância apenas revela o fato de que a produção gaúcha é essencialmente familiar, de sorte que um grande número de produtores trabalha com resfriadores relativamente pequenos, tendo em vista o padrão nacional.

Ao contrário do que se poderia pensar, esta particularidade não implica em qualquer desvantagem competitiva: na medida em que a produção leiteira é intensiva em trabalho, a unidade familiar apresenta uma competitividade superior às unidades capitalistas. Na verdade, esta é a principal determinação da competitividade do RS na produção leiteira, e um dos motivos que nos leva a projetar uma futura proeminência deste Estado no cenário nacional.

Brasil, Unidade da Federação e Município	Variável						
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários que possuem tanques para resfriamento de leite (Unidades)	% Estabelecimentos com Resfriadores	QI. de estabelecimento com Resfriador com relação ao BRASIL	QI. de estabelecimento com Resfriador com relação ao RIO GRANDE DO SUL	Número de tanques para resfriamento de leite existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Capacidade dos tanques para resfriamento de leite existentes nos estabelecimentos agropecuários (Mil litros)
Brasil	5.175.489	145.595	2,81%	1,00		150.980	115.297
Rio Grande do Sul	441.467	45.699	10,35%	3,68	1,00	47.303	21.743
% RS no BR	8,53%	31,39%	-	-	-	31,33%	18,86%
Aceguá	726	208	28,65%	10,18	2,77	211	340
Amaral Ferrador	1.121	0	0,00%	0,00	0,00	0	0
Arambaré	148	0	0,00%	0,00	0,00	0	0
Arroio do Padre	507	112	22,09%	7,85	2,13	116	33
Arroio Grande	825	24	2,91%	1,03	0,28	24	11
Bagé	1.198	6	0,50%	0,18	0,05	6	16
Barra do Ribeiro	234	0	0,00%	0,00	0,00	0	0
Camaquã	2.843	5	0,18%	0,06	0,02	6	5
Candiota	716	2	0,28%	0,10	0,03	X	X
Canguçu	9.881	516	5,22%	1,86	0,50	528	171
Capão do Leão	240	16	6,67%	2,37	0,64	20	14
Cerro	1.003	206	20,54%	7,30	1,98	211	85
Cerro Grande do Sul	1.415	1	0,07%	0,03	0,01	X	X
Churvisca	1.025	5	0,49%	0,17	0,05	5	2
Crístal	694	11	1,59%	0,36	0,15	12	5
Dom Pedrito	1.409	5	0,35%	0,13	0,03	6	4
Encruzilhada do Sul	2.697	9	0,33%	0,12	0,03	11	4
Herval	1.175	46	3,91%	1,39	0,38	47	16
Hulha Negra	1.032	84	8,14%	2,89	0,79	85	69
Jaguarião	675	12	1,78%	0,63	0,17	14	9
Mariana Pimentel	891	1	0,11%	0,04	0,01	X	X
Monte Redondo	727	196	26,96%	9,58	2,60	199	63
Pedras Altas	524	103	19,66%	6,99	1,90	109	44
Pedro Osório	198	22	11,11%	3,95	1,07	22	10
Pelotas	3.596	478	13,29%	4,73	1,28	494	190
Pinheiro Machado	1.642	4	0,24%	0,09	0,02	4	2
Pinheiro	2.910	57	1,96%	0,70	0,19	67	22
Quaraí	904	14	1,55%	0,55	0,15	15	12
Rio Grande	1.214	87	7,17%	2,55	0,69	104	70
Santana da Boa Vista	1.633	1	0,06%	0,02	0,01	X	X
Sant'Ana do Livramento	2.614	75	2,87%	1,02	0,28	81	66
Santa Vitória do Palmar	805	34	4,22%	1,50	0,41	44	48
São José do Norte	1.999	1	0,05%	0,02	0,00	X	X
São Lourenço do Sul	4.327	435	10,05%	3,57	0,97	454	175
Sentinela do Sul	626	3	0,48%	0,17	0,05	4	2
Sertão Santana	979	0	0,00%	0,00	0,00	0	0
Tapes	298	4	1,34%	0,48	0,13	4	3
Turuçu	441	48	10,88%	3,87	1,05	48	27

Quadro 05 - Distribuição de Resfriadores de Leite por Município da Bacia de Pelotas

Fonte: FEE e dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

O desdobramento da elevada participação do Rio Grande do Sul no número de resfriadores é que mais de 10%, (10,35%) dos estabelecimentos agropecuários no RS contam com este tipo de equipamento, enquanto a percentagem dos estabelecimentos equipados para a produção comercial de leite no conjunto do país é de meros 2,81%.

Por outro lado, como a maior parte da produção leiteira do Estado ainda se encontra nas regiões Nordeste e Norte/Noroeste, a maioria dos municípios da Metade Sul aparece

como “pouco especializados” quando utilizamos o RS (e não o Brasil) como referência para avaliar a importância relativa da produção leiteira municipal.

Esta discrepância vai se fazer notar nas colunas “quinta” e “sexta” do Quadro 05. Ambas apresentam o Quociente Locacional dos equipamentos resfriadores. Mas o QL vai diferir, conforme se toma a percentagem **nacional** (2,81%) ou **estadual** (10,35%) dos estabelecimentos equipados com resfriadores.

Se tomarmos a percentagem **estadual** como referência, dos 38 municípios da bacia Pelotas/Cosulati, apenas 8 municípios apresentam QL⁶⁰ superior à unidade; quais sejam: Aceguá (com 28,65% dos estabelecimentos equipados com resfriadores), Arroio do Padre (22,09%), Cerrito (20,54%), Morro Redondo (26,96%), Pedras Altas (19,66%), Pedro Osório (11,11%), Pelotas (13,29%) e Turuçu (10,88%).

Não obstante, se tomamos como referência os resfriadores do sistema produtivo de leite nacional, número de municípios com quociente locacional maior que a unidade, indicando alguma especialização, na Bacia Pelotas/Cosulati, se eleva para 17, incluindo Arroio Grande (2,91%), Canguçu (5,22%), Capão do Leão (6,67%), Herval (3,91%), Hulha Negra (8,14%), Rio Grande (7,17%), Livramento (2,87%), Santa Vitória do Palmar (4,22%) e São Lourenço do Sul (10,05%).

Vale observar, ainda, que um número não desprezível de municípios da bacia sob análise não apresentam qualquer estabelecimento com resfriador. Este é o caso de Amaral Ferrador, Arambaré, Barra do Ribeiro e Sertão de Santana. Além disso, um número ainda mais expressivo de municípios apresentam menos do que 3 estabelecimentos equipados com resfriador, o que impede a divulgação do número de tanques e de sua capacidade, como forma de proteger o sigilo do produtor. Este é o caso dos municípios de Candiota, Cerro Grande do Sul, Mariana Pimentel, Santana da Boa Vista e São José do Norte. Na medida em que a Instrução Normativa 51⁶¹ passe a vigorar, estes municípios só poderão se preservar na bacia

⁶⁰ Quociente locacional, QL, é uma medida de especialização porque compara um setor de uma determinada região com relação ao mesmo setor do Estado, País ou outra região. O coeficiente de localização relaciona a distribuição percentual do valor da produção de dada cultura *i*, entre regiões, com a distribuição percentual do valor total da produção vegetal do estado entre as regiões. Valores próximos de zero indicam que a cultura *i* estará distribuída regionalmente da mesma forma que o conjunto de todas as culturas. Valores próximos a um demonstram que a cultura *i* apresenta um padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todas as culturas.

⁶¹ A Instrução Normativa 51 foi criada em 18 de setembro de 2002, para melhorar a qualidade do leite produzido no Brasil. Ela estabelece critérios de higiene, de manejo sanitário, de armazenamento e transporte do leite. A regulamentação é mais rígida em aspectos como temperatura do leite, acidez, redução de bactérias e teor de gorduras e proteínas. Os maiores problemas de adaptação pelos quais os produtores tem que passar estão nos controles de Contagem Bacteriana Total (CBT), de 750.000 bactérias por mililitro para 100.000/ml e de

se os produtores rurais passarem por um processo acelerado de adequação/qualificação produtiva.

A despeito da relativa fragilidade atual do sistema produtivo da bacia leiteira Pelotas/Cosulati, entendemos que seu potencial é extremamente elevado. Para além das determinações de demanda, já consideradas, e da baixa produtividade (e, portanto, do baixo custo de oportunidade) dos sistemas consolidados no território (voltaremos a este ponto), há dois outros elementos que induzem a esta conclusão. O primeiro deles é a estrutura fundiária do território. O segundo – que não é propriamente dissociável do anterior – é a abundância de pastagens naturais. Estes dois elementos nos permitem asseverar que a Metade Sul (e, em especial a bacia Pelotas/Cosulati) apresenta condições particularmente adequadas para replicar o sistema neozelandês.

Como se pode observar no Quadro 06, na página 138, ao contrário do que usualmente se pretende, a estrutura fundiária dos municípios da Metade Sul – em especial de sua porção Leste, onde se situa a maior parte dos municípios da bacia Pelotas/Cosulati – apresenta uma estrutura fundiária bastante diversificada.

Nos 38 municípios considerados, o número de estabelecimentos agropecuários familiares corresponde, em média, a 75,14% do total; e o desvio-padrão é relativamente baixo (15,04%), asseverando que esta média é muito próxima da distribuição efetiva da grande maioria dos municípios.

Como se pode averiguar na coluna com informações normalizadas, a média e o desvio-padrão do território (0,052; 0,9200) é muito próxima da média e desvio-padrão da população (o conjunto dos municípios do RS), que corresponde, respectivamente a “zero” (0) e “um” (1). Da mesma forma, a percentagem da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção agropecuária do território é significativa, correspondendo, em média a 50,36% do total. Neste caso, o desvio-padrão é mais elevado (31,96%), mas este valor é muito próximo do valor vigente no conjunto do Estado. É bem verdade que no quesito “área” a agricultura familiar da bacia leiteira Pelotas/Cosulati não apresenta uma performance tão satisfatória, correspondendo a pouco menos de 40% do território; de sorte que a média normalizada encontra-se abaixo da média do Estado (-0,2876).

Contagem de Celulas Somáticas (CCS), de 750.000/ml para 400.000/ml. A IN 51 foi assinada em 2002, entrou em vigor em 2005, e em julho venceria o prazo final de adaptação dos produtores de todo os Brasil.O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento prorrogou por mais seis meses o prazo de adaptação às normas previstas na IN 51 que deverão ser observadas por todos os produtores de leite do Brasil. O novo prazo vai até 1º de janeiro de 2012.

Município	% do número estabelecimentos agropecuários familiares no número total de estabelecimentos		% do VBP da Agricultura Familiar no VBP da agropecuária		% da área dos estabelecimentos familiares sobre a área total		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) Até 200 ha como porcentagem da área total	
	Informação Censo	Informação Normalizada pela Média e Desvio Padrão do RS	Informação Censo	Informação Normalizada pela Média e Desvio Padrão do RS	Informação Censo	Informação Normalizada pela Média e Desvio Padrão do RS	Informação Censo	Informação Normalizada pela Média e Desvio Padrão do RS
Aceguá	73,28%	-0,1239	47,36%	-0,1022	13,97%	-0,8745	19,89%	-0,9695
Amarel Ferrador	78,77%	0,2413	69,42%	0,5877	45,07%	0,2543	60,14%	0,3239
Arambaré	44,59%	-2,0316	4,82%	-1,4334	3,40%	-1,2584	13,48%	-1,1757
Arroio do Padre	95,86%	1,3779	97,80%	1,4757	92,22%	1,9656	100,00%	1,6048
Arroio Grande	68,00%	-0,4749	8,14%	-1,3293	15,70%	-0,8119	20,77%	-0,9414
Bagé	59,52%	-1,0392	21,27%	-0,9188	5,83%	-1,1701	10,18%	-1,2814
Barra do Ribeiro	60,26%	-0,9899	3,21%	-1,4837	3,95%	-1,2384	11,33%	-1,2446
Camaquã	91,56%	1,0919	47,97%	-0,0833	35,79%	-0,0825	45,65%	-0,1419
Candiota	90,50%	1,0217	92,60%	1,3130	30,32%	-0,2812	35,41%	-0,4710
Canguçu	88,80%	0,9082	85,18%	1,0809	50,06%	0,4355	68,48%	0,5918
Capão do Leão	59,17%	-1,0624	5,41%	-1,4150	4,75%	-1,2093	12,17%	-1,2176
Cerroito	83,55%	0,5593	52,01%	0,0432	41,31%	0,1177	63,54%	0,4330
Cerro Grande do Sul	93,99%	1,2538	89,77%	1,2245	80,94%	1,5564	100,01%	1,6049
Churrisca	93,85%	1,2446	93,34%	1,3364	83,77%	1,6590	94,54%	1,4294
Cristal	79,11%	0,2638	54,68%	0,1268	18,66%	-0,7044	30,33%	-0,6340
Dom Pedrito	50,89%	-1,6131	6,11%	-1,3930	5,54%	-1,1808	10,60%	-1,2680
Encruzilhada do Sul	77,75%	0,1737	30,02%	-0,6448	22,88%	-0,5512	31,11%	-0,6091
Erval	77,96%	0,1873	70,21%	0,6125	22,54%	-0,5637	25,89%	-0,7767
Hilina Negra	84,50%	0,6222	58,49%	0,2460	42,65%	0,1663	53,11%	0,0980
Jaguarião	65,19%	-0,6621	5,66%	-1,4071	9,57%	-1,0344	13,06%	-1,1892
Maiana Pimentel	84,51%	0,6233	37,64%	-0,4066	33,39%	-0,1698	57,03%	0,2239
Morro Redondo	89,55%	0,9581	81,01%	0,9505	75,27%	1,3504	96,24%	1,4838
Pedras Altas	72,14%	-0,1997	45,72%	-0,1538	9,53%	-1,0359	12,54%	-1,2056
Pedro Osório	59,09%	-1,0675	5,47%	-1,4131	5,18%	-1,1938	12,30%	-1,2135
Pelotas	89,43%	0,9505	60,00%	0,2930	48,99%	0,3966	62,62%	0,4034
Pinheiro Machado	71,19%	-0,2625	41,44%	-0,2875	19,96%	-0,6571	28,60%	-0,6895
Piratini	77,80%	0,1769	5,31%	-1,4180	27,25%	-0,3924	36,60%	-0,4325
Quaraí	55,09%	-1,3337	7,80%	-1,3402	6,51%	-1,1453	11,51%	-1,2388
Rio Grande	74,30%	-0,0559	12,32%	-1,1986	8,86%	-1,0601	16,21%	-1,0879
Santana da Boa Vista	81,87%	0,4478	50,07%	-0,0176	37,82%	-0,0088	48,31%	-0,0563
Sant'Ana do Livramento	66,14%	-0,5984	23,05%	-0,8631	8,06%	-1,0893	11,81%	-1,2291
Santa Vitória do Palmar	55,40%	-1,3127	4,18%	-1,4534	7,85%	-1,0968	10,33%	-1,2769
São José do Norte	90,40%	1,0146	47,84%	-0,0874	45,19%	0,2586	60,94%	0,3495
São Lourenço do Sul	88,14%	0,8649	77,07%	0,8273	45,01%	0,2521	57,55%	0,2406
Sentinelas do Sul	71,73%	-0,2272	50,16%	-0,0149	25,09%	-0,4711	50,92%	0,0275
Sertão Santana	92,24%	1,1371	85,75%	1,0989	76,84%	1,4076	93,74%	1,4037
Tapes	59,40%	-1,0472	7,93%	-1,3361	4,05%	-1,2345	11,18%	-1,2494
Tuaçu	89,57%	0,9596	67,69%	0,5338	31,66%	-0,2325	41,02%	-0,2905
Média da Bacia	75,14%	0,0520	50,63%	-0,2224	38,06%	-0,2876	50,06%	-0,3071
Desvio Padrão da Bacia	15,04%	0,9200	31,96%	0,9710	27,55%	0,9041	31,12%	0,9240

Quadro 06 - Estrutura Fundiária e Participação da Agricultura Familiar na Agropecuária da Região

Fonte: FEE e dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

Se, contudo, avaliamos a área ocupada por estabelecimentos com até 200 ha (duas últimas colunas do Quadro 06), veremos que mais da metade da área do conjunto dos estabelecimentos situados na bacia leiteira Pelotas/Cosulati encontram-se nesta faixa.

Ora, observamos anteriormente que a produção de leite é particularmente exigente com relação ao fator trabalho; de sorte a se adaptar melhor às condições de produção da agricultura familiar. Vemos, agora, que a bacia leiteira de Pelotas/Cosulati conta com um número expressivo de estabelecimentos e uma parcela significativa da área total organizada sob este padrão.

Mas isto é apenas parte do nosso argumento. Igualmente importante é o resgate das considerações anteriores acerca do padrão neozelandês de produção, assentado no pastoreio (por oposição ao confinamento) e na integração das pecuárias bovinas de leite e corte. Esta última – como vimos – **supõe a existência das duas pecuárias no mesmo território. E é exatamente esta convivência que fica garantida pelo caráter heterogêneo da estrutura fundiária da Metade Sul.**

A questão para a qual estamos tentando chamar a atenção não se reduz ao reconhecimento da genuína centralidade da bovinocultura de corte nos municípios da bacia Pelotas/Cosulati. Esta centralidade – manifesta no Quadro 07 abaixo, (Bovinocultura, vacas ordenhadas, área de pecuária e população ocupada na atividade), – apenas espelha as condições edafo-climáticas do bioma Pampa, bem como a estrutura fundiária heterogênea (mais, até do que meramente, concentrada), que compromete uma parte dos estabelecimentos com culturas capitalistas, relativamente mais exigentes em terra do que em trabalho.

Vale notar que apenas nove municípios não apresentam um QL superior à unidade na bovinocultura de corte dentre os trinta e oito municípios que compõem a bacia Pelotas/Cosulati. E parcela dentre estes apresentam QLS superiores ou bastante próximos à unidade nos quesitos “vacas ordenhadas” e “produção de leite”, como é o caso de São Lourenço do Sul e Arroio do Padre. Paralelamente, estes municípios tendem a apresentar uma dedicação relativamente menor à pecuária (nos quesitos percentagem da área e da população ocupada na bovinocultura) e um padrão de aproveitamento da área por cabeça de bovino significativamente superior à média dos municípios.

Este padrão de organização da produção revela uma maior aptidão ao desenvolvimento de pecuárias relativamente intensivas em trabalho, como a leiteira.

Município	Quocientes Locacionais			% da Área da Pecuária na área total dos estabelecimentos		Número de cabeças de bovinos pela área da pecuária		% da população ocupada na pecuária bovina em relação à PO rural total	
	Bovino (Cabeças)	Vacas ordenhadas (Cabeças)	Leite (Mil litros)	Dados Censo 2006	Variáveis Normalizadas a partir da Média e Desvio-Padrão do RS	Dados Censo 2006	Variáveis Normalizadas a partir da Média e Desvio-Padrão do RS	Dados Censo 2006	Variáveis Normalizadas a partir da Média e Desvio-Padrão do RS
Aceguá	3,86	1,49	3,01	74,17%	1,802	1,823	-0,139	66,64%	2,388
Amaral Ferrador	1,06	0,25	0,14	28,73%	-0,366	1,370	-0,690	7,44%	-0,895
Arambaré	1,17	0,05	0,03	32,19%	-0,201	2,659	0,877	12,48%	-0,616
Arroio do Padre	0,49	0,98	0,83	13,65%	-1,085	2,826	1,882	10,17%	-0,744
Arroio Grande	1,47	0,21	0,12	46,76%	0,494	1,869	-0,082	35,51%	0,661
Bagé	4,59	0,18	0,16	82,78%	2,213	1,285	-0,793	46,22%	1,255
Barra do Ribeiro	1,04	0,12	0,08	38,44%	0,097	1,399	-0,654	21,09%	-0,139
Camaquã	0,65	0,17	0,12	22,18%	-0,678	2,991	1,282	8,30%	-0,848
Candiota	2,92	0,92	0,81	62,89%	1,264	1,595	-0,416	48,63%	1,389
Canguçu	1,34	1,34	0,88	46,87%	0,500	1,326	-0,744	25,03%	0,080
Capão do Leão	1,65	0,83	0,73	25,22%	-0,533	3,164	1,492	29,17%	0,310
Cerito	2,67	2,29	1,81	61,22%	1,184	1,176	-0,926	58,62%	1,943
Cerro Grande do Sul	0,24	0,25	0,15	9,77%	-1,270	3,143	1,467	2,70%	-1,158
Chuívisca	0,17	0,13	0,07	6,90%	-1,407	3,571	1,987	3,89%	-1,093
Cristal	1,73	0,35	0,20	52,31%	0,759	1,453	-0,589	13,28%	-0,572
Dom Pedrito	2,69	0,29	0,22	60,08%	1,130	1,582	-0,432	29,08%	0,305
Encruzilhada do Sul	2,45	0,29	0,10	55,85%	0,928	0,963	-1,185	24,44%	0,047
Herval	4,73	1,26	0,26	74,57%	1,821	0,816	-1,363	24,09%	0,028
Hulha Negra	2,72	2,87	2,15	65,97%	1,411	1,219	-0,873	61,00%	2,075
Jaguarão	2,23	0,33	0,25	58,58%	1,058	1,042	-1,088	32,91%	0,517
Mariana Pimentel	0,69	0,21	0,11	23,92%	-0,595	0,950	-1,200	11,70%	-0,659
Morro Redondo	1,25	3,99	3,22	55,30%	0,902	1,587	-0,425	43,58%	1,109
Pedras Altas	5,26	1,00	0,31	71,47%	1,673	1,352	-0,711	58,35%	1,928
Pedro Osório	3,40	1,72	1,70	57,94%	1,028	1,793	-0,175	38,30%	0,816
Pelotas	0,58	1,01	0,86	22,91%	-0,643	2,139	0,245	18,03%	-0,308
Pinheiro Machado	5,65	0,77	0,32	74,84%	1,834	0,972	-1,174	37,17%	0,753
Piratini	3,39	0,60	0,28	58,51%	1,055	0,899	-1,262	35,73%	0,674
Quaraí	4,53	0,61	0,27	81,97%	2,174	1,296	-0,779	29,39%	0,322
Rio Grande	1,63	0,50	0,28	48,31%	0,568	1,943	0,007	29,03%	0,302
Santana da Boa Vista	3,86	1,03	0,48	76,20%	1,899	1,275	-0,805	40,63%	0,945
Sant'Ana do Livramento	4,56	0,57	0,48	88,90%	2,504	1,014	-1,122	42,33%	1,039
Santa Vitória do Palmar	1,69	0,41	0,26	45,51%	0,435	1,299	-0,776	27,36%	0,209
São José do Norte	1,05	0,24	0,08	34,58%	-0,086	2,457	0,632	14,13%	-0,524
São Lourenço do Sul	0,93	1,54	1,26	24,24%	-0,580	2,661	0,888	16,01%	-0,420
Sentinela do Sul	0,76	0,42	0,27	15,86%	-0,980	1,963	0,032	10,13%	-0,746
Sertão Santana	0,28	0,26	0,16	9,86%	-1,266	3,022	1,319	5,03%	-1,029
Tapes	1,14	0,21	0,16	17,76%	-0,889	1,748	-0,230	22,20%	-0,077
Turuçu	1,07	1,14	1,00	31,75%	-0,222	2,181	0,297	16,54%	-0,391
Média				36,40%	0,472	1,937	-0,185	23,59%	0,234
Desvio Padrão				20,96%	1,110	0,822	0,901	18,03%	0,933

Quadro 07 - Bovinocultura, vacas ordenhadas, área de pecuária e população ocupada na atividade

Fonte: FEE e dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho nos proporcionou, uma rica e inequívoca apropriação de conhecimento, tendo em vista a riqueza e o volume dos dados e informações arroladas sobre a organização e estruturação econômica da região de Pelotas, bem como sobre o processo produtivo do leite de vaca para o consumo humano, no mundo, no Brasil, no Rio Grande do Sul e principalmente, na Bacia Leiteira de Pelotas

Em sua primeira parte, desenvolvemos, caracterizamos e detalhamos a produção do leite para consumo humano, uma atividade que, mesmo nos países europeus, ranqueados entre os maiores produtores do mundo, ou nos EUA, o maior produtor de leite de vaca, é intensiva em mão-de-obra em toda a extensão da cadeia produtiva.

pelo resgate da formação histórica de Pelotas, foi possível comprovar a relevância da produção charqueadora para a fundação, consolidação e expansão de sua economia, inclusive contribuindo para que a cidade se tornasse referência nacional em desenvolvimento social e cultural no período de meados do século XVIII até o final do século XIX e início do século XX.

Identificamos também como se estruturava a economia pecuário-charqueadora, responsável pelo deslanche econômico de Pelotas que, por outro lado, como se estivesse inoculado por um vírus de auto destruição, trouxe consigo elementos, entre outros, como a própria estruturação da posse da terra – o predomínio da concentração fundiária- que acabariam contribuindo, negativamente, inviabilizando a acumulação e proporcionando a desestruturação da economia pelotense.

Outros elementos se somaram ao latifúndio para que as dificuldades econômicas da região se acentuassem: o escravismo que teria contaminado as relações sociais e a acumulação de capital social; a condição extemporânea da chegada das alternativas modernizantes trazidas pela transição política republicana e por fim, mas não significando hierarquização entre as causas do atraso, a estagnação prolongada veio dar seu auxílio para a viabilização de um ciclo perverso de retração da economia.

Compreendidas as causas geradoras das dificuldades econômicas que condicionam até nossos dias a economia pelotense e da região, passamos ao tratamento dos dados e informações sobre o produto que é o tema central do trabalho, o leite.

A produção de leite ocorre no mundo todo, porém, os comunitários da UE e os Estados Unidos subsidiam, com vultosos volumes de recursos seus sistemas produtivos incorrendo na criação de distorções na produção e no comércio internacional de lácteos.

Os países emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, acrescidos de Angola e Moçambique, devido aos seus processos de crescimento e distribuição de renda, principalmente.

Entre os emergente, China, Índia e Brasil, tem apresentado importantes índices de crescimento no consumo de leite, sendo que os outros três, apesar dos índices de crescimento, ainda trazem a miséria, a desnutrição e a necessidade de aquisições externas de leite para o abastecimento do mercado interno, bem como de investimentos para a reversão dos quadros de insegurança alimentar.

A Índia tem feito esforços com vistas a ampliar sua produção – na verdade é a primeira produtora mundial, porém somente quando são somadas a quantidade leite de vaca com a quantidade de leite de búfalas, produção na qual obtém algo em torno de 55% do seu total – investindo na qualificação genética de sua produção e reduzido as exportações para garantir o abastecimento interno.

A China tem dado sinais de estar trilhando o mesmo caminho do seu vizinho, a Índia, porém como tem apresentado índices robustos de crescimento e tem uma população de mais de 1,35 bilhão de habitantes, os ganhos de produção não tem sido suficientes para atender o aumento do consumo gerado pelos que passam a ter renda para tal.

Não bastasse esta dificuldade o sistema produtivo leiteiro chinês viu-se envolvido em utilização de produto contaminante, a melamina, para proporcionar ganhos e produção. Acontece que o produto causou a hospitalização de 10 mil crianças até dois anos causando o óbito de seis deles. Esta contaminação levou a não renovação de licenças operacionais a 553 empresas produtoras de lácteos da China, quase a metade das 1176 que produziam.

O Brasil só recentemente atingiu saldo favorável na balança comercial de lácteos o que não se estendeu no tempo, pois o aumento da renda levou a novos déficits. A produção tem crescido em torno de 4% há alguns anos, sem contudo significar que tenhamos atingido o nível de consumo recomendado pela OMS.

A produção brasileira está ranqueada na quinta posição já tendo superado a Alemanha que até 2007 ocupava esta colocação, no entanto, também vem ocorrendo alterações na estrutura do ranking nacional com estados reduzindo significativamente sua produção, como é o caso de São Paulo que tem optado por utilizar suas áreas para a produção de cana-de-açúcar em detrimento do leite.

Outros estados, com suas áreas de cerrado, como Goiás e Mato Grosso e mesmo Minas Gerais que detém a primeira colocação no ranking nacional com quase 30% do leite produzido no Brasil, tem passado por reconversão de áreas como aconteceu com São Paulo.

O Rio Grande do Sul tem recebido investimentos em ampliação da capacidade de processamento de leite, anunciados desde 2005, que já devem ter superado a casa do 1 bilhão de reais, com a expressiva maioria deles já concluídos. O maior volume de recursos tem sido dirigido para as regiões Noroeste e Norte/Nordeste, o que não significa que a região de Pelotas não os tenha recebido.

A pelotense Cosulati investiu vinte milhões de reais para construir e recentemente inaugurou nova torre para a produção de leite em pó, o que ampliou sua capacidade de processamento para 1 milhão de litros dia.

O Brasil, há alguns anos vem buscando qualificar sua produção de leite e derivados, para o mercado interno e para atender às exigências do mercado externo como o demonstra a Instrução Normativa 51 que trata especificamente de critérios a serem observados pelo produtor nacional para que o produto tenha melhor qualidade sanitária e possa ter maior competitividade no mercado externo.

O produtor do RS, em sua expressiva maioria produtor familiar pouco se diferencia, nos resultados que obtém, dos produtores dos demais estados, sujeitando-se, portanto, às normas da IN 51 que deverá entrar em vigor em julho de 2011. A produção média do Rio Grande do Sul é um pouco melhor que a média dos outros estados, porém, ainda é considerada muito baixa, apresentando condições de melhoria na produtividade se novos incentivos na área da melhoria genética passarem à condição de política permanente.

O Rio Grande do Sul já tem um sistema produtivo leiteiro que se diferencia dos demais estados brasileiros no que tange a tecnificação, principalmente se considerarmos como tal a utilização dos tanques resfriadores, uma exigência da IN 51.

A produção a ser estudada como exemplo é a da Nova Zelândia, pois é um país com uma área um pouco menor que a do RS e atinge produtividade diferenciada no cenário

internacional, o que lhe concede a condição de maior exportador mundial em resultados financeiros. Atualmente é a Nova Zelândia quem mais tem se beneficiado do aumento do consumo na China, pois tem firmado acordos comerciais que permitem fazer chegar seu leite e derivados àquele país.

O produtor neozelandês opera em intenso sistema de integração da pecuária de corte com a do leite, tendo um processo produtivo centralizado por uma coordenação de produtores, fugindo dos modelos de coordenação e intervenção governamental que temos conhecimento.

Este modelo pode potencializar a produção na Bacia Leiteira de Pelotas, haja visto que nessa região já há a produção pecuária de corte a pasto e a produção de leite na pequena propriedade.

O que podemos concluir é que com as oportunidades abertas no mercado nacional pelo aumento da renda, bem como devido às opções por reconversão e internacionais resultantes do crescimento do mercado consumidor chinês e africano, se tivermos viabilizada uma coordenação centralizadora do sistema produtivo leiteiro, que ao nível da Bacia Leiteira de Pelotas pode ser desempenhada pela própria Cooperativa Sul Riograndense com a centralização da produção, intensificação da assistência técnica para a qualificação do produto final e a cooperação do sistema estatal de pesquisa para o avanço na genética mista, leite/carne, a possibilidade de gerar-se desenvolvimento regional a partir da Bacia Leiteira de Pelotas terá resposta positiva.

REFERÊNCIAS

ADECE. *Plano de Desenvolvimento da pecuária leiteira nas áreas irrigáveis do Estado do Ceará*. Fortaleza, Ceará, 2009. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/downloads/agronegocios/RelatorioFinal_ProjetoLeiteirrigadoCeara.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2011.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. *Assistência técnica não chega a 70% dos produtores de leite*. Disponível em: <<http://go.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=783&cod=11579527&indice=0>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

_____. *Bahia trabalha para aumentar produção de leite*. Disponível em: <<http://www.agromundo.com.br/?p=18840>>. Acessado em: 09 mar. 2011.

AGRO-CIM. *Rondônia é líder na produção de Leite*. Disponível em: <<http://www.agrocim.com.br/noticia/Rondonia-e-lider-na-producao-de-leite.html>>. Acesso em 10 mar. 2011.

AGRONLINE. *RS - Com nova fábrica, Italc amplia a produção de leite*. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=9853>>. Acesso em: 23 set. 2009.

ALVES, Daniela R. Industrialização e Comercialização do Leite de Consumo no Brasil. *In: Produção de leite e Sociedade*. Evandro V. Holanda Jr. (Org.); Fernando H. Madalena e Leovegildo L. Matos. Belo Horizonte: FEPMVZ - Editora, 2001, v. 1, p. 75-83.

ALONSO, José Antonio Fialho, et al. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994. 230p.

UFPEL. TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA V. *PELOTAS SÉCULO XIX*. Cadernos e folhas de arquitetura e urbanismo, fragmentos da arquitetura e do urbanismo do núcleo escravista pelotense. Editora da UFPel, 1993.

AREND, M.; CÁRIO, S. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. *In: Anais do II Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2004.

ARROIO DO MEIO, Brasil. *Obras da Cosuel em ritmo acelerado*. Disponível em: <<http://www.arroiodomeio.org/?pg=not%EDcia&id=616>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

BANDEIRA, P.; CESAR, B.T. (Coords.). *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social*. Porto Alegre: FAURGS/LABORS – Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2001.

BARUJA, Salvador Pane. Quanto mais rico, melhor - Protecionismo agrícola, que prejudica países mais pobres, beneficia fazendeiros poderosos. *In: Revista Update – Amcham, São Paulo: [2002?]*.

BELL, S. *Campanha Gaúcha: a Brazilian ranching system, 1850-1920*. Stanford: Califórnia, 1988.

BESKOW, Paulo. *A Formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 4, nº 2, 1987, p.55-84.

BITENCOURT, Darcy. *Produção e Perspectivas do Mercado do Leite – Importância da atividade leiteira para o desenvolvimento municipal e regional*. Palestra proferida em 04 de dez. de 2009 em Marques de Souza. Embrapa Clima Temperado. Pelotas, RS. 2009.

BONFIM, S. *Investir na produção leite em Mato Grosso, atualmente, é melhor do que plantar soja*. Disponível em:
<<http://www.expressomt.com.br/noticiaBusca.asp?cod=13662&codDep=6>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

BRASIL. *COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA ACEGUÁ LTDA*. Sobre a empresa. Disponível em: <<http://www.camal.com.br/sobreemp.php>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

_____. *Constituição e Justiça aprova extinção da Corlac*. Disponível em:
<http://www.rsvirtual.com.br/artman2/publish/assembleia/Constitui_o_e_Justi_a_aprova_extin_o_da_Corlac_printer.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2011.

BUENO, Francine M. *Controle de qualidade de leite e derivados em uma indústria do Rio Grande do Sul*. Relatório final de estágio apresentado à Universidade Federal de Pelotas, sob a orientação Prof. Paulo Renato Buchweitz, como parte das exigências da disciplina de Estágio Supervisionado, do Curso de Química de Alimentos, para a obtenção do título de Bacharel em Química de Alimentos. UFPel, 2007. Disponível em:
<quimicadealimentos.files.wordpress.com/2009/08/francine-final97.doc>. Acesso em: 15 mar. 2011.

CAETANO, Marcela; TEIXEIRA, Thaíse. *Rigor redobrado no tambo*. Governo aperta o cerco pela qualidade do Leite. Correio Rural. Jornal Correio do Povo. Ano 115, nº 242. Porto Alegre. 30 de maio de 2010. Disponível em: <<http://emefdpi.blogspot.com/2010/05/rigor-redobrado-no-tambo.html>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1962.

CARVALHO, Glauco Rodrigues; TRAVASSOS, Guilherme Fonseca e PINHA, Lucas Campio. *Análise da concentração da produção mundial de leite entre 1992 e 2008*. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/panorama/conjuntura42.html>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

CARVALHO, Glauco Rodrigues; GUIMARÃES, Tayrine Fernandes de Almeida; VIEIRA, Sarah Bartels Kirchmeyer e SAPNIOL, Carmem Maria Oliveira. *Mercado mundial de leite e produtos lácteos: visão da FAO*. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/panorama/conjuntura22_2.html>. Acesso em: 26 out. 2008.

CARVALHO, Glauco Rodrigues. *Pecuária de Leite no Brasil: algumas vantagens competitivas*. Embrapa Gado de Leite. Centro de Inteligência do Leite – Cileite. Juiz de Fora/Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/panorama/conjuntura15.html>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

CARVALHO, Vera Regina F. *Indústria de laticínios no Rio Grande do Sul: um panorama pós o movimento de fusões e aquisições*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_10_carvalho.pdf>. Acesso em: 30 out 2008.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO LEITE – Cileite. *ALEMANHA: Análise da concorrência*. Juiz de Fora/Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/node/119&codigo=2>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. *FRANÇA: Análise da concorrência*. Juiz de Fora/Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/node/119&codigo=22>>. Acesso em: 15. fev. 2011.

_____. *ÍNDIA: Análise da concorrência*. Juiz de Fora/ Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/concorrenca/tabelas/analise_concorrenca.php?codigo=26>. Acesso em: 28 out. 2010.

_____. *NOVA ZELÂNDIA: Análise da concorrência*. Juiz de Fora/Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/node/119&codigo=34>>. Acesso em: 15. fev. 2011.

_____. *REINO UNIDO: Análise da concorrência*. Juiz de Fora/Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/node/119&codigo=39>>. Acesso em: 15. fev. 2011.

_____. *RÚSSIA: Análise da concorrência*. Juiz de Fora/Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/node/119&codigo=42>>. Acesso em: 15. fev. 2011.

_____. *UCRÂNIA: Análise da concorrência*. Juiz de Fora/Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/node/119&codigo=48>>. Acesso em: 15. fev. 2011.

CERVO, A. L. e BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992.

CLICSOLEDADE; *Instrução Normativa 51 preocupa produtores de leite do Estado*. Disponível em: <<http://www.clicsoledade.com.br/clicnews/?pg=ler&id=3682>> . Acesso em 18 de out. De 2011.

CORDEN, W. M. *Booming sector and Dutch Disease economics: Survey and consolidation*. *Oxford Economic Papers*. v. 36, p. 359-380, 1984.

COTRIGO – EMPRESA. *História da Cooperativa Triticola de Getúlio Vargas Ltda*. Disponível em: <http://www.cotrigo.com.br/principal.phtml?id_menu=empresa>. Acesso em 15 de mar. de 2011.

DATA, THE WORLD BANK. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/pais/india>>. Acesso em 20 de dez. de 2010.

Demanda da China faz JBS apostar no setor de lácteos. Disponível em: <http://www.dci.com.br/noticia.asp?id_editoria=7&id_noticia=331400&editoria=>. Acesso em 05 de fev. de 2011.

DIRETORIA DE ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA E DIREÇÃO DE COMÉRCIO DA OCDE. (2002). *Agricultural Policies in OECD Countries: a Positive Reform Agenda*.

DUPAS, Gilberto. *China e Índia afetando as novas realidades globais*. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/14062418/china-e-india-no-cenario-mundial>>. Acesso em 21 de jan 2011.

EMBRAPA GADO DE LEITE. *Produção de Leite, Vacas Ordenhadas e Produtividade Animal no Brasil – 1980/2008**. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/tabela0230.php>>. Acesso em 03 de mar. De 2009.

_____. *Brasil - Produção, importação, exportação e consumo de leite, 1980/ 2005*. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/consumo/tabela0706.php>>. Acesso em 03 de mar. De 2009.

_____. *Demanda da produção de leite no Brasil*. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/tabela0233.php>>. Acesso em 03 de mar. De 2009.

_____. *Evolução da produção de leite em Minas Gerais, 1990-2007*. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/grafico02.51.php>>. Acesso em 03 de mar. De 2009.

_____. *Produção de Leite por Habitante em Países Selecionados/ 2009*. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/tabela0218.php>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

EMPAER. MT: *90% da produção de leite vem da agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.diamantino.mt.gov.br/Noticias/Mt-90-da-producao-de-leite-vem-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em 10 de mar. de 2011.

ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA. *Bacia Leiteira*. ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, Aristeu Mendes Peixoto. Volume 5. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

EUA: consumo de queijos pode desacelerar. Disponível em: <<http://milknet.com.br/?pg=noticias&id=13530&buscador=EUA:-CONSUMO-DE-QUEIJOS-PODE-DESACELERAR-&local=1>>. Acesso em 05 de fev. de 2011.

EUA: produção tem alta em novembro. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/?noticiaID=68411&actA=7&areaID=50&secaoID=165>>. Acesso em 03 de jan. de 2011.

EVOLUÇÃO MUNICIPAL. *Rio Grande do Sul de 1809 à 1996*. Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

EXPORTA MINAS. *Agronegócios. Conheça os principais produtos cultivados em Minas Gerais: Leite*. Disponível em: <<http://www.exportaminas.mg.gov.br/madeinminas/agronegocios.aspx>>. Acesso em 03 de fev. de 2011.

FAO prevê aumento de 2% na produção mundial de leite. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/content/fao-prev%C3%AA-aumento-de-2-naprodu%C3%A7%C3%A3o-mundial-de-leite>>. Acesso em 13 de out. de 2010.

FAORO, R. (1975). *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, São Paulo: EDUSP.

FERNANDES, F. (1981) *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1977) *Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC.

FONSECA, P. C. D. (s.d.) “*Revolução Federalista: uma interpretação*”. Porto Alegre: Decon. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/revolucao-federalista.pdf>>.

FURTADO, C. (1984). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.

GIRO LÁCTEO. *Nova Zelândia pode atingir recorde de produção em 2011*. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/nova-zelandia-pode-atingir-recorde-de-producao-em-2011_noticia_67144_50_165_.aspx>. Acesso em 01 de Nov. de 2010.

GOOGLE MAPS. *Distância entre os Municípios Fornecedores de Leite e Pelotas, sede da Indústria Processadora, Cosulati*. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em 13 de abril de 2011.

GOLDRATT, E. (1997). *A Meta: um processo de aprimoramento contínuo*. São Paulo: Educator.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE; *População moçambicana cresce 32,4% em 10 anos*. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedad_cultu/novembro-2009/populacao-mocambicana-cresce-em-32-4-por-cento-em-10-anos/> . Acesso em 18 de out. de 2011.

GRANDO, Marinês Zandavalli. *Pequena Agricultura em Crise: o caso da “ Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul* . Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989.

Guerra_dos_Emboaba. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Emboabas>. Acesso em 09 de maio de 2010.

GUIA DA EMBALAGEM, Br. *Laticínios Bom Gosto Investe em seu processo de expansão*. Disponível em: <http://www.guiadaembalagem.com.br/noticia_912-laticinios_bom_gosto_investe_em_seu_processo_de_expansao.htm>. Acesso em 01 de fev. de 2011.

História da CCGL. Disponível em:<http://www.ccgl.com.br/sessao_.php?sessao=20> Acesso em 12 de out. de 2011.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 de fev. de 2011.

INDEX MUNDI; *África do Sul população perfil 2011*. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/africa_do_sul/populacao_perfil.html>. Acesso em 18 d

_____. *População de Angola*. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/angola/populacao_perfil.html> . Acesso em 18 de out. de 2011.out. de 2011.

Índia: com aumento da demanda, poderá faltar leite. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/content/%C3%ADndia-com-aumento-da-demanda-poder%C3%A1-faltar-leite>>. Acesso em: 01 de fev. de 2011.

Índia quer evitar importações, apesar da alta demanda. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/content/%C3%ADndia-quer-evitar-importa%C3%A7%C3%B5es-apesar-da-alta-demanda>>. Acesso em: 01 de fev. de 2011.

ÍNDIA: setor precisa superar desafios para crescer. Disponível em: <<http://www.oleite.com.br/MercadoNoticia.aspx?codigoNot=QnmS653/aMA=&title=INDIA:+SETOR+PRECISA+SUPERAR+DESAFIOS+PARA+CRESCER>>. Acesso em: 01 de fev. de 2011.

KALECKI, M. (1983). *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).

KIRCHNER, Roque, SOARES, Andre Brugnara, FONSECA, Lidiane e PITTA, Christiano. *Análise da Produção de Leite em Estabelecimentos Rurais Familiares: Uma Ferramenta para Auxiliar na Tomada de Decisão na Extensão Rural*. Revista Expressa Extensão, Volume 12, nº 02, Dezembro de 2007. Disponível em:

<http://www.ripasul.pr.gov.br/arquivos/File/Producao_Centros_Mesorregionais-PR/cristiano UTFPRTomadadecisao2.pdf>. Acesso em 03 de fev. de 2011.

LEITE, José Luiz Bellini, SIQUEIRA, Kennya Beatriz, CARVALHO, Glauco Rodrigues e FORTES, Lúcio R.L. Sá. Orgs. *Comércio Internacional de Lácteos*. Juiz de Fora: Templo, 2008.

LENHARO, Alcir. (1979). *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo.

MAGALHÃES, M. O. *História e Tradições da Cidade de Pelotas*. Caxias do Sul, Gráfica da Universidade de Caxias do Sul, 1981.

_____. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas. Ed. UFPEL, 1993.

MARX, K. e ENGELS, F. (2005). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial.

MENEZES, M. (2010) “*Estudo sobre o Mapa das Fazendas de Gado de Rio Grande de São Pedro em 1741*”. Porto Alegre: Genealogia.org. Disponível em:
<http://buratto.org/gens/mapa/gn_documentos8.html>. Acesso em: 13 de ago. de 2010.

MILKPOINT, Brasil. *RS: Cosuel investe em fábrica de laticínios*. Disponível em:
<http://www.milkpoint.com.br/rs-cosuel-investe-em-fabrica-de-laticinios_noticia_47825_50_165_.aspx>. Acesso em 21 de mar. de 2001.

_____, Brasil. *China: quase metade das empresas lácteas não conseguiram novas licenças de produção*. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/?noticiaID=70930&actA=7&areaID=50&secaoID=165>>. Acesso em 10 de abr. de 2011.

MILKNET, Brasil. *BONGRAIN COMPRA A MILKAUT E FAZ ACORDO DA DÍVIDA*. Disponível em: <<http://milknet.com.br/?pg=noticias&id=15581&buscador=bongrain-compra-a-milkaut-e-faz-acordo-da-divida-&local=1>>. Acesso em 21 de mar. de 2011.

MINAS EM PAUTA – AÇÃO SUSTENTÁVEL. *Superagro 2010 vai mostrar o crescimento da produção de leite em Minas, que já responde por 30% do volume nacional*. Disponível em: <<http://minasempauta2.wordpress.com/2010/05/05/superagro-2010-vai-mostrar-o-crescimento-da-producao-de-leite-em-minas-que-ja-reponde-por-30-do-volume-nacional/>>. Acesso em 08 de jun. de 2010.

MINELLA, A. (1985). “*Reforma tributária : a implantação do imposto territorial no Rio Grande do Sul durante a Primeira República*”. In: LAGEMANN, E. (org.). *150 anos de Finanças Públicas*. Porto Alegre: FEE.

MONASTÉRIO, L.M. *CAPITAL SOCIAL E A REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL*. Tese de Doutorado apresentada em 2002 ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná . Curitiba, 2002.

MONASTÉRIO, L. M.; ZELL, D. C. Uma estimativa de renda per capita municipal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872. In: Trabalho de Iniciação Científica do Curso de Economia da Universidade Federal de Pelotas, produzido com o apoio da FAPERGS (Bolsa de Iniciação Científica – Processo n ° 0215211) e do CNPq (Edital Universal 01/2002 – Processo n °470617/20039).

_____. *FHC errou? A economia da escravidão no Brasil Meridional*. História e Economia Revista Interdisciplinar... VOL.1 - n 1 – 2º semestre 2005.

MORAES, Roberto Camps. *Metade Sul vs Metade Norte: Uma Comparação a partir de Dados Municipais do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m23t05.pdf>>. Acesso em 17 de abr. de 2011.

MUHATE, Basílio; *Mocambique supera as previsões de crescimento econômico em 2009*. Disponível em: <<http://basiliomuhate.blogspot.com/2010/01/mocambique-supera-as-previsoes-de.html>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

MULHALL, M. G. *O RIO GRANDE E SUAS COLÔNIAS ALEMÃS*. Tradução de Euclides Santos Moreira. Porto Alegre, Editora Bels S. A. em co-edição com o INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO – DAC/SEC Porto Alegre, 1974.

MYRDAL, G. (1972). *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Ed. Saga.

NOGUEIRA, M. P. e CAMAROTTI, G. S. *Produção de leite em São Paulo! Por que perde espaço?* BIGMA CONSULTORIA. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=22851&secao=Sua%20propriedade>>. Acesso em 09 de mar. De 2011.

NOGUEIRA, M.P. *Mercado do Leite segue firme*. Análise de Mercado. Revista Balde Branco edição de Março de 2011. Disponível em: <<http://www.baldebranco.com.br/index.htm>>. Acesso em 12 de Abr. de 2011.

NOTÍCIAS DA UNIVERSIDADE. CCGL inaugura em Cruz Alta e promete impulsionar setor primário da Região. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br/ccgl-inaugura-em-cruz-alta-e-promete-impulsionar-setor-primario-da-regiao-n1735.html>>. Acesso em 15 de out. de 2008.

OCB-GO. *Em 30 anos, consumo de lácteos cresce 60%*. Disponível em: <<http://www.ocbgo.org.br/noticias/22-02-2011-em-30-anos-consumo-de-lacteos-cresce-60/>>. Acesso em 25 de fev. de 2010.

O LEITE. RS: Cooperativa Santa Clara registra 18% de crescimento no primeiro semestre. Disponível em: <[http://www.oleite.com.br/MercadoNoticia.aspx?codigoNot="+NnyNxK8s1k+"&title=RS:+COOPERATIVA+SANTA+CLARA+REGISTRA+18%+DE+CRESCIMENTO+NO+PRIMEIRO+SEMESTRE](http://www.oleite.com.br/MercadoNoticia.aspx?codigoNot=)>. Acesso em 14 de mar. de 2011.

O Leite, Importância, História e Características gerais. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Leite>>. Acesso em 29 de jun. de 2010.

OLIVEIRA, N. S. et al. *Agricultura Familiar do Agronegócio do Leite em Rondônia, Importância e Características*. 48º Congresso da SOBER. Campo Grande, MS. 25 a 28 de Julho de 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/606.pdf>>. Acesso em 10 de mar. de 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE 2006; *Documento informativo para o Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa*. Disponível em: <<http://www.who.int/dietphysicalactivity/bckground%20paper%20Lisboa%20web.pdf>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

ONG VIVA O CHARQUE. Disponível em: <<http://www.vivaocharque.com.br/personagens/pintomartins.htm>>. Acesso em 09 de mai. de 2010.

O PIONEIRO, Caxias do Sul, RS. *Nestlé arrenda fábrica da Parmalat em Carazinho*. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pioneiro/rs/plantao/10,2583832,Nestle-arrenda-fabrica-da-Parmalat-em-Carazinho.html>>. Acesso em 25 de jul. de 2009.

Opportunities and Risks Arising From the use of Bioenergy for Food Security in Latin America. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/bioenergia/pdf/bioenergiaen.pdf>>. Acesso em 31. de out. de 2010.

O Que é o Leite ? Disponível em: <<http://www.lacteabrasil.org.br/pagina.asp?idS=12&idN=51>>. Acesso em 04 de abril de 2010./04/2010.

PÁGINA RURAL. RS: *Embaré renova interesse pelo Estado*. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/91069/embare-renova-interesse-pelo-estado>>. Acesso em 20 de jun. de jun. de 2008.

PAIVA, C. A. (1991) *Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp, (Dissertação de Mestrado.)

_____. (2004). “*Capital Social, Comunidade, Democracia e o Planejamento do Desenvolvimento no Rio Grande do Sul*”. In: WITTMANN, M. e RAMOS, M. (orgs.)

Desenvolvimento Regional: Capital Social, Redes e Planejamento. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

_____. (2008). “Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000”. In: PAIVA, C. A. (org.). *Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

_____. (2010). “As relações entre Agricultura Familiar e Crescimento Econômico Regional (ou: Por que a performance econômica da Metade Sul é cronicamente inferior ao de sua cara-metade?)”. Porto Alegre: FEE (Textos para Discussão).

_____. (2011). *Da Oceania ao Cone Sul, da Nova Zelândia ao Rio Grande do Sul: Desenvolvimento socioeconômico, Produtividade Sistêmica e a Exploração de Sinergias em Cadeias Agroindustriais de Exportação*. Disponível em: <http://www.territoriopaiva.com/ler/184/relatorio_da_oceania_ao_cone_sul>. Acesso em 30 de abr. de 2011.

Pelotas. Publicação da Prefeitura Municipal de Pelotas. Departamento de Planejamento Governamental, Administração do Prefeito Anselmo Rodrigues, Pelotas (1997/2000).

PepsiCo. compra maior empresa láctea da Rússia. Disponível em: <<http://www.conseleite.com.br/?p=noticias&id=247&ano=2010&mes=12>>. Acesso em 15 de fev. de 2011.

PEREZ, Luis Henrique e SILVA, Rosana de Oliveira Pithan e . *Exportações de Produtos Lácteos: um negócio de futuro*. Análises e Indicadores do Agronegócio. Volume 2. n. 11 novembro de 2007. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, 2007.

PIÁ. *Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda*. Disponível em: <<http://www.pia.com.br/cooperativaspia.swf>>. Acesso em 15 de mar. de 2011.

População dos Estados Unidos da América em 5 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.census.gov/main/www/popclock.html>>. Acesso em: 5 de fev. de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS DE MAIO, RS. *Prefeito acompanha empresários em visita ao canteiro de obras da perdigão*. Disponível em: <<http://www.pmtresdemaio.com.br/Noticias.aspx?ID=234>>. Acesso em 13 de mar. de 2011.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

RAMOS, S. M. P. et.al. Espaço e Tempo na Formação Urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. 12do Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2009, Montevideo. [S.l. : s.n.].

REL-UITA. *Com Siderlei de Oliveira - Quem Comprou a Parmalat Brasil?* Disponível em: <http://www.rel-uita.org/sectores/lacteos/conferencia_lacteos-2010/con_siderlei-por.htm>. Acesso em 11 de mar. de 2011.

_____. *O que é Melamina?* Disponível em: <http://www.rel-uita.org/agricultura/alimentos/que_es_la_melamina-por.htm>. Acesso em 12 de mai. de 2011.

REPÚBLICA DE ANGOLA; *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Disponível em: <<http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Angola/ENSAN.pdf>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

Rússia planeja auto-suficiência na produção de leite. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/content/r%C3%BAssia-planeja-autossufici%C3%AAncia-na-produ%C3%A7%C3%A3o-de-leite>>. Acesso em: 15 de fev. de 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre. Martins Livreiro Editor, 4ª Edição, 2002.

SANTOS, O. V. dos; MARCONDES, T. e CORDEIRO, J. L. F. *Estudo da Cadeia do Leite em Santa Catarina -Prospecção e Demandas*. Versão preliminar. Epagri/Cepa. Florianópolis, 2006.

SINGER, P.I. *DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EVOLUÇÃO URBANA*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Editora NACIONAL E Editora da USP.1968.

SCHILLING, V. *O SÉCULO DO OURO*. In História por Voltaire Schilling. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/br_ouro.htm em 28/02/2010>. Acesso em: 28 de fev. de 2010.

SIMON, H.A. (1980) “*A racionalidade do processo decisório em empresas*”. *Edições Multiplic*. Vol. 1. N. 1, Outubro.

SIMONSEN, R. C. *HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL: 1500/1820*; São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977. (Brasiliana, v.10).

SOUZA, Elanio Costa de et.al. *Análise locacional da produção vegetal nas Mesorregiões Geográficas Paranaenses*. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/432/287>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

STOCK, L. A. et al. *Sistemas-referência de produção de leite de Santa Catarina*. X Minas Leite 25 -26 de novembro de 2008 . Disponível em: <http://www.cileite.com.br/sites/default/files/sistemas_referencia_de_producao_de_leite_de_santa_catarina.pdf>. Acesso em 09 de mar. De 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICAS, PESQUISA E INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS. *Análise Setorial, Agropecuária*. Disponível em: <http://www.seplan.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=1120&id_not=6>. Acesso em 03 de fev.2011.

_____. *PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal*. Disponível em:
<http://www.seplan.gov.br/sepin/viewrele.asp?cd_assunto=10&cd_anomes=200800>.
Acesso em 03.de fev. de 2011.

TARGA, L. R. (2003). “ 1893: *Interpretações da Guerra*”. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 127-150.

TC – ONLINE – FEEVALE. O TEMA. *Projeto de uma Sede Esportiva e Recreativa para a Empresa de Alimentos Dália*. Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo , da Universidade Feevale. Disponível em:
<http://tconline.feevale.br/tc/files/9100_222.pdf>. Acesso em 14 de mar. de 2011.

TEJO, Limeira. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul, ano de 1937*. Diretoria geral de Estatística.Porto Alegre: Globo, 1939.

_____. (1941). “ *Contribuição à Crítica da Economia Rio Grandense*”. Província de São Pedro (1):81-90, jun.:(3): 74-91, dez.Porto Alegre. Republicado em Ensaio: FEE vol. 3 n.1. Porto Alegre: FEE, 1982.

TEIXEIRA, Lilian Viana; BASTIANETTO, Eduardo e OLIVEIRA, Denise A. A. *Leite de búfala na indústria de produtos lácteos*. Revista Brasileira de Reprodução Animal, Belo Horizonte, v.29, n.2, p. 96 – 100, abr/jun. 2005 Disponível em: <<http://www.cbra.org.br/>>. Acesso em 12 de mai. de 2011.

UOL, Últimas Notícias; *Após 15 anos de democracia, desigualdade persiste na África do Sul*. Disponível em : <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/04/21/ult1808u138778.jhtm>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

VOLPI, R. et al. Leite no Paraná. *Aspectos econômicos – Preços comercialização interna e exportações*. Disponível em: <<http://www.fae.com.br/boletim/bi997/encarte/encbi997pag07.htm>>. Acesso em 03 de fev. de 2011.

WIKIPÉDIA.ORG; *Movimento Popular de Libertação de Angola*. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/MPLA>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

_____. *Guerra Civil Angolana*. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Angolana> . Acesso em 18 de out. de 2011.

_____. *Moçambique*. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique#cite_note-4> . Acesso em 18 de out. de 2011.

ZERO HORA, Brasil. *Bom Gosto adquire operação da Corlac no RS*. Disponível em:
<<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a1863510.xml>>. Acesso em 21 de mar. de 2011.

_____. Brasil. *Cosulati investirá mais R\$ 3 milhões na Metade Sul*. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a1969775.xml>>. Acesso em 21 de mar. de 2011.

ZOCCAL, Rosangela. *Demanda de produção de leite no Brasil*. Disponível em: <<http://www.cnp.gl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/producao.php>>. Acesso em 07 de set. de 2010.

_____. *Produção de Leite na China*. 2010. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/panorama/conjuntura40.html>>. Acesso em 08 de set. de 2010.

ZUCCOLOTTO, R. et al. *Impacto do Sistema Tributário mineiro na cadeia produtiva do leite*. (pp 203 - 237). In Fórum das Américas: leite e derivados: anais do 7º Congresso Internacional do Leite, Juiz de Fora, MG, Julho 13-16, 2009 / editores, Duarte Vilela ... [et al.]. - Juiz de Fora : Embrapa Gado de Leite, 2009.

ZÜGE, R. M. *Produção Integrada de Leite Bovino*. Disponível em: <<http://pt.engormix.com/MA-pecuaria-leite/administracao/artigos/producao-de-leite-t145/124-p0.htm>>. Acesso em 03 de fev. de 2011.

ANEXO - A

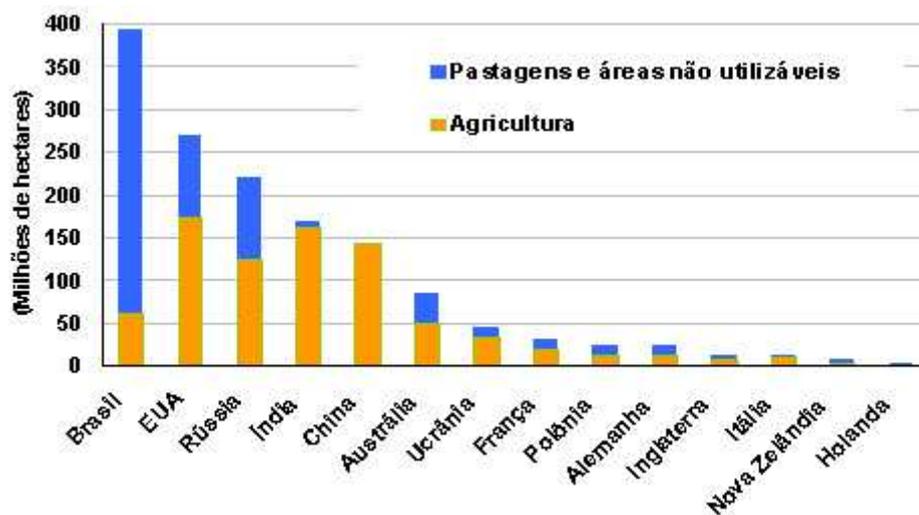
Quadro 01 – Produção mundial de leite, principais produtos
(milhões de toneladas em equivalente leite)

	2006	2007(E)	2008 (P)	Varição 2008/2007
Produção total de leite	664,1	676,3	693,2	2,5
Leite em pó desnatado	23,4	23,7	23,8	0,6
Leite em pó integral	22,3	21,7	22,3	2,8
Manteiga	58,4	61,2	63,2	3,4
Queijo	82,5	84,3	86,3	2,3
Outros produtos	477,5	485,4	497,6	2,5
Comércio mundial	39,4	38,0	36,4	-4,3

(E) – Estimativa; (P) – Previsão Fonte: FAO (2008).

ANEXO – B

Área agrícola, pastagens e áreas não utilizadas em países selecionados



Fonte: FAO (2000) e FAO(2007) Produzido por CARVALHO et. al. Panorama do Leite ON Line. Ano 2 N° 15 Janeiro de 2008. Pecuária de Leite no Brasil: Algumas vantagens competitivas